

PROJETO PEDAGÓGICO

CURSO DE GESTÃO PÚBLICA

Belo Horizonte, março de 2018

Colegiado de Coordenação Didática do Curso de Gestão Pública

Profª Telma Maria Gonçalves Menicucci (Departamento de Ciência Política) – Coordenadora

Profª Geralda Luiza de Miranda (Departamento de Ciência Política) – Vice-Coordenadora

Prof. José Ângelo Machado (Departamento de Ciência Política)

Profª Marlise Miriam de Matos Almeida (Departamento de Ciência Política)

Prof. Fabrício José Missio (Departamento de Ciências Econômicas)

Profª Ana Marcela Pinto (Departamento de Sociologia)

(Discente)

Núcleo Docente Estruturante do Curso de Gestão Pública

Profª Telma Menicucci (Departamento de Ciência Política)

Prof. Marcus Abílio Pereira (Departamento de Ciência Política)

Prof. José Ângelo Machado (Departamento de Ciência Política)

Profª Marcia Soares (Departamento de Ciência Política)

Profª Natália Guimarães Duarte Sátyro (Departamento de Ciência Política)

Secretaria do Colegiado

Wander Wenceslau Pereira

Ajustes:

- Incorporação de alterações na composição e atribuições do NDE, conforme Resolução CEPE/UFMG nº 10, de 19 de junho de 2018 (p. 15);
- Incorporação das alterações estabelecidas pelas Normas Gerais da Graduação aprovadas pela Resolução Complementar nº 1/2018, de 20 de fevereiro de 2018 (p. 48);
- Atualização do formato do Programa Imersão no Campo de Públicas: o Curso de Gestão Pública e a Prática Profissional (p. 43-4), evidenciando as possibilidades de cumprimento da exigência de carga horária mínima em extensão universitária estabelecida pelas Resolução CNE 072018 e Resolução CEPE/UFMG 10/2019;
- Atualização da regulamentação do Estágio Curricular, inclusive substituindo as Resoluções 04/2016 e 02/2017 pela Resolução 01/2019 (p. 23, 108-112);
- Atualização da regulamentação do Concurso de TCC (p. 23).
- Atualização, no ementário, das ementas de disciplinas classificadas como extensão universitária, nos termos da Resolução CEPE/UFMG 10/2019 (p. 77, 83).

SUMÁRIO

1	APRESENTAÇÃO E HISTÓRICO DO CURSO DE GESTÃO PÚBLICA.....	09
2	IDENTIFICAÇÃO DO CURSO DE GESTÃO PÚBLICA.....	14
2.1	Colegiado de Coordenação Didática e Núcleo Docente Estruturante-NDE	14
3	FORMA DE ACESSO AO CURSO DE GESTÃO PÚBLICA.....	16
4	ATENDIMENTO DO CURSO À CARGA HORÁRIA TOTAL MÍNIMA E AO TEMPO MÍNIMO PARA INTEGRALIZAÇÃO.....	17
5	CONSONÂNCIA DO CURRÍCULO COM AS DIRETRIZES CURRICULARES NACIONAIS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA.....	17
5.1	Princípios fundamentais.....	18
5.2	Perfil do profissional	19
5.2.1	<i>Competências, habilidades e atitudes a serem desenvolvidas.....</i>	20
5.2.2	<i>Campo de atuação</i>	21
5.3	Componentes curriculares.....	21
5.3.1	<i>Conteúdos de formação básica.....</i>	21
5.3.2	<i>Conteúdos de formação profissional.....</i>	21
5.4	Percursos formativos.....	22
5.5	Aspectos constitutivos.....	24
5.6	Eixos, disciplinas, currículo padrão e atividades integradoras de crédito.....	25
6	ATENDIMENTO DO CURRÍCULO À OFERTA DE CONTEÚDOS DEFINIDOS EM LEIS E OUTROS DISPOSITIVOS NORMATIVOS	32
7	PROMOÇÃO DE ACESSIBILIDADE.....	37
8	POLÍTICAS DE INTERNACIONALIZAÇÃO E MOBILIDADE.....	39
9	INDISSOCIABILIDADE ENTRE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO	41
10	POLÍTICAS DE PERMANÊNCIA.....	44
11	SISTEMA DE AVALIAÇÃO DO PROCESSO DE ENSINO-APRENDIZAGEM.....	48
12	SISTEMA DE AVALIAÇÃO DO PROJETO DO CURSO	49
12.1	Esforços avaliativos para adequação do curso.....	49
12.2	Instrumentos institucionais de avaliação.....	52

12.3	Avaliação interna e regular.....	54
13	CORPO DOCENTE DO CURSO DE GESTÃO PÚBLICA.....	56
14	INFRAESTRUTURA FÍSICA, EQUIPAMENTOS E RECURSOS DISPONÍVEIS.....	58
14.1	Instalações físicas.....	58
14.2	Acesso dos alunos a equipamentos de informática e laboratórios especializados.....	59
14.3	Registros acadêmicos.....	61
14.4	Acesso a bibliografia	62
14.4.1	<i>Referências da bibliografia básica.....</i>	62
14.4.2	<i>Referências da bibliografia complementar.....</i>	62
14.4.3	<i>A biblioteca da FAFICH.....</i>	63
15	EMENTÁRIO DO CURSO DE GESTÃO PÚBLICA.....	66
16	RESOLUÇÕES DO CURSO.....	85
	ANEXO 1: RESOLUÇÕES DO COLEGIADO DE COORDENAÇÃO DIDÁTICA DO CURSO DE GESTÃO PÚBLICA.....	86
	RESOLUÇÃO Nº 01/2016.....	86
	RESOLUÇÃO Nº 02/2016.....	89
	RESOLUÇÃO Nº 03/2016.....	92
	RESOLUÇÃO Nº 05/2016.....	94
	RESOLUÇÃO Nº 06/2016.....	97
	RESOLUÇÃO Nº 07/2016.....	100
	RESOLUÇÃO Nº 08/2016.....	102
	RESOLUÇÃO Nº 09/2016.....	104
	RESOLUÇÃO Nº 01/2018.....	106
	RESOLUÇÃO Nº 01/2019.....	108
	ANEXO 2: PROGRAMAS DAS DISCIPLINAS	113
	DISCIPLINAS DO 1º PERÍODO	113
	DISCIPLINAS DO 2º PERÍODO	121
	DISCIPLINAS DO 3º PERÍODO	126
	DISCIPLINAS DO 4º PERÍODO	134

DISCIPLINAS DO 5º PERÍODO	144
DISCIPLINAS DO 6º PERÍODO	149
DISCIPLINAS DO 7º PERÍODO	151
DISCIPLINAS DO 8º PERÍODO	152
DISCIPLINAS DO 9º PERÍODO	153
DISCIPLINAS DO 10º PERÍODO	154

LISTA DE QUADROS

1	Distribuição das disciplinas obrigatórias por eixo estruturante.....	27
2	Distribuição das disciplinas optativas por eixo estruturante.....	28
3	Atividades Integradoras de Crédito.....	29
4	Representação do currículo padrão no percurso de Bacharel em Gestão Pública com Formação Livre.....	30
5	Representação da estrutura curricular no percurso Bacharel em Gestão Pública com Formação Complementar Aberta (FCA) e Formação Livre.....	31
6	Conteúdo de Libras.....	33
7	Conteúdo de Relações Étnico-Raciais.....	34
8	Conteúdo de Direitos Humanos.....	35
9	Conteúdo de Educação Socioambiental.....	36
10	Atividades de Mobilidade Estudantil.....	41
11	Atividades Integradoras de Crédito, vinculadas à extensão universitária.....	44
12	Informações selecionadas sobre o corpo docente.....	56
13	Disciplinas Obrigatórias.....	66
14	Disciplinas Optativas.....	72
15	Atividades Integradoras de Crédito.....	83

LISTA DE SIGLAS

ANPOCS	Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais
ANDIFES	Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior
AIC	Atividades Integradoras de Crédito
CES	Câmara de Educação Superior
CAGP	Centro Acadêmico dos alunos do curso
CADV	Centro de Apoio ao Deficiente Visual
CAD 2	Centro de Atividades Didáticas de Ciências Humanas 2
CEDOC	Centro de Documentação do Curso de Comunicação Social
CIC	Departamento de Ciências Contábeis
Copeve	Comissão Permanente do Vestibular
Cepe	Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão
CNE	Conselho Nacional de Educação
DCP	Departamento de Ciência Política
DRCA	Departamento de Registro e Controle Acadêmico
DRI	Diretoria de Relações Internacionais
DCN	Diretrizes Curriculares Nacionais
ECN	Economia
Enade	Exame Nacional de Desempenho de Estudantes
Enem	Exame Nacional do Ensino Médio
Fafich	Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas
FCA	Formação Complementar Aberta
Fump	Fundação Universitária Mendes Pimentel
IFA	Inglês para Fins Acadêmicos
IFES	Instituições Federais de Ensino Superior
LMCS	Laboratório de Metodologia em Ciências Sociais
LET	Letras
LIBRAS	Língua Brasileira de Sinais
MEC	Ministério da Educação
NAI	Núcleo de Acessibilidade e Inclusão

NDE	Núcleo Docente Estruturante
POP	Departamento de Demografia
PLA	Português como Língua Adicional
REUNI	Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais
Pronoturno	Programa Especial de Bolsas acadêmicas para Estudantes dos Cursos Noturnos de Graduação
MQ	Programa Intensivo de Metodologia Quantitativa
Pnaes	Programa Nacional de Assistência Estudantil
Prae	Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis
Proex	Pró-Reitoria de Extensão
Prograd	Pró-Reitoria de Graduação
RSG	Rendimento Semestral Global
SiSU	Sistema de Seleção Unificada
SOA	Sociologia
TCC	Trabalho de Conclusão de Curso
UFMG	Universidade Federal de Minas Gerais

1 APRESENTAÇÃO E HISTÓRICO DO CURSO DE GESTÃO PÚBLICA

O curso presencial de graduação em Gestão Pública da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) propõe-se a formar pessoal qualificado para o desempenho competente da função de gestor público, diretamente comprometido com a efetivação do interesse público, capaz de atuar no âmbito estatal e não-estatal, no Brasil ou no exterior. Foi concebido pelo corpo docente do Departamento de Ciência Política (DCP), amplamente reconhecido em Minas Gerais e em todo o Brasil por sua qualidade acadêmica nos níveis da graduação e da pós-graduação e por sua contribuição para a formação de profissionais e pesquisadores. Destaque-se que o DCP também, pelo seu dinamismo e produtividade na pesquisa de diversas formas de manifestação do fenômeno político, mantém convênios e outras formas de cooperação com importantes universidades e centros de pesquisa do Brasil e de outros países. Nesse departamento, foi criado o primeiro programa de pós-graduação em Ciência Política no ano de 1966, concomitantemente à criação do próprio departamento, o qual teve entre seus objetivos o estudo de políticas públicas e a preparação de profissionais para atuar em assessorias e consultorias de governos e de organizações civis. Atualmente o programa de pós-graduação em Ciência Política é avaliado com a nota máxima da CAPES (sete) e tem como uma de suas importantes linhas de pesquisa a denominada *Estado, Gestão e Políticas Públicas*, demonstrando a sua inserção na formação e produção de conhecimento nesse campo. O DCP possui 14 centros e núcleos de pesquisa, envolvendo todo o corpo docente e inúmeros bolsistas, tanto de graduação quanto de pós-graduação, que realizam pesquisas e atividades de extensão em diversas temáticas, as quais redundam em expressivo volume de publicações em periódicos qualificados nos estratos mais altos da área, bem como de livros e outras formas de publicação.

As mudanças na organização do Estado e a crescente complexidade das relações sociais constituem as referências principais que levaram os proponentes do curso a concluir que se justificaria promover uma formação universitária inovadora para esse novo tipo de profissional – o gestor público – cujo âmbito de atuação em muito ultrapassa a concepção restrita do funcionário público e até mesmo do burocrata especializado. Por um lado, as esferas de atuação e de intervenção dos governos contemporâneos vêm sendo constantemente ampliadas. Essa tendência se acentua a partir da segunda metade do século XX, manifestada na criação de órgãos e funções especializadas, cujos objetivos só são

realizados mediante planejamento criterioso da alocação de recursos escassos. Os governos tornam-se administradores de políticas específicas, cujo sucesso depende de gestores capacitados para cuidar de cada etapa e aspecto da intervenção que é promovida. Por outro lado, encontram-se também em expansão novas formas de mobilização e de participação de diferentes grupos sociais, que aspiram ter acesso a e influir em processos deliberativos que ocorrem tanto no âmbito do Poder Executivo quanto do Poder Legislativo. O aumento do número de associações e movimentos reivindicatórios altera a configuração dos interesses que afetam as agendas governamentais e as rotinas da administração pública. Cresce a legitimidade de propostas de controle de políticas públicas pelos cidadãos politicamente organizados, o que aumenta a complexidade das rotinas e procedimentos da gestão pública.

É nesse cenário que a função do gestor público passa a configurar a necessidade de formação profissional mais completa e especializada para com a coisa pública tanto no âmbito estatal quanto nos espaços não estatais vinculados a processos deliberativos públicos ou à execução de políticas e programas governamentais. O gestor público é esse novo tipo de servidor do Estado e do cidadão que assume a tarefa de pôr em prática os conteúdos normativos das leis e de diretivas de programas de governo concebidos a partir do ideal de realização do interesse público. É certo que ele pode formar-se na própria rotina do serviço público ou na atuação em esferas públicas não estatais. Mas esse treinamento não sistemático sempre se pode dar com perda de eficiência e eficácia que levam à utilização subótima de recursos materiais e humanos.

A essa conclusão chegou o corpo docente do DCP a partir da sua experiência acumulada na graduação em Ciências Sociais e na pós-graduação em Ciência Política e, particularmente, com a experiência da oferta, desde 2003, do curso de Especialização em Políticas Públicas, procurado principalmente por funcionários públicos municipais e estaduais que atuam como “gerentes de serviços” e coordenadores de programas e políticas específicas, seguidos de pessoas que trabalham em organizações não-governamentais que mantêm convênios com o poder público. Em geral, a maioria dos alunos desse curso é formada por assistentes sociais, psicólogos, sociólogos e pedagogos que enfrentam o desafio de adquirir a competência para as funções de planejamento e gestão de políticas públicas, já que não foram para isso preparados na formação profissional específica que tiveram.

Esse tipo de problema tem ficado cada vez mais evidente quando algum setor estatal abre concurso para preenchimento de vagas para o cargo de gestor público, já reconhecido no quadro do funcionalismo público brasileiro. Em geral, os editais especificam de modo amplo a formação universitária aceitável, que inclui diversos cursos na área das Ciências Sociais teóricas e aplicadas. Na lista falta, a formação específica em Gestão Pública. Note-se que a criação do curso de graduação em Gestão Pública não visou promover “reserva de mercado” para uma nova profissão que agrega saberes de diferentes ramos das Ciências Sociais e Humanas. Partiu-se do reconhecimento de que é possível e desejável promover a formação sistemática de pessoas motivadas para atuar na administração pública, seja ela estatal ou não-estatal (caso de organizações não-governamentais, organizações sociais, organismos multilaterais e internacionais), de modo competente, cientificamente fundamentado.

Nesse contexto e motivado por aquelas razões, foi criado o curso de graduação em Gestão Pública da UFMG no âmbito do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI) patrocinado pelo Ministério da Educação (MEC), por meio do Parecer nº 325, de 11 de novembro de 2008, da Câmara de Graduação da UFMG.

O curso de Gestão Pública propõe-se a oferecer uma formação integral para as pessoas que pretendem ter como referência de carreira profissional a promoção do interesse público. Essa formação abrange conhecimentos referidos à organização, ao funcionamento e à gestão dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, bem como a organizações públicas estatais e não-estatais nacionais e internacionais. Inclui a formação teórica e metodológica que permite o estudo e a compreensão de processos políticos pertinentes ao âmbito de gestão da coisa pública, destacando a lógica das interações entre atores políticos nas diversas arenas em que se confrontam no sistema político organizado sob a forma de república federativa.

Dessa forma, o profissional formado torna-se apto para atuar com competência no âmbito das complexas redes institucionais e sociais que se organizam com o objetivo de processar os temas de interesse público na esfera da política, não se restringindo ao conhecimento mais aprofundado apenas de um dos Poderes do Estado, como ocorre nos cursos em que a ênfase está exclusivamente na administração pública e o foco no Poder Executivo ou, em outra perspectiva, nos que colocam a ênfase na dinâmica da sociedade civil, focalizando predominantemente as organizações não-governamentais.

A primeira entrada de alunos se deu em 2009, e o curso foi avaliado pelo MEC em 2012, recebendo nota máxima (cinco). A proposta de criação do curso teve amparo legal na Resolução nº 2, de 18 de junho de 2007, do MEC, que se refere, entre outros, aos cursos de Ciências Sociais, uma vez que, àquela época, não havia regulamentação dos cursos do chamado “Campo de Públicas”. Essa situação, no entanto, foi alterada a partir de uma ampla mobilização das instituições de ensino que possuem cursos de Gestão Pública ou congêneres e que se organizaram num coletivo, no qual foram discutidos e construídos parâmetros específicos para esse campo, encaminhados ao Conselho Nacional de Educação (CNE) e ao MEC para análises. Em decorrência, por meio de Resolução CNE/Câmara de Educação Superior (CES) nº 01, de 13 de janeiro de 2014, foram definidas as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) próprias para o curso de graduação em Administração Pública, que compreendem o campo multidisciplinar de investigação e atuação profissional voltado ao Estado, ao Governo, à Administração Pública e Políticas Públicas, à Gestão Pública, à Gestão Social e à Gestão de Políticas Públicas. Essa Resolução, ao instituir as DCN para esse campo, também estabeleceu, em seu art. 12, que as Instituições de Ensino Superior teriam o prazo de dois anos para proceder às adequações necessárias para o cumprimento das novas normas, ou seja, até janeiro de 2016.

Essa exigência de adequação, aliada às reflexões geradas a partir de uma avaliação dos seus primeiros anos de implantação, levou o Colegiado de Coordenação Didática do Curso de Gestão Pública da UFMG a proceder a uma efetiva avaliação do curso com vistas a identificar possíveis necessidades de ajustes. Para isso, instituiu uma comissão formada por professores do Núcleo Docente Estruturante (NDE) e do Colegiado do curso, por doutorandos que compunham a equipe de docência de Gestão Pública e um representante discente. Os dados, informações e análises geradas por essa comissão subsidiaram o Colegiado na formulação da proposta de reforma do curso, encaminhada à apreciação da Câmara de Graduação da UFMG e aprovada em novembro de 2015.

Os principais pontos que foram alterados nessa reforma de 2015 foram:

- Ampliação da carga horária mínima do curso, que passou de 2.400 para 3.000 horas, nos termos da Resolução CNE/CES nº 2, de 18 de junho de 2007, e como a principal adequação às DCN do Campo de Públicas.

- Eliminação de três percursos previstos na versão inicial do curso que definiam a formação em três ênfases: Gestão do Poder Executivo, Gestão do Poder Legislativo, Gestão Pública Não Estatal. Essa mudança decorreu de uma avaliação que considerou os seguintes aspectos: a opção por uma das ênfases empobrece a formação do gestor público dado que é desejável uma formação mais geral que incorpore o conteúdo das três ênfases, sendo que cada uma isoladamente não traz especificidades que as justifiquem enquanto uma especialização; a formação com ênfase não foi uma procura dos alunos que optaram em sua totalidade pela formação geral (um dos percursos possíveis); a manutenção das ênfases fugia à capacidade do DCP de ofertar um número suficiente de disciplinas que possibilitassem essa tríple formação; a análise das demandas do mercado de trabalho, feita especialmente por meio da leitura e análise de diversos editais de concursos públicos, indicou que essa especialização não é um fator que gera um diferencial na formação do gestor público, não se justificando engendrar esforços para algo que não traz ganhos significativos na sua formação.
- Inclusão de disciplinas relacionadas a campos do conhecimento que as DCN estabelecem como obrigatórios para a formação do gestor público.
- Revisão da posição de disciplinas no percurso formativo, bem como revisão da obrigatoriedade (ou não) de algumas disciplinas.
- Alterações no conteúdo de disciplinas com o objetivo de: (a) adequá-las, não apenas às DCN estabelecidas para os cursos do Campo de Públicas, mas também à normatização relativa às temáticas Relações Étnico-raciais, Educação Ambiental e Direitos Humanos, conforme determinado, respectivamente, pela Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999, e pelas Resoluções nº 1, de 17 de junho de 2004, e nº 1, de 30 de maio de 2012, ambas do CNE; (b) melhor atender às efetivas necessidades de formação do gestor público; e, por fim, (c) eliminar sobreposições.

Sendo assim, a reforma exigiu a reformulação do Projeto Pedagógico do curso e a definição de uma nova versão curricular (N 2015/2) que estão consubstanciados neste documento.

2 IDENTIFICAÇÃO DO CURSO DE GESTÃO PÚBLICA

Curso: Gestão Pública

Unidade: Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas (Fafich)

Turno de Funcionamento: Noturno

Modalidade Profissional: Bacharel em Gestão Pública

Número de Vagas Anuais / Semestre de Ingresso: Duas entradas anuais, cada uma com 40 alunos.

Endereço do Colegiado: Avenida Antônio Carlos, 6627, Fafich, sala 2039.

Fone do Colegiado: +55 (31) 3409 3826

E-mail do Colegiado: gestaopublica@fafich.ufmg.br

2.1 Colegiado de Coordenação Didática e Núcleo Docente Estruturante-NDE

O Colegiado de Coordenação Didática do Curso de Gestão Pública é o órgão que, na estrutura organizacional da Universidade, cuida da gestão acadêmica e administrativa do Curso e tem como principais atribuições:

- Elaborar resoluções que regulamentem os diversos aspectos da implementação rotineira da grade curricular;
- Propor o horário das diversas atividades discentes (grade horária das disciplinas, estágios, planos de trabalho de bolsistas, seminários e outros eventos, entre outras);
- Requerer dos departamentos a indicação de professores para as disciplinas oferecidas a cada semestre;
- Acompanhar o andamento rotineiro do curso, visando a identificar problemas que prejudiquem seu bom desempenho, tratando de encaminhar soluções para os mesmos;
- Encaminhar todos os pedidos e requerimentos dos alunos de maneira rotineira, segundo as regras de funcionamento da universidade;

- Dar andamento a todas as solicitações e decisões dos órgãos de administração superiores no que se refira ao Curso.

O Colegiado é composto pelo coordenador e subcoordenador, dois representantes dos professores do Departamento de Ciência Política, um representante dos professores do Departamento de Sociologia e outro do Departamento de Economia, e um representante discente. A coordenação é exercida pelo coordenador do curso, sendo que o coordenador e os demais membros do Colegiado têm mandato de dois anos, admitindo-se recondução.

De acordo com a Resolução nº 10/2018, do CEPE/UFMG, em consonância com a Portaria nº 147/2007 e a Resolução nº 1, de 17/06/2010, do CONAES, o Núcleo Docente Estruturante (NDE) é uma instância de caráter consultivo, para acompanhamento do curso, visando à contínua promoção de sua qualidade e tem como atribuições:

- I. Propor ao Colegiado do Curso medidas que preservem a atualidade do projeto Pedagógico do Curso (PPC), em face das demandas e possibilidades do campo de atuação profissional e da sociedade, em sentido amplo;
- II. Avaliar e contribuir sistematicamente para a consolidação do perfil profissional do egresso, considerando as Diretrizes Curriculares Nacionais, bem como a necessidade de promoção do desenvolvimento de competências, visando a adequada inserção social e profissional em seu campo de atuação;
- III. Implementar, junto ao Colegiado do Curso, ações que viabilizem as políticas necessárias à efetivação da flexibilização curricular;
- IV. Criar estratégias para viabilizar a articulação entre ensino, a extensão, a pesquisa e a pós-graduação, considerando as demandas específicas do curso e de cada área do conhecimento;
- V. Realizar anualmente uma atividade de avaliação do curso com participação da comunidade acadêmica que resulte em relatório, aprovado pelo Colegiado de Graduação, a ser enviado à Comissão Própria de Avaliação (CPA) da UFMG.

O Núcleo Docente Estruturante do curso de Gestão Pública é integrado por seis membros: cinco docentes eleitos pelo Colegiado do curso, sendo quatro do Departamento de Ciência Política e um do Departamento de Sociologia, e, como membro nato, o coordenador do Colegiado.

3 FORMA DE ACESSO AO CURSO DE GESTÃO PÚBLICA

O processo seletivo para ingresso no curso presencial de graduação em Gestão Pública obedece aos critérios estabelecidos pela UFMG, por meio das Resoluções do Conselho Universitário nº 01, de 19 de março de 2013, e sua reedição por meio da Resolução nº 16, de 11 de agosto de 2015; e a Resolução Complementar nº 01, de 16 de março de 2010; por meio da Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, alterada pela Lei nº 13.409, de 28 de dezembro de 2016; pelo Decreto MEC nº 7824, de 11 de outubro de 2012; e pelas Portarias Normativas MEC nº 21, de 5 de novembro de 2012; nº 18, de 11 de outubro de 2012; nº 19, de 06 de novembro de 2014; e nº 9, de 05 de maio de 2017.

Desde 2014, a UFMG seleciona os candidatos para os cursos presenciais de graduação por meio do Sistema de Seleção Unificada (SiSU), do MEC. Para concorrer às vagas oferecidas pela UFMG o candidato deverá, obrigatoriamente se inscrever no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) para posteriormente efetuar sua inscrição no SiSU, e a seleção dos candidatos às vagas será efetuada exclusivamente com base nos resultados obtidos pelo candidato no ENEM referente ao ano anterior, por meio do SiSU. A partir de 2016, de acordo com a Resolução do Conselho Universitário da UFMG nº 16, de 11 de agosto de 2015, são reservadas 50% das vagas a candidatos que cursaram integralmente o ensino médio em escolas públicas brasileiras e que, no ato de sua inscrição no SiSU, optarem pelo ingresso por reserva de vagas, situação em que serão observadas as condições previstas na legislação vigente, consideradas as modalidades de reserva de vagas definidas pelo MEC. A partir de 2018, em função das alterações trazidas pela Lei nº 13.409, de 28 de dezembro de 2016, à Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, acrescentou-se à reserva de vagas para os autodeclarados pretos, pardos e indígenas a reserva de vagas para pessoas com deficiência.

A distribuição de vagas remanescentes ocorre de acordo com a Resolução Complementar nº 01, de 16 de março de 2010, que resolve que as vagas remanescentes serão providas por meio de processo seletivo específico, oferecidas por meio dos procedimentos de rematrícula (no caso de ter sido desligado da UFMG), reopção (mudança do aluno de um curso de graduação para outro), transferência de outras instituições de ensino e obtenção de novo título (matrícula de graduados em cursos superiores para obtenção de novo título, com aproveitamento dos créditos já obtidos).

4 ATENDIMENTO DO CURSO À CARGA HORÁRIA TOTAL MÍNIMA E AO TEMPO MÍNIMO PARA INTEGRALIZAÇÃO

Em conformidade às DCN, a carga horária total do curso é de 3.000 horas. Assim sendo, e em observância às normas acadêmicas da UFMG que estabelecem o limite máximo de 300 horas por semestre, o currículo padrão do curso de Gestão Pública é de 10 semestres letivos ou cinco anos.

Em observância à Resolução CNE/CES nº 02, de 18 de junho de 2007, o período de integralização do curso é de, no mínimo, quatro (4) anos - oito (8) semestres - e, no máximo, de oito anos e meio (8,5) -17 semestres. Observando o estabelecido na mesma resolução, que estabelece que estágios e atividades complementares não podem ultrapassar 20% da carga horária total do curso, o Estágio Obrigatório do curso integraliza 300 horas / 20 créditos, e as atividades complementares, denominadas Atividades Integradoras de Crédito (AIC), integralizam até 300 horas.

5 CONSONÂNCIA DO CURRÍCULO COM AS DIRETRIZES CURRICULARES NACIONAIS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

O curso de Gestão Pública tem como parâmetros normativos:

- A Resolução CNE/CES nº 01, de 13 de janeiro de 2014, que institui as DCN para o curso de graduação em Administração Pública e compreendem o campo multidisciplinar de investigação e atuação profissional voltado ao Estado, ao Governo, à Administração Pública e Políticas Públicas, à Gestão Pública, à Gestão Social e à Gestão de Políticas Públicas, abarcando, assim, um conjunto de cursos com denominações variadas, mas congruentes, chamado “Campo de Públicas”;

- As normas acadêmicas da UFMG;
- A Resolução nº 3, de 22 de junho de 2006, que regulamenta o estágio em cursos de graduação;
- As Diretrizes de Flexibilização Curricular da UFMG de 2001;
- Outras resoluções do CNE/CES e da UFMG.

5.1 Princípios fundamentais

Tendo como referências as DCN, o curso de Gestão pública da UFMG orienta-se pelos seguintes princípios:

- I. A formação dos alunos, além de pautar-se na ética profissional, deve orientar-se pelo *ethos* republicano e democrático de modo que compreendam sua responsabilidade pela *res publica* e pela defesa do efetivo caráter público e democrático do Estado.
- II. A flexibilidade da formação como possibilidade de construção de percursos diferenciados.
- III. O curso deve propiciar oportunidades de interdisciplinaridade e de transdisciplinaridade que garantam ao aluno transitar numa multiplicidade de áreas do conhecimento e sua interseção com outros cursos.

Esses princípios são congruentes com os princípios norteadores da UFMG, expressos no seu Plano de Desenvolvimento Institucional 2013-2017 e incorporados na concepção do curso de gestão pública

5.2 Perfil do profissional a ser formado

O curso de graduação em Gestão Pública tem como objetivo propiciar formação humanista e crítica de profissionais e pesquisadores, tornando-os aptos a atuar como políticos, administradores ou gestores públicos na administração pública estatal e não estatal, nacional e internacional, e como analistas e formuladores de políticas públicas.

5.2.1 Competências, habilidades e atitudes a serem desenvolvidas

De acordo com as Diretrizes para os Currículos de Graduação da UFMG, aprovadas pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (Cepe) em 19 de abril de 2001, são as seguintes as competências e habilidades esperadas do profissional formado pela UFMG:

- Conduta pautada pela ética e preocupação com as questões sociais e ambientais;
- Capacidade de atuar de forma crítica, autônoma e criativa;
- Atuação propositiva na busca de soluções para as questões apresentadas pela sociedade;
- Capacidade de comunicação e de expressão em múltiplos códigos e linguagens, em particular na língua portuguesa;
- Capacidade de diagnosticar, analisar e contextualizar problemas;
- Busca de constante aprimoramento científico e técnico, a partir da capacidade de articular elementos empíricos e conceituais inerentes ao conhecimento;
- Domínio de técnicas essenciais à produção e à aplicação do conhecimento;
- Trabalho integrado e contributivo em equipes transdisciplinares.

No que se refere especificamente ao egresso do curso de Gestão Pública, o curso propõe oferecer uma formação integral para as pessoas que têm por objeto profissional a gestão pública, seja em instituições estatais, seja em instituições não-estatais. Nesse intuito, espera-se que o curso possibilite o desenvolvimento das seguintes competências e habilidades:

- I. Reconhecer, definir e analisar problemas de interesse público relativos às organizações e às políticas públicas;
- II. Apresentar soluções para processos complexos, inclusive de forma preventiva, mediando interesses e liderando programas, projetos ou ações voltadas para sua implementação;
- III. Desenvolver consciência quanto às implicações éticas do exercício profissional, em especial a compreensão do *ethos* republicano e democrático, indispensável à sua atuação;
- IV. Estar preparado para analisar e participar, em diferentes graus de complexidade, do processo de tomada de decisão e da formulação de políticas, programas, planos e projetos públicos e para desenvolver avaliações, análises e reflexões críticas sobre a área pública;
- V. Desenvolver raciocínio lógico, crítico e analítico para operar com métodos quantitativos e qualitativos na análise de processos econômicos, sociais, políticos e administrativos;
- VI. Expressar-se de modo crítico e criativo diante dos diferentes contextos organizacionais e socioculturais, desenvolvendo expressão e comunicação adequadas aos processos de negociação e às comunicações interinstitucionais;
- VII. Ter iniciativa, criatividade, determinação e abertura ao aprendizado permanente e às mudanças.

Dessa forma, espera-se que o profissional formado esteja apto para atuar no âmbito das complexas redes institucionais e sociais que se tecem com vistas a dar processamento aos temas de interesse público, no processo de elaboração, gestão e controle da execução de políticas públicas e de provisão de serviços, e que se constituem por diferentes instituições e organizações, sejam elas estatais no âmbito dos três poderes e nos três níveis de governo, quanto organizações não-estatais. Essa perspectiva mais ampla da gestão pública, que articula os aspectos técnicos e políticos presentes nas habilidades, competências e atitudes necessárias a um gestor público, distingue a formação que se pretende oferecer no curso de Gestão Pública da UFMG.

5.2.2 Campo de atuação

Órgãos e entidades públicas, como prefeituras, secretarias, coordenadorias, Câmaras de Vereadores, Assembleias Legislativas, assessorias parlamentares, organismos e instituições provenientes da sociedade civil organizada e do Terceiro Setor (ONGs, OSCIPs etc.), organismos internacionais.

5.3 Componentes curriculares

Os conteúdos que compõem a matriz curricular do curso de Gestão Pública devem observar perspectiva histórica e contextualizada, bem como ser condizentes com os valores públicos, o desenvolvimento nacional, a redução das desigualdades e o reconhecimento dos desafios derivados da diversidade regional e cultural do país. Os conteúdos estão organizados em formação básica e formação profissional.

5.3.1 Conteúdos de formação básica

- I. Conteúdos relacionados à característica multidisciplinar da área Pública, articulando conhecimentos de Administração, de Finanças Públicas, de Ciência Política, de Economia, de Direito e de Sociologia;
- II. Conteúdos ético-profissionais e os relacionados à gestão da informação;
- III. Conteúdos relacionados à capacidade de leitura, escrita e expressão;
- IV. Conteúdos relacionados, nas diferentes áreas disciplinares, à realidade histórica e contemporânea da sociedade e do Estado brasileiros.

5.3.2 Conteúdos de formação profissional

- I. Conteúdos sobre governos e políticas públicas comparadas;
- II. Conteúdos metodológicos, abrangendo estudos quantitativos e qualitativos;

- III. Conteúdos de caráter instrumental relativos à formulação e gestão de planos e projetos de intervenção, avaliação de políticas públicas e outros;
- IV. Conteúdos complementares ou especializados, que visem ao aprofundamento de estudos de caráter transversal e interdisciplinar.

5.4 Percursos formativos

O curso oferece duas possibilidades de percursos:

1. Bacharel em Gestão Pública com Formação Livre.
2. Bacharel em Gestão Pública com Formação Complementar Aberta e Formação Livre.

Ambos os percursos são constituídos por disciplinas obrigatórias e disciplinas optativas, sob a responsabilidade do DCP e de outros departamentos da UFMG, e opcionalmente por AIC, que são atividades complementares às atividades didáticas, sob responsabilidade da UFMG ou desenvolvidas por outras instituições. As regras gerais que orientam a trajetória dos alunos no curso são as seguintes:

- Todos os alunos devem integralizar 124 créditos / 1.860 horas em disciplinas obrigatórias, incluindo entre elas duas disciplinas relativas a Estágio Curricular Obrigatório (A e B) e o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC).
- Os alunos que optarem pelo Bacharelado com Formação Livre devem cursar 72 créditos / 1.080 horas, em disciplinas optativas do curso de Gestão Pública e 04 créditos / 60 horas em atividades acadêmicas curriculares de sua livre escolha em qualquer curso de graduação da UFMG (Formação livre).
- Os alunos que optarem pelo Bacharelado com Formação Complementar Aberta (FCA) e Formação Livre devem cursar 20 créditos / 300 horas em disciplinas optativas de outros cursos da UFMG que, no seu conjunto, constituam um campo complementar de conhecimento e formação

(Formação Complementar Aberta), 52 créditos / 780 horas em disciplinas optativas do curso de Gestão Pública e 04 créditos / 60 horas em atividades acadêmicas curriculares de sua livre escolha em qualquer curso de graduação da UFMG (Formação Livre). As normas para realização de FCA estão definidas na Resolução nº 01, de 05 de abril de 2016, do Colegiado de Coordenação Didática do Curso de Gestão Pública.

- O TCC é componente curricular obrigatório e corresponde a 08 créditos / 120 horas, podendo ser realizado nas modalidades: monografia, projeto ou programa de intervenção, artigo científico ou projeto de iniciação científica, centrados em área teórico-prática ou de formação profissional. As normas para realização do TCC estão definidas na Resolução nº 06, de 05 de Abril de 2016, do Colegiado de Coordenação Didática do Curso de Gestão Pública. Em 2017 foi criado um concurso para escolha dos melhores TCC de cada ano com vistas incentivar e valorizar a produção dos alunos. A regulamentação desse concurso está definida na Resolução nº 02/2018, de 28 de novembro de 2018, aprovada pela Congregação da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas.
- Os alunos devem integralizar 20 créditos / 300 horas de estágio supervisionado, distribuídas em dois períodos de estágio (respectivamente de 180 h e 120 h), a serem realizados a partir do 7º período em instituições estatais ou não-estatais que tenham estabelecido parcerias formais com a UFMG e ou firmado Termos de Compromisso. A regulamentação de estágios está definida nas Resoluções nº 01, de 31 de maio de 2019, do Colegiado de Coordenação Didática do Curso de Gestão Pública.
- Os alunos poderão integralizar até 20 créditos / 300 horas nas AIC, consideradas atividades complementares às atividades didáticas ofertadas pela UFMG. A regulamentação das AIC é feita pela Resolução nº 02, de 05 de abril de 2016, do Colegiado de Coordenação Didática do Curso de Gestão Pública.

As resoluções citadas e outras resoluções estão anexadas a este Projeto Pedagógico.

5.5 Aspectos constitutivos

Em conformidade com as Diretrizes da Flexibilização Curricular, aprovadas pelo Cepe da UFMG, em 2001, o curso de Gestão Pública tem por diretriz, a multidisciplinaridade na formação do aluno, incluindo na sua estrutura curricular disciplinas ministradas por professores de diferentes formações a partir de parcerias firmadas com diferentes departamentos da UFMG, por meio de anuências para a oferta de disciplinas no curso, contando com a estreita colaboração dos Departamentos de Sociologia, Estatística, Ciências Econômicas, Demografia e mais recentemente com o Departamento de Ciências Contábeis. Existe ainda a possibilidade de cursar disciplinas em qualquer curso de graduação da UFMG que disponibilizarem vagas (Formação Livre).

Mas, para além da multidisciplinaridade, considera-se que a interdisciplinaridade é fundamental para que eles possam articular os conhecimentos adquiridos e relacioná-los à prática profissional. A participação em atividades de pesquisa, monitoria e extensão, vinculadas aos grupos de estudo / pesquisa / extensão existentes na UFMG, bem como a vivência profissional complementar e o estágio supervisionado são propícias para a concretização dessas possibilidades de integração do conhecimento. Ressalta, nessa perspectiva, as disciplinas de imersão na gestão pública, com oferecimento iniciado em 2017, na qual os alunos são colocados na situação de buscar resolver problemas concretos e produzir respostas adequadas para problemas da gestão, para o que a articulação de conhecimento é imprescindível. Além disso, atividades que possibilitam o contato com profissionais em exercício, como eventos, cursos livres e vivências profissionais que possibilitam a articulação entre teoria e prática são estimulados pela estrutura curricular do curso, que integraliza créditos derivados da participação dos alunos nesses espaços e/ou atividades.

Dentro da posposta de flexibilização, os alunos podem também optar por cursar uma das Formações Transversais oferecidas pela UFMG que avançam no sentido da transdisciplinaridade e que podem ser validadas como Formação Complementar Aberta a critério do Colegiado de Coordenação Didática do curso com base na avaliação de sua relação com formação definida para o curso de Gestão Pública.

As Formações Transversais são atividades acadêmicas que abordam temáticas de interesse geral, visando incentivar a formação de espírito crítico e de visão aprofundada em

relação às grandes questões do País e da humanidade. As disciplinas são prioritariamente de caráter inter, intra e transdisciplinar, e são oferecidas até mesmo em grandes áreas do conhecimento diferentes daquela à qual o curso do aluno está vinculado, com o objetivo de afirmar uma concepção de universalidade como fundamento do ensino de graduação. O intuito Formações Transversais é dar aos alunos de graduação acesso a temáticas que ampliem seu horizonte de percepção do mundo, constituindo um repertório de elementos estruturantes da interpretação da realidade fundamentados no conhecimento.

Também está prevista no curso de Gestão Pública a integração da graduação em Gestão Pública com a Pós-Graduação em Ciência Política, na medida em que os alunos tanto podem cursar disciplinas do Programa quanto compor grupos de estudos e equipes de pesquisa, desenvolvendo desde a graduação habilidades e competências necessárias para a pesquisa científica.

Estão previstas também disciplinas optativas que articulam o ensino e a extensão universitária, promovendo a imersão dos alunos na prática da gestão de órgãos públicos dos governos municipais, com o objetivo de desenvolver estudos e projetos que contribuam para o aprimoramento da gestão e das políticas públicas municipais. Com essas disciplinas busca-se aliar os conteúdos teóricos do curso com a prática da gestão pública, na medida em que os alunos, sob a supervisão dos professores responsáveis pelas disciplinas, elaboram produtos a partir de demandas dos gestores municipais. Esse formato pode ser aplicado no âmbito das seguintes disciplinas optativas: DCP 171 - Tópicos em Gestão Pública; DCP 173 - Tópicos em Políticas Públicas; DCP 153 - Laboratório de Gestão Pública; DCP 152 – Laboratório de Formulação e Avaliação de Projetos.

5.6 Eixos, disciplinas, currículo padrão e atividades integradoras de crédito

No intuito de oferecer possibilidades para que os futuros profissionais reconheçam, definam e analisem problemas de interesse público e possam apresentar soluções para problemas complexos, considerando as habilidades, competências e atitudes descritas anteriormente, a estrutura curricular do curso organiza-se em torno de três eixos estruturantes:

- 1) Eixo Fundamentos teórico-conceituais – disciplinas de formação básica que oferecem elementos teórico-conceituais que permitam ao aluno a compreensão crítica da realidade e do contexto da gestão pública. Estão incluídas nesse eixo disciplinas que ministram conhecimentos relacionados aos diversos campos de interseção da gestão pública, como Administração, Ciência Política, Economia, Direito, Sociologia, Tecnologias de Comunicação e Informação, Políticas públicas.
- 2) Eixo Fundamentos para Análise – disciplinas de formação básica e de formação profissional que oferecem elementos teórico-conceituais e práticos que permitam ao aluno analisar a realidade, especialmente as que possibilitam o conhecimento e a análise da realidade histórica e contemporânea da sociedade e do Estado brasileiros, dos governos, das políticas públicas, da gestão pública, além dos conhecimentos metodológicos fundamentais para o exercício profissional.
- 3) Eixo Conhecimento Aplicado – disciplinas de formação básica e de formação profissional que oferecem elementos teórico-conceituais e práticos que permitam ao aluno planejar a intervenção na realidade e efetivamente intervir e que constituem o campo específico da Gestão Pública.

As disciplinas obrigatórias, que compõem o currículo padrão do curso, são apresentadas no Quadro 1, posicionadas conforme os eixos estruturantes a que correspondem.

Quadro 1: Distribuição das disciplinas obrigatórias por eixo estruturante

Eixo: Fundamentos teórico-conceituais	Eixo: Fundamentos para análise	Eixo: Conhecimento aplicado
DCP 032 - Fundamentos da Análise Política	DCP 033 - Metodologia	DCP 089 - Projeto Trabalho Conclusão de Curso
DCP 037 - Análise de Políticas Públicas	DCP 035 - Instituições Políticas Comparadas	DCP 129 - Finanças Públicas
DCP 124 - Gestão Pública A	DCP 042 - Política, Economia e Sociedade no Brasil	DCP 130 - Planejamento Público
DCP 127 - Gestão Pública B	DCP 131 - Avaliação de Políticas Públicas A	DCP 133 - Formulação e Implementação de Programas e Projetos
DCP 123 - Aspectos Legais da Gestão Pública A	ECN 190 - Econometria I	DCP 134 - Avaliação de Políticas Públicas B
DCP 125-Aspectos Legais da Gestão Pública B	ECN 044 - Economia do Bem-Estar	DCP 135 - Estágio Curricular A
DCP 126 - Estado e Políticas Sociais A	EST 180 - Estatística I	DCP 136 - Estágio Curricular B
DCP 128 - Estado e Políticas Sociais B		DCP 137 - Trabalho de Conclusão do Curso
DCP 132 - Democracia Digital e Governo Eletrônico		
SOA 048 - Fundamentos de Análise Sociológica		
SOA 607 - Sociologia das Organizações Públicas		
ECN 140 - Introdução à Economia		

As disciplinas optativas seguem a mesma distribuição, conforme o Quadro 2.

Quadro 2: Distribuição das disciplinas optativas por eixo estruturante

Eixo: Fundamentos teórico-conceituais	Eixo: Fundamentos para análise	Eixo: Conhecimento aplicado
DCP 001 - Teoria Política Contemporânea	DCP 030 - Tópicos em Política	DCP 088 - Laboratórios de Formulação, Implementação e Avaliação de Políticas Públicas
DCP 025 - Instituições Políticas	DCP 055 - Legislativos Subnacionais em Perspectiva Comparada	DCP 145 - Desenho de Questionários
DCP 026 - Movimentos Sociais e Sociedade Civil	DCP 079 - Gestão Pública com Foco em Direitos Humanos	DCP 151 - Indicadores sociais
DCP 028 - Política Internacional	DCP 083 - Tópicos em Política Internacional	DCP 152 - Laboratório de Formulação e Avaliação de Projetos
DCP 053 - Gênero e Políticas Públicas	DCP 098 - Tópicos em Metodologia	DCP 153 - Laboratório de Gestão Pública
DCP 061 - Democracia, Redistribuição, Reconhecimento e Representação	DCP 138 - Análise de Políticas Locais	DCP 155 - Metodologias Participativas de Planejamento Público
DCP 066 - Governança, Accountability e Democracia	DCP 143 - Burocracia Pública	DCP 156 - Monitoramento e Avaliação de Projetos
DCP 069 - Direitos e Cidadania	DCP 144 - Democracia, Cidadania e Estado de Bem Estar Social em Perspectiva Comparada	DCP 158 - O Estudo de Caso como Estratégia Metodológica para Análise e Avaliação de Políticas Públicas
DCP 071 - Democracia e Participação	DCP 149 - Federalismo Fiscal no Brasil	DCP 160 - O Processo Decisório no Sistema Político Brasileiro
DCP 074 - Corrupção, Democracia e Interesse Público	DCP 150 - Governança Global	DCP 161 - Oficina de Orçamento Público
DCP 146 - Esfera Pública, Lobby e Grupos de Interesses	DCP 159 - O Experimento como Estratégia Metodológica para Avaliação Políticas Públicas	DCP 169 - Teoria dos Jogos
DCP 147 - Estado e Sociedade no Brasil	DCP 168 - Sistema Proteção Social Brasileiro em Perspectiva Comparada	ECN 086 - Métodos Quantitativos Aplicados I
DCP 148 - Ética na Gestão Pública	DCP 170 - Tópicos em Análise Política	ECN 089 - Métodos Quantitativos Aplicados II
DCP 154 - Legislativo e Políticas Públicas	DCP 171 - Tópicos em Gestão Pública	LET 223 - Fundamentos de Libras
DCP 165 - Política Brasileira A	DCP 172 - Tópicos em Política Contemporânea	
DCP 166 - Política Brasileira B	DCP 173 - Tópicos em Políticas Públicas	
DCP 167 - Política Externa Brasileira	ECN 033 - Tópicos em Desenvolvimento Econômico e Regional	
ECN 051 - História Econômica do Brasil	ECN 083 - Economia Brasileira	
ECN 055 - Economia Política	ECN 093 - Sistemas Econômicos Comparados	
ECN 085 - Economia Política Internacional I	SOA 029 - Tópicos em Teoria Sociológica	

Continua

Continuação

ECN 088 - Economia Política Internacional II	SOA 071 – Tópicos em Sociologia	
ECN 090 - Economia da América Latina	CIC 032 - Tópicos em Contabilidade B	
ECN 092 - Organização Econômica Internacional I	POP 004 - Tópicos em Demografia	
ECN 181 - História Econômica Geral		
UNI 005 - O Sistema Político Brasileiro		

As atividades integradoras de crédito são listadas no Quadro 3.

Quadro 3: Atividades Integradoras de Crédito

Código	Nome
DCP090	Trabalho Publicado em Periódico Científico
DCP091	Trabalho Apresentado/Publicado em Anais
DCP092	Vivência Profissional Complementar
DCP107	Atividade de Pesquisa, Monitoria e/ou Extensão II
DCP120	Participação em Eventos II
DCP121	Participação em Eventos I
DCP164	Pesquisa Bibliográfica
DCP174	Participação em Grupos de Estudo II
DCP175	Monitoria III
DCP176	Atividades Interinstitucionais de Ensino A
DCP177	Atividades Interinstitucionais de Ensino B
DCP178	Atividades Interinstitucionais de Pesquisa e/ou Extensão A
DCP179	Atividades Interinstitucionais de Pesquisa e/ou Extensão B

Os Quadros 4 e 5 trazem as representações gráficas dos dois percursos formativos do curso de Gestão Pública.

Quadro 4: Representação do currículo padrão no percurso de Bacharel em Gestão Pública com Formação Livre

Período	Disciplinas e códigos				
1º.	DCP 124 - Gestão Pública A	DCP 032 - Fundamentos de Análise Política	SOA 048 - Fundamentos de Análise Sociológica	DCP 123 - Aspectos Legais da Gestão Pública A	DCP 033 - Metodologia
2º.	DCP 035 - Instituições Políticas Comparadas	EST 180 - Estatística I	ECN 140 - Introdução à Economia	SOA 607 - Sociologia das Organizações Públicas	DCP 125 – Aspectos Legais da Gestão Pública B
3º.	DCP 037 - Análise de Políticas Públicas	ECN 044 - Economia do Bem-Estar	ECN 190 - Econometria	DCP 127 - Gestão Pública B	DCP 126 - Estado e Políticas Sociais A
4º.	DCP 128 - Estado e Políticas Sociais B	DCP 129 - Finanças Públicas	DCP 042 - Política, Economia e Sociedade no Brasil	DCP 130 - Planejamento Público	Disciplina Optativa
5º.	DCP 132 - Democracia Digital e Governo Eletrônico	DCP 131 - Avaliação de Políticas Públicas A	DCP 133 - Formulação e Implementação de Programas e Projetos	Disciplina Optativa	Disciplina Optativa
6º.	DCP 134 - Avaliação de Políticas Públicas B	Disciplina Optativa	Disciplina Optativa	Disciplina Optativa	Disciplina Optativa
7º.	DCP 135 – Estágio Curricular A			Disciplina Optativa	Disciplina Optativa
8º.	DCP 136 - Estágio Curricular B		Disciplina Optativa	Disciplina Optativa	Disciplina de Formação Livre
9º.	DCP 089 - Projeto do Trabalho de Conclusão de Curso	Disciplina Optativa	Disciplina Optativa	Disciplina Optativa	Disciplina Optativa
10º.	DCP 137 – Trabalho de Conclusão de Curso - TCC		Disciplina Optativa	Disciplina Optativa	Disciplina Optativa

*Disciplinas optativas podem ser substituídas por atividades integradoras de créditos.

Quadro 5: Representação da estrutura curricular no percurso Bacharel em Gestão Pública com Formação Complementar Aberta (FCA) e Formação Livre

Período	Disciplinas e códigos				
1º.	DCP 124 - Gestão Pública A	DCP 032 - Fundamentos de Análise Política	SOA 048 - Fundamentos de Análise Sociológica	DCP 123 - Aspectos Legais da Gestão Pública A	DCP 033 - Metodologia
2º.	DCP 035 - Instituições Políticas Comparadas	EST 180 - Estatística I	ECN 140 - Introdução à Economia	SOA 607 - Sociologia das Organizações Públicas	DCP 125 – Aspectos Legais da Gestão Pública B
3º.	DCP 037 - Análise de Políticas Públicas	ECN 044 - Economia do Bem-Estar	ECN 190 - Econometria	DCP 127 - Gestão Pública B	DCP 126 - Estado e Políticas Sociais A
4º.	DCP 128 - Estado e Políticas Sociais B	DCP 129 - Finanças Públicas	DCP 042 - Política, Economia e Sociedade no Brasil	DCP 130 - Planejamento Público	Disciplina Optativa
5º.	DCP 132 - Democracia Digital e Governo Eletrônico	DCP 131 - Avaliação de Políticas Públicas A	DCP 133 - Formulação e Implementação de Programas e Projetos	Disciplina Optativa	Disciplina Optativa
6º.	DCP 134 - Avaliação de Políticas Públicas B	Disciplina Optativa	Disciplina Optativa	Disciplina Optativa	Formação Livre
7º.	DCP 135 – Estágio Curricular A			Disciplina de FCA	Disciplina de FCA
8º.	DCP 136 - Estágio Curricular B		Disciplina de FCA	Disciplina de FCA	Disciplina Optativa
9º.	DCP 089 - Projeto do Trabalho de Conclusão de Curso	Disciplina Optativa	Disciplina de FCA	Disciplina Optativa	Disciplina Optativa
10º.	DCP 137 – Trabalho de Conclusão de Curso - TCC		Disciplina Optativa	Disciplina Optativa	Disciplina Optativa

*Disciplinas optativas podem ser substituídas por atividades integradoras de créditos

6 ATENDIMENTO DO CURRÍCULO À OFERTA DE CONTEÚDOS DEFINIDOS EM LEIS E OUTROS DISPOSITIVOS NORMATIVOS

O conjunto das disciplinas do curso de Gestão Pública atende a determinações das DCN para os cursos do Campo de Públicas, assim como a regulamentações diversas que estabelecem conteúdos relacionados a Libras, Relações Étnico-raciais, Educação Ambiental e Direitos Humanos, que são, respectivamente, a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, regulamentada pelo Decreto nº 5626, de 22 de dezembro de 2005; a Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999, regulamentada pelo Decreto nº 4281, de 25 de junho de 2002, e as Resolução nº 1, de 17 de junho de 2004, e nº 1, de 30 de maio de 2012, ambas do CNE.

Quadro 6: Conteúdo de Libras

Disciplina	Código	Ementa
Fundamentos de LIBRAS	LET 223	Aspectos históricos e conceituais da cultura surda e filosofia do bilinguismo. Fundamentos linguísticos da Língua Brasileira de Sinais bilinguismo (LIBRAS). Aquisição e desenvolvimento de habilidades básicas expressivas e receptivas em LIBRAS.

Quadro 7: Conteúdo de Relações Étnico-Raciais

Disciplina	Código	Ementa
Democracia e Participação	DCP 071	Estado e sociedade civil: conceitos, padrões de relação, atores, padrões de ação. Participação nos diferentes modelos de democracia.
Gestão Pública com Foco em Direitos Humanos	DCP 079	Políticas Públicas e Direitos Humanos. Plataforma Internacional dos Direitos Humanos. Direitos civis e políticos. Direitos Econômicos, sociais e culturais. Questões e elementos de análise de políticas e de gestão pública: violência (urbana e rural), segurança pública, meio ambiente e justiça social, acessibilidade urbana, preconceitos na convivência com deficientes e idosos, afrodescendentes e indígenas, barreiras humanas e de atitude com relação a públicos específicos tais como crianças e adolescentes, mulheres, refugiados, migrantes, populações indígenas, entre outros.
Direitos e Cidadania	DCP 069	Origens e formas de compreensão dos Direitos: direitos políticos e civis, direitos e garantias individuais, direitos sociais e econômicos, direitos difusos. Processos de expansão: condição de vida urbana, interfaces com lutas sociais e políticas, gestão pública. Direitos humanos e cidadania na construção das lutas sociais e na constituição de novos sujeitos de direito. Integralidade e Indivisibilidade dos Direitos. Plataforma Internacional dos Direitos Humanos. Reconstrução histórica no processo de afirmação dos Direitos Humanos na sociedade brasileira. Problemas atuais.
Política, economia e sociedade no Brasil	DCP 042	Construção nacional e construção do Estado no Brasil, desde a independência. Dinâmicas interdependentes da política, da economia e da estrutura social brasileira no último século. Etapas históricas do desenvolvimento político, econômico e social no Brasil. Os desafios das questões étnico-racial, socioambiental e de direitos humanos.
Movimentos Sociais e Sociedade Civil	DCP 026	Ação coletiva. Identidades coletivas. Conceito de sociedade civil: principais autores, trajetória, redefinições conceituais e debates. Elementos da participação popular e associativismo. Trajetórias dos movimentos sociais no Brasil contemporâneo, com ênfase nos movimentos em defesa dos direitos humanos, de minorias e do meio ambiente. Contribuições teóricas para a análise dos movimentos sociais. Esfera pública e democracia deliberativa: experiências brasileiras. Movimentos sociais e cidadania no contexto da globalização. Terceiro Setor e Organizações Não Governamentais.
Democracia, redistribuição, reconhecimento e representação	DCP 061	O Paradigma Redistributivo em contextos democráticos. Teorias do estado de bem-estar. Políticas da Identidade e Políticas da Diferença. Reconhecimento e Pertencimento. Liberalismo. A igualdade liberal. A Democracia Liberal e Poliárquica. O Comunitarismo e as esferas da justiça. As políticas de reconhecimento. Republicanismo e Democracia Deliberativa. A esfera pública, democracia e pluralismo. Teoria Política Feminista: a dicotomia público versus privado. Democracia, gênero e participação. Políticas da diferença, redistribuição e reconhecimento.

Quadro 8: Conteúdo de Direitos Humanos

Disciplina	Código	Ementa
Gestão Pública com Foco em Direitos Humanos	DCP 079	Políticas Públicas e Direitos Humanos. Plataforma Internacional dos Direitos Humanos. Direitos civis e políticos. Direitos Econômicos, sociais e culturais. Questões e elementos de análise de políticas e de gestão pública: violência (urbana e rural), segurança pública, meio ambiente e justiça social, acessibilidade urbana, preconceitos na convivência com deficientes e idosos, afrodescendentes e indígenas, barreiras humanas e de atitude com relação a públicos específicos tais como crianças e adolescentes, mulheres, refugiados, migrantes, populações indígenas, entre outros.
Direitos e Cidadania	DCP 069	Origens e formas de compreensão dos Direitos: direitos políticos e civis, direitos e garantias individuais, direitos sociais e econômicos, direitos difusos. Processos de expansão: condição de vida urbana, interfaces com lutas sociais e políticas, gestão pública. Direitos humanos e cidadania na construção das lutas sociais e na constituição de novos sujeitos de direito. Integralidade e Indivisibilidade dos Direitos. Plataforma Internacional dos Direitos Humanos. Reconstrução histórica no processo de afirmação dos Direitos Humanos na sociedade brasileira. Problemas atuais.
Política, economia e sociedade no Brasil	DCP 042	Construção nacional e construção do Estado no Brasil, desde a independência. Dinâmicas interdependentes da política, da economia e da estrutura social brasileira no último século. Etapas históricas do desenvolvimento político, econômico e social no Brasil. Os desafios das questões étnico-racial, socioambiental e de direitos humanos.
Movimentos Sociais e Sociedade Civil	DCP 026	Ação coletiva. Identidades coletivas. Conceito de sociedade civil: principais autores, trajetória, redefinições conceituais e debates. Elementos da participação popular e associativismo. Trajetórias dos movimentos sociais no Brasil contemporâneo, com ênfase nos movimentos em defesa dos direitos humanos, de minorias e do meio ambiente. Contribuições teóricas para a análise dos movimentos sociais. Esfera pública e democracia deliberativa: experiências brasileiras. Movimentos sociais e cidadania no contexto da globalização. Terceiro Setor e Organizações Não Governamentais.
Gênero e políticas públicas	DCP 053	Estudo do processo de democratização e da luta de movimentos feministas e de movimentos de mulheres, desde os anos 80, no Brasil. Ênfase sobre o processo gradual de incorporação da problemática das desigualdades de gênero pela agenda governamental. Discussão da importância dos governos municipais, a partir da Constituição de 88, na redução das desigualdades de gênero. Agenda Governamental e gênero na perspectiva dos Direitos Humanos.
Democracia, redistribuição, reconhecimento e representação	DCP 061	O Paradigma Redistributivo em contextos democráticos. Teorias do estado de bem-estar. Políticas da Identidade e Políticas da Diferença. Reconhecimento e Pertencimento. Liberalismo. A igualdade liberal. A Democracia Liberal e Poliárquica. O Comunitarismo e as esferas da justiça. As políticas de reconhecimento. Republicanismo e Democracia Deliberativa. A esfera pública, democracia e pluralismo. Teoria Política Feminista: a dicotomia público versus privado. Democracia, gênero e participação. Políticas da diferença, redistribuição e reconhecimento.

Quadro 9: Conteúdo de Educação Socioambiental

Disciplina	Código	Ementa
Política, economia e sociedade no Brasil	DCP 042	Construção nacional e construção do Estado no Brasil, desde a independência. Dinâmicas interdependentes da política, da economia e da estrutura social brasileira no último século. Etapas históricas do desenvolvimento político, econômico e social no Brasil. Os desafios das questões étnico-racial, socioambiental e de direitos humanos.
Estado e políticas sociais B	DCP 128	Constituição do sistema de proteção social a partir da Constituição de 1988 em perspectiva comparada entre as políticas. Princípios, diretrizes, financiamento, gestão das principais políticas sociais em perspectiva comparada, análise do processo de descentralização com ênfase nas relações governamentais e no papel dos entes federativos. Agenda contemporânea e as transformações em curso, incluindo as relativas às questões étnico-raciais, socioambientais e de direitos humanos. Diferenças entre governos e décadas pós-1988.
Movimentos Sociais e Sociedade Civil	DCP 026	Ação coletiva. Identidades coletivas. Conceito de sociedade civil: principais autores, trajetória, redefinições conceituais e debates. Elementos da participação popular e associativismo. Trajetórias dos movimentos sociais no Brasil contemporâneo, com ênfase nos movimentos em defesa dos direitos humanos, de minorias e do meio ambiente. Contribuições teóricas para a análise dos movimentos sociais. Esfera pública e democracia deliberativa: experiências brasileiras. Movimentos sociais e cidadania no contexto da globalização. Terceiro Setor e Organizações Não Governamentais.
Gestão Pública com Foco em Direitos Humanos	DCP 079	Políticas Públicas e Direitos Humanos. Plataforma Internacional dos Direitos Humanos. Direitos civis e políticos. Direitos Econômicos, sociais e culturais. Questões e elementos de análise de políticas e de gestão pública: violência (urbana e rural), segurança pública, meio ambiente e justiça social, acessibilidade urbana, preconceitos na convivência com deficientes e idosos, afrodescendentes e indígenas, barreiras humanas e de atitude com relação a públicos específicos tais como crianças e adolescentes, mulheres, refugiados, migrantes, populações indígenas, entre outros.
Democracia, cidadania e estado de bem estar social em perspectiva comparada	DCP 144	Cidadania: conceitos, desenvolvimento e desafios para as democracias contemporâneas em perspectiva comparada. Trajetórias das lutas por direitos humanos, sociais, econômicos, culturais e socioambientais. Trajetórias de implementação de sistemas de proteção social em perspectiva comparada. Estado de Bem Estar social - desenvolvimento e transformações recentes: análise comparativa.
Estado e sociedade no Brasil	DCP 147	Teses sobre os fundamentos do Estado brasileiro nos períodos imperial e republicano. Evolução das relações entre Estado e sociedade no período republicano. Os desafios do desenvolvimento: a questão étnico-racial, a questão agrária, a questão social, a questão socioambiental.

7 PROMOÇÃO DE ACESSIBILIDADE

A UFMG conta com o Núcleo de Acessibilidade e Inclusão (NAI) que é responsável pela proposição, organização e coordenação de ações que assegurem as condições de acessibilidade necessárias ao ingresso, permanência, participação e autonomia de pessoas com deficiência no âmbito da instituição. Criado em fevereiro de 2015, o NAI tem uma atuação diversificada para atender a esses objetivos.

Vinculado ao NAI, existe o Centro de Apoio ao Deficiente Visual (CADV) que funciona na Biblioteca Antônio Luiz Paixão, da Fafich, unidade em que se desenvolve o curso de Gestão Pública. O CADV oferece suporte acadêmico para o percurso universitário dos alunos com necessidades educacionais especiais, cegos e com visão subnormal. Isto inclui a assessoria de natureza didático-pedagógica e oferta de recursos tecnológicos ao docente, que pode solicitar auxílio, para que seus alunos realizem avaliações, pesquisas e trabalhos acadêmicos. O CADV tem como prioridade serviços de acessibilidade à informação dentro da estrutura organizacional dessa biblioteca que está inserida dentro do sistema de bibliotecas da UFMG. Desde a década de 1990, foi criado na biblioteca um serviço de informação especial para esses alunos com deficiência, com o objetivo de lhes proporcionar acesso à literatura básica para poderem acompanhar as aulas nos diversos cursos. Para tanto, instituíram-se acervos de textos gravados, digitais e em Braille e, hoje, a biblioteca conta com a estrutura física e tecnológica do CADV que dispõe de microcomputadores com acesso à *internet*, impressora Braille, lupa eletrônica, além dos *softwares* JAWS, DOSVOX, AUDACITY, Braille Fácil e ABBYY FINEREADER, associado ao *scanner*, para digitalizar textos.

A acessibilidade é o tema de um novo percurso de Formação Transversal, a ser oferecido a partir de 2018 aos alunos de todos os cursos de graduação da UFMG. Elaborada por grupo de professores que atuam em parceria com o NAI, essa formação tem como proposta a formação para compreensão, problematização, reflexão e trabalho junto às pessoas com deficiência e oferece dois eixos: um com foco na educação especial e inclusiva e outro destinado à formação de estudantes que tenham interesse no tema.

Desde sua criação, o NAI realizou ainda as seguintes ações nos seguintes âmbitos:

1) Acessibilidade atitudinal e programática:

- Atendimento prioritário às pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida - todos os locais de atendimento ao público na UFMG têm sinalização com indicação de atendimento prioritário. O NAI ofereceu continuamente o serviço de interpretação em Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) e suporte para o atendimento às pessoas com deficiência visual, mental e múltipla.
- Eventos institucionais acessíveis - produção e oferta dos eventos institucionais em formato acessível (Festival de Verão, Mostra das Profissões, Semana do Calouro, Semana do Conhecimento da UFMG).
- Estímulo ao desenvolvimento de projetos voltados para a temática acessibilidade e inclusão.
- Aperfeiçoamento do processo de seleção (concurso público) de servidores com deficiência.

2) Acessibilidade arquitetônica, de mobiliário e dos transportes

O NAI tem desenvolvido adequações nos projetos arquitetônicos e urbanísticos da instituição, envolvendo a formulação de ações de acessibilidade, com identificação das prioridades de execução bem como a definição de cronograma e reserva de recursos para sua implantação. A frota de veículos de transporte coletivo da instituição é acessível, garantindo o seu uso por todas as pessoas. As áreas de estacionamento têm vagas reservadas para as pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, devidamente sinalizadas e com as especificações de desenho e traçado de acordo com as normas vigentes de acessibilidade. Quanto ao mobiliário adaptado, o NAI comprou e disponibilizou um número adequado de carteiras adaptadas para todas as unidades da UFMG. Foi desenvolvido um dispositivo facilitador de alcance para acionamento de botão do elevador nas dependências do prédio da Fafich e o sistema de rádio com Rfidchip que tem a finalidade de localização dos pontos de ônibus da UFMG, em fase de teste.

3) Acessibilidade instrumental, metodológica e pedagógica

Confecção e disponibilização de 33 dispositivos de tecnologia assistiva (ajudas técnicas): andador com base triangular, oferecendo maior solidez facilidade para marcha; muleta canadense adaptada, para a preensão palmar e estabilidade, utilizando-se de um engrossador e placas de acrílico; suporte de monitor adaptado para um computador, objetivando a melhora da visualização de imagens e postura ergonômica; mesa para cadeira de rodas, semelhante à cadeira de classe (com mesa dobrável).

Do ponto de vista da estrutura física, todos os prédios nos quais são ministradas as aulas contam com elevadores, e o prédio mais novo (CAD 2) conta com rampas de acesso para cadeiras de rodas; e todos os banheiros são adaptados para deficientes físicos.

8 POLÍTICAS DE INTERNACIONALIZAÇÃO E MOBILIDADE

A UFMG conta com a Diretoria de Relações Internacionais (DRI) como instância articuladora das relações acadêmico-científicas internacionais, visando captar, implementar e acompanhar projetos e convênios interuniversitários. Tem como missão inserir a UFMG no cenário internacional, para que se fortaleça a interação com instituições do exterior, assegurando o cosmopolitismo das atividades acadêmicas, buscando para isso induzir a internacionalização com a criação de programas e projetos que viabilizem a cooperação internacional nos diversos segmentos da UFMG. Atualmente a DRI gerencia convênios com inúmeras universidades de diferentes países e recepciona, anualmente, centenas de estudantes e um grande número de missões de universidades estrangeiras, entre outras atividades. Os alunos de graduação da UFMG podem se inscrever em diversos programas de intercâmbio, sendo que os alunos do curso de Gestão Pública têm condições de participar dos seguintes:

- *Mobilidade Livre*: processo de intercâmbio no qual o próprio aluno entra em contato com a instituição de ensino na qual deseja estudar, sem a mediação de um programa preestabelecido. A DRI fica responsável por emitir a declaração de intercâmbio para a liberação do afastamento perante o colegiado do aluno. Com isso, não é necessário o trancamento e assegura-se que as disciplinas cursadas no exterior sejam aproveitadas quando o estudante regressar.
- *Minas Mundi*: programa internacional que visa promover o intercâmbio científico e cultural entre a UFMG e instituições estrangeiras parceiras, proporcionando aos alunos de graduação uma experiência acadêmica internacional, que integrará seu curriculum e histórico escolar.
- *Santander Universidades*: lançado em 2011, o Programa de Bolsas Ibero-Americanas foi uma iniciativa com cinco anos de duração (2011 a 2015) para mobilidade de estudantes de graduação entre universidades ibero-americanas.
- *AUGM*: a Associação de Universidades Grupo Montevideu (AUGM) é uma rede de universidades públicas e autônomas de seis países da América do Sul - Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Paraguai e Uruguai - que desenvolve atividades de cooperação com perspectivas certas de viabilidade.
- *Bramex*: surgiu a partir do Acordo de Cooperação Acadêmica e Cultural entre a *Asociación Nacional de Universidades e Instituciones de Educación Superior de la República Mexicana* e o Grupo Coimbra de Universidades Brasileiras, que deu origem à assinatura do Acordo Específico para o Intercâmbio de Estudantes Brasil-México. O programa tem duração de um semestre e não fornece bolsa de estudos.

Para apoiar a internacionalização a UFMG oferece, a cada semestre, para alunos de todos os cursos, disciplinas regulares de Inglês para Fins Acadêmicos (IFA), ofertadas em cinco diferentes níveis, do intermediário ao avançado.

Internamente, no país, os alunos dos cursos de graduação da UFMG podem participar do Programa de Mobilidade Acadêmica, por meio do qual as Instituições Federais de Ensino Superior (IFES), junto com a Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de

Ensino Superior (ANDIFES), firmaram convênio com o objetivo de regular a relação de reciprocidade entre as IFES, proporcionando a mobilidade de alunos de graduação entre elas.

A Resolução do Cepe nº 07, de 10 de maio de 2016, que regulamenta, na UFMG, o aproveitamento de estudos realizados por estudantes de graduação em outras instituições de ensino superior, define que nos casos de estudos realizados no âmbito de mobilidade acadêmica nacional ou internacional, a concessão do aproveitamento de estudos dar-se-á mediante o atendimento ao critério de equivalência entre a atividade cursada na outra instituição de ensino superior e a atividade acadêmica constante do percurso curricular a que se encontra vinculado o requerente. No caso de não cumprimento desses critérios, as atividades podem ser integralizadas como AIC, mediante análise e aprovação por professor designado para isso. A partir dessa possibilidade, o curso de Gestão Pública, em sua grade curricular, prevê, entre as AIC, as atividades relacionadas à mobilidade estudantil, dentro e fora do país:

Quadro 10: Atividades de Mobilidade Estudantil

Código	Atividade
DCP176	Atividades Interinstitucionais de Ensino A
DCP177	Atividades Interinstitucionais de Ensino B

9 INDISSOCIABILIDADE ENTRE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

Seguindo o princípio constitucional de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, a extensão está definida no Estatuto da Universidade, como um espaço marcado por uma interação transformadora entre a UFMG e diversos setores da sociedade, com o objetivo de promover o diálogo e a troca de saberes. Conforme disposto no Regimento da UFMG:

Art. 60. A extensão é processo educativo, artístico, cultural e científico, articulado com o ensino e a pesquisa, de forma indissociável, cujo objetivo é ampliar a relação da Universidade com a sociedade.

§ 1o As atividades de extensão, nas áreas técnica, científica, artística e cultural, serão realizadas sob as formas de programas, projetos, cursos, assessoramentos, prestação de serviços e/ou consultorias, entre outras.

§ 2o As atividades de extensão integrarão os planos de trabalho tanto dos docentes envolvidos em sua realização, como das Unidades que as promovem.

Cabe à Pró-Reitoria de Extensão (Proex) fomentar, acompanhar, avaliar, articular, divulgar e coordenar as ações de extensão, de acordo com as deliberações do Cepe.

Considerando a extensão como uma das dimensões essenciais da atividade acadêmica, o curso de Gestão pública oferece diversas oportunidades aos alunos nessa área:

- Participação em projetos de extensão desenvolvidos pelos professores e ou vinculados aos diversos grupos de pesquisa existentes no DCP, que podem ser integralizada sob a forma de AIC. Entre essas participações, são previstas duas atividades para que o estudante possa atuar nos três campos de produção do conhecimento (ensino, pesquisa e extensão):
- Participação no programa de extensão denominado “Imersão no Campo de Públicas: o Curso de Gestão Pública e a Prática Profissional”, iniciado em 2017, e que tem como objetivos intensificar a imersão dos discentes do curso de Gestão Pública no Campo de Públicas, de forma a aumentar a qualidade de sua formação acadêmica e, ao mesmo tempo, contribuir para o aprimoramento da gestão e das políticas públicas. O programa congrega ações destinadas a aprimorar a interação entre as atividades de ensino, pesquisa e extensão universitária no curso de Gestão Pública e parte do suposto de que a extensão universitária, especialmente se articulada ao ensino e à pesquisa, representa estratégia excelente de ampliação dos espaços, instrumentos e atores envolvidos no processo de ensino/aprendizagem, ao mesmo tempo em que possibilita contribuições efetivas e diretas da academia à sociedade. Entre as ações previstas, destacam-se projetos que promovem a imersão dos alunos matriculados em disciplinas optativas do curso em órgãos públicos dos governos municipais, com o objetivo de elaboração de projetos de interesse dos gestores desses órgãos, e projetos de extensão universitária que têm por

objetivo geral contribuir, por meio de assessorias e capacitações e outras formas de prestação de serviço, para o aprimoramento das políticas e da gestão pública; eventos destinados a aprofundar a interlocução entre professores e alunos com gestores públicos. Seus objetivos específicos são: articular as ações de extensão universitária desenvolvidas pelo Colegiado de Coordenação Didática do Curso de Gestão Pública, com vistas ao aprimoramento da formação profissional oferecida pelo curso; congregando ações de extensão que possibilitem ao alunos do curso de Gestão Pública obterem a creditação em extensão universitária exigida pelo Plano Nacional de Educação (2014-2024), conforme estabelecido na Resolução CNE 07/2018 e regulamentado pela Resolução CEPE/UFMG 10 de 2019; promover ações que aprofundem a interlocução entre o Colegiado de Coordenação Didática e os órgãos públicos estatais (dos três níveis de governo) e não-estatais; realizar, com o apoio dos alunos, pesquisas e estudos sobre o perfil e a dinâmica/fluxo dos alunos no curso de Gestão Pública, bem como a inserção profissional dos egressos.

No âmbito do programa “Imersão no Campo de Públicas: o Curso de Gestão Pública e a Prática Profissional”, já estão sendo executados dois projetos:

- a) Projeto “Extensão Universitária no Curso de Gestão Pública”, que abrange (i) a oferta de uma disciplina de imersão na gestão pública por semestre, na qual são articulados os conteúdos teóricos do curso com a experiência prática de elaboração de produtos, a partir de demandas concretas de municípios da Região Metropolitana de Belo Horizonte, iniciado em 2017; (ii) a realização de eventos destinados a aproximar os alunos de experiências práticas da gestão municipal;
- b) Projeto de Extensão “Gestão Além do Horizonte”, que busca disponibilizar aos alunos de graduação em Gestão Pública imersão em processos reais de elaboração de instrumentos de planejamento municipal por meio da oferta de assessoria técnica a municípios de pequeno porte do estado de Minas Gerais na elaboração de instrumentos de planejamento setorial que são demandados por ministérios do Governo Federal.

- c) Projeto Gestão Pública: Práticas Avançadas, que também tem por objetivo o desenvolvimento de produtos demandados por órgãos parceiros. Mas os trabalhos são desenvolvidos como projetos de extensão autônomos, por alunos egressos das disciplinas de Laboratório e com duração superior a de um semestre letivo.

Além dessas ações de extensão universitária, os alunos têm oportunidade de participar de iniciativas do Grupo de Estudos e Pesquisas em Gestão Pública - *Publicus* -, núcleo de pesquisas vinculado ao curso de Gestão, no âmbito do qual são realizados cursos de capacitação voltados para profissionais atuantes no setor público, seminários nacionais e internacionais, e *workshops* sobre temas ligados à gestão e a políticas públicas.

No quadro 11, apresentam-se as possibilidades de integralização curricular em atividades de extensão, nos termos da Resolução CNE 07/2018 e Resolução CEPE/UFMG 10/2019, que totalizam 25 créditos, correspondendo 12,5% da carga horária.

Quadro 11: Disciplinas e AIC, vinculadas à extensão universitária

Código	Classificação	Nome	Creditação Máxima
DCP152	Disciplina	Laboratório de Formulação e Avaliação de Projetos	4
DCP153	Disciplina	Laboratório de Gestão Pública	4
DCP107	AIC	Atividade de Pesquisa e/ou Extensão	6
DCP178 DCP179	AIC	Atividades Interinstitucionais de Pesquisa e/ou Extensão	5
DCP120	AIC	Participação em Eventos II (organização)	2
DCP092	AIC	Vivência Profissional Complementar	4
Total			25

10 POLÍTICAS DE PERMANÊNCIA

A UFMG compreende a assistência estudantil como uma política social orientada pela redução das desigualdades educacionais a partir do pressuposto de que o direito à educação pública de qualidade só se realiza com a garantia do acesso e da permanência nas instituições de ensino. E a permanência não se limita à dimensão socioeconômica, mas também tem

outros aspectos, como o alargamento das possibilidades da própria dimensão acadêmica com vistas a uma permanência bem-sucedida por meio do acesso a outras ferramentas voltadas para o sucesso acadêmico, como apoio à pesquisa, à escrita e à leitura acadêmicas, entre outros.

A UFMG conta com uma Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis (Prae), criada em novembro de 2014, com a responsabilidade de elaborar, coordenar e avaliar políticas que contribuam para a permanência e o percurso acadêmico de estudantes. A Prae tem três eixos de atuação:

1. Ações afirmativas;
2. Assistência estudantil em parceria com a Fundação Universitária Mendes Pimentel (Fump);
3. Apoio a projetos de estudantes; na sua estrutura conta com o núcleo Prae que, entre outros, desenvolve serviço de escuta de estudantes e um trabalho de saúde mental com o objetivo de apoiar os estudantes.

No âmbito das *Ações Afirmativas*, a UFMG propõe um conjunto articulado de práticas acadêmicas de acolhimento, atenção e apoio aos estudantes em suas necessidades, em seu aproveitamento acadêmico e no enriquecimento de sua permanência na universidade. Um dos objetivos do programa é o fortalecimento do vínculo dos estudantes com a UFMG, contribuindo para expandir seu desenvolvimento pessoal e acadêmico. Outro objetivo é o de ampliar sua potencialidade para realizar as exigências postas pelos cursos, do início à conclusão de sua formação universitária. Essas ações incluem, além da reserva de vagas, outros projetos:

- a. *Projeto Redigir*: tem como objetivo aperfeiçoar a formação acadêmico-científica de estudantes, habilitando-os como leitores e produtores dos principais gêneros acadêmicos e suas configurações formais e semânticas por meio de oficinas de leitura e produção de textos.
- b. *Projeto Giz*: apoia o estudante em sua formação, apresentando-lhe ferramentas que poderão potencializar seu desenvolvimento.
- c. *Programa de Apoio às Ações Afirmativas*: apoia a realização de atividades concebidas, organizadas e executadas por estudantes de graduação que tematizem ações afirmativas no âmbito da UFMG, tais como, ciclo de

estudos, colóquio, conferência, congresso, debate, encontro acadêmico, exposição, fórum, jornada, mesa redonda, mostra, palestra, semana de estudos, seminário, simpósio, *workshop* e similares.

- d. *Programa 'UFMG seu lugar'*: conjunto de bolsas e programas de apoio a estudantes em risco social ou de evasão: programa Bolsas Mães/Pais responsáveis únicos por seus filhos, assistidas pela UFMG, Programa Bolsas Emergenciais para estudantes em risco pessoal ou social. A concessão de bolsas nessas modalidades exige análise socioeconômica do Núcleo de Escuta e Acompanhamento de Estudantes da PRAE.

No âmbito da *Assistência Estudantil*, a UFMG orienta-se por uma concepção de focalização em estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica e risco social. A política de assistência estudantil, elaborada pela Prae e executada pela Fump que tem por missão executar a política de assistência estudantil definida pela UFMG, garantindo ao estudante condições socioeconômicas e culturais para a conclusão do curso, visando minimizar as diferenças de oportunidades anteriores ao seu ingresso na Universidade. Essa política é mantida com recursos da própria Universidade e pelo financiamento anual do Programa Nacional de Assistência Estudantil (Pnaes) do Governo Federal, e os benefícios são destinados a estudantes de cursos presenciais da UFMG – regularmente matriculados e frequentes – que necessitam de apoio para sua permanência na universidade. Integram a política de assistência estudantil da UFMG os seguintes programas:

- a. *Alimentação*: com refeições gratuitas ou parcialmente subsidiadas em restaurantes universitários, sem dois deles localizados no campus Pampulha onde funciona o curso de gestão pública;
- b. *Moradia universitária*: oportunidade de habitação em moradia universitária para estudantes que não têm residência em Belo Horizonte, oferecendo 582 vagas e para estudantes assistidos, que estão aguardando o processo de seleção de vagas para as moradias, é oferecida a bolsa auxílio-moradia;
- c. *Assistência à saúde*: atendimentos médico, odontológico e psicológico gratuitos aos estudantes assistidos pela Fump;

- d. *Bolsas*: programas de complementação financeira para o custeio de despesas básicas dos alunos assistidos, para que eles tenham condições de permanecer na Universidade e se dedicar à vida acadêmica (auxílio-transporte, auxílio à educação pré-escolar e acesso a material acadêmico);
- e. *Estágios*: desenvolvidos por meio de parcerias, alguns são estendidos a todos os estudantes da UFMG, mas sempre com prioridade aos assistidos pela Fump.

O *Apoio aos Projetos Estudantis* é o terceiro eixo de atuação da Prae, por meio do qual os estudantes podem obter financiamento para desenvolver projetos acadêmicos em seus cursos de graduação, elaborados e executados por eles, enriquecendo sua formação.

Há também ações de suporte financeiro gerenciadas pela Pró-Reitoria de Graduação (Prograd) e pela Diretoria de Relações Internacionais (DRI). A Prograd tem um conjunto de programas de bolsas para graduação, sendo acessíveis aos alunos do curso de gestão pública o Programa de Monitoria de Graduação (PMG), o Programa Especial de Bolsas acadêmicas para Estudantes dos Cursos Noturnos de Graduação (Pronoturno) e bolsas para Mobilidade. Para os alunos do curso de Gestão Pública, destaca-se o Pronoturno que destina-se a possibilitar a estudantes dos cursos noturnos e que demonstrem potencial para ter destacado desempenho acadêmico, dedicarem-se prioritariamente aos estudos. Essa bolsa busca priorizar aqueles alunos em situações socioeconômicas mais vulneráveis e que possuam um potencial acadêmico, com o intuito de auxiliá-los durante o percurso do curso.

Por sua vez, a DRI, desde 2013, oferece, a cada semestre, para alunos de todos os cursos, disciplinas regulares de Inglês para Fins Acadêmicos (IFA) e Português como Língua Adicional (PLA) para estrangeiros. Com 60 horas-aula, essas disciplinas somam créditos para o currículo e são ofertadas em cinco diferentes níveis, do intermediário ao avançado, no caso do inglês, e em quatro disciplinas, no caso do português.

11 SISTEMA DE AVALIAÇÃO DO PROCESSO DE ENSINO-APRENDIZAGEM

Em consonância com o disposto nas Normas de Graduação da UFMG, aprovadas pela Resolução Complementar nº 01/2018, de 20 de fevereiro de 2018, cada docente tem autonomia para estabelecer os sistemas e critérios de avaliação da aprendizagem na disciplina da qual se encarregue, incluindo periodicidade e número de avaliações. As formas mais utilizadas para essa avaliação são provas e trabalhos, tanto individuais quanto em grupo, seminários participativos, exercícios em laboratório, resenhas e leituras críticas. Por meio do sistema Moodle, implantado na UFMG, tornou-se possível a realização de trabalhos com acompanhamento não presencial.

A soma dos pontos distribuídos para todas as atividades deve ser de 100 pontos. A nota mínima para aprovação na disciplina é 60 (sessenta) pontos, sendo admitido o exame especial para o aluno que obteve o mínimo de 40 (quarenta) pontos durante o semestre e teve frequência suficiente - é considerado assíduo o aluno que comparecer a, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das atividades de cada disciplina. De acordo com as Normas Gerais de Graduação, a nota final no exame especial será:

- I – igual a 60 (sessenta), caso a nota no exame especial seja maior que ou igual a 60 (sessenta);
- II – igual à do exame especial, caso esta seja menor que 60 (sessenta) e maior que a nota anterior; e
- III – igual à nota anterior, caso esta seja maior que a do exame especial.” (Normas Gerais da Graduação, aprovadas pela Resolução Complementar nº 01/2018)

É registrada no histórico escolar a melhor nota obtida na disciplina pelos alunos que se submeterem a exame especial, excluídos os de conceito E.

No âmbito do registro acadêmico da UFMG, avalia-se para cada aluno a “Nota Semestral Global (NSG), expressa como um número com precisão de duas casas decimais, correspondente à média das notas ponderadas pelo número de créditos da atividade acadêmica curricular, obtidas nas atividades referentes ao período letivo em questão.” (Normas Gerais da Graduação, aprovadas pela Resolução Complementar nº 01/2018).

12 SISTEMA DE AVALIAÇÃO DO PROJETO DO CURSO

Uma variedade de fontes e tipos de dados informam sobre o desempenho dos docentes e discentes do curso e estão à disposição do Colegiado de Coordenação Didática do Curso de Gestão Pública, bem como estão sendo implementados outros instrumentos. Nesta seção, inicialmente, são relatados os esforços de avaliação empreendidos na ocasião de adequação do curso às DCN e suas implicações. A seguir, descrevem-se os instrumentos de avaliação chamados institucionais, produzidos pela Prograd. Ao final, é apresentada proposta de ações internas, desenvolvidas pelo próprio Colegiado de Coordenação Didática, a partir de indicação do NDE, para avaliação de aspectos de interesse específico do curso.

12.1 Esforços avaliativos para adequação do curso

Para adequação do curso às novas DCN para os cursos que compõem o denominado Campo de Públicas, foi feita uma reforma do curso de Gestão Pública da UFMG em 2015, implantada em 2016. A reforma foi precedida de uma exaustiva análise do curso, que ocorreu nos anos de 2013 e 2014, realizada a partir das seguintes estratégias:

- Levantamento de dados da Comissão Permanente do Vestibular da UFMG (Copeve) e do Departamento de Registro e Controle Acadêmico (DRCA) e construção de bancos de dados correspondentes, relativos ao ingresso e desempenho dos estudantes admitidos nos vestibulares de 2009 e 2010, primeiras turmas do curso. Isso possibilitou conhecer melhor o perfil dos alunos tanto quanto à suas características socioeconômicas quanto aos resultados que obtiveram nas disciplinas do curso. Também, permitiu verificar a recorrência de problemas de desempenho em algumas disciplinas, especialmente as que se situam no campo das Ciências Exatas, como Matemática e Econometria.
- Questionário aplicado a 178 discentes, de todos os períodos letivos, com o objetivo de conhecer a opinião dos alunos sobre o curso, suas disciplinas, os percursos propostos, bem como colher sugestões para seu aperfeiçoamento.

- Grupo focal realizado com oito alunos concluintes do curso, para conhecer, de modo mais aprofundado, a opinião daqueles alunos que já tinham percorrido todas as atividades previstas no curso, também no intuito de avaliá-lo e colher sugestões.
- Questionário respondido por seis professores do DCP que lecionavam ou haviam lecionado disciplinas no curso, visando obter sua opinião sobre as disciplinas, o perfil dos alunos, os percursos propostos, os principais problemas identificados na sua experiência docente no curso, bem como colher sugestões que pudessem contribuir para o aperfeiçoamento do curso.
- Levantamento e análise da grade curricular de 11 cursos do Campo de Públicas, das diferentes regiões do Brasil, no intuito de verificar similaridades e diferenças entre esses cursos e compará-los ao nosso curso.
- Levantamento e análise dos programas de todas as disciplinas ofertadas pelo curso, desde sua primeira turma, visando identificar conteúdos e bibliografias utilizadas, assim como eventuais variações nos mesmos.
- Consulta aos docentes e equipes de docência do DCP que tinham ministrado disciplinas no curso quanto a possíveis ou necessárias adequações das ementas das disciplinas.
- Análise das DCN para o Campo de Públicas.

A reforma de 2015 levou em conta essa grande avaliação e a necessidade de adequação às novas DCN. Entre as alterações realizadas e balizadas pela avaliação, destacam-se: eliminação da disciplina Matemática, a qual era responsável por grande número de reprovações, e que foi considerada pelos especialistas consultados como conteúdo não requerido para outras disciplinas da grade curricular; eliminação das três ênfases existentes no percurso anterior, as quais se mostraram pouco efetivas e pouco atrativas para os alunos, além de onerosas para o departamento; eliminação de pré-requisitos julgados desnecessários; ampliação da carga horária do estágio curricular, tanto para ampliar a experiência prática como para expressar melhor o tempo real dos estágios; transformação do *status* da disciplina Projeto de Trabalho de Conclusão de Curso, passando de optativa para obrigatória, a partir do

reconhecimento de sua importância no processo de elaboração do TCC; revisão de ementas e conteúdos para sanar sobreposições.

A reforma foi implantada no primeiro semestre de 2016 para os alunos ingressantes e no segundo semestre para os demais. Aqueles que já tivessem cumprido 75% ou mais da carga horária total da versão curricular anterior permaneceram na mesma (100 alunos); para os demais, foi feita a migração para a nova versão curricular (141 alunos).

No segundo ano de implantação da reforma, a partir de acompanhamento constante realizado pelo NDE e pelo Colegiado de Coordenação Didática do Curso de Gestão Pública, considerou-se que o curso já estava bastante consolidado, e que era o momento de buscar um salto qualitativo na formação dos alunos. Nesse sentido, foram tomadas iniciativas com vistas a equacionar a principal demanda colocada por discentes e docentes: maior aproximação entre teoria e prática. Foi aprovada no Colegiado a viabilização de formas de imersão dos alunos na gestão pública, durante a realização do curso, para o que se avaliou como essencial a divulgação para instituições públicas da profissão de gestor público e do curso de gestão pública da UFMG. Para proceder à divulgação e contato com prefeituras, foi criada uma comissão formada por três docentes e um discente, a qual concebeu a proposta inicial da criação de uma disciplina de imersão, utilizando-se da possibilidade de conteúdos livres de algumas disciplinas optativas, mas com vistas à oferta contínua. A experiência teve início no segundo semestre de 2017, a partir de parcerias estabelecidas com cinco prefeituras da Região Metropolitana de Belo Horizonte. Ao final do semestre, foi realizado um seminário, congregando mais de 80 pessoas, no qual apresentaram-se às prefeituras os produtos finais elaborados pelos alunos sob a supervisão de professores. Na oportunidade, foi realizada uma avaliação dessa primeira experiência de disciplina de imersão, com livre manifestação dos presentes. O retorno foi muito positivo por parte de todos os envolvidos (prefeituras, alunos, professores, bolsistas e coordenação do curso), ensejando novas ofertas da disciplina em 2018.

12.2 Instrumentos institucionais de avaliação

Tendo em vista os instrumentos institucionais atualmente disponíveis na UFMG, o curso é avaliado nos seguintes aspectos:

- Desempenho dos docentes encarregados das disciplinas ofertadas semestralmente;
- RSG do curso, medida que permite comparação de produtividade com os demais cursos de graduação da UFMG;
- Estatísticas relativas ao grau de retenção, evasão e conclusão, elaboradas pela Prograd.

O desempenho do docente e a qualidade da disciplina cursada são avaliados por meio de questionário respondido pelo aluno ao final do semestre letivo, no momento em que processa a matrícula para o semestre seguinte.

O DRCA divulga o rendimento semestral médio de cada turma do curso ao final do semestre letivo. Essa medida permite comparações do desempenho da turma, ao longo dos semestres letivos, e do conjunto das turmas com o rendimento de outros cursos de graduação da UFMG.

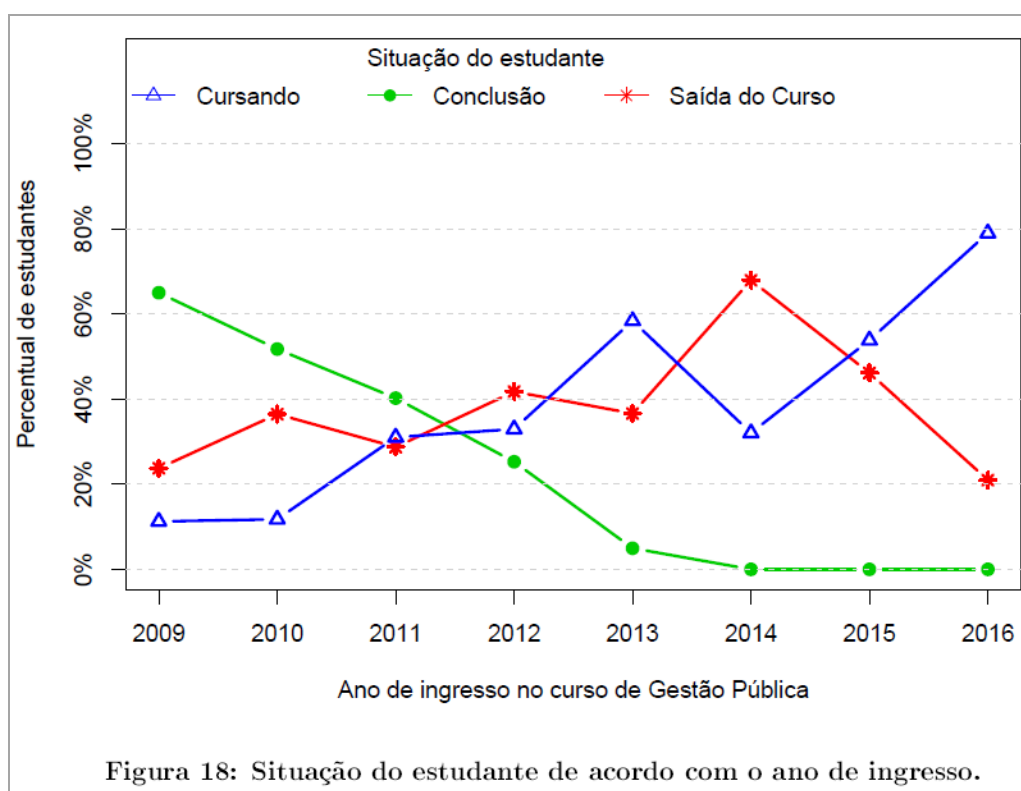
Como forma de avaliação permanente, o Setor de Estatística da Prograd produz um relatório anual dos cursos de graduação presenciais da UFMG, que segue um mesmo padrão para todas as ofertas. Esse relatório cobre dois grandes temas: a) principais disciplinas, com classificação daquelas consideradas difíceis (de acordo com as notas dos estudantes e o percentual de reprovação); e b) saída do curso (evasão).

Adicionalmente, é produzido um relatório para acompanhamento de discentes com baixo rendimento, múltiplos trancamentos totais ou múltiplas reprovações na mesma disciplina, e outro sobre disciplinas e cursos ofertados por unidade acadêmica (no caso do curso de Gestão Pública, a unidade é a Fafich). Comparações entre cursos, disponibilizadas nesse último relatório, possibilitam melhor interpretação dos movimentos em cursos afins (e.g., em termos de evasão e conclusão ao longo do tempo).

Uma ilustração desse relatório é oferecida no Gráfico 1, que reporta a situação dos discentes (conclusão, saída do curso, ainda cursando), de acordo com seu ano de ingresso.

Nota-se, na coorte de 2014, uma elevação considerável do percentual de evadidos. Nogueira *et al.* (2017) observaram esse movimento de desistência no conjunto de cursos da UFMG e o atribuíram principalmente às implicações da adoção do SiSU para o processo seletivo, em 2014¹. Coortes de ingressantes da Gestão Pública em anos subsequentes vêm evadindo menos. A produção de dados como os do Gráfico 1 constitui um esforço institucional de grande valor, que deverá ser mais bem aproveitado na coordenação do curso de Gestão Pública – e.g., oportunizando a realização de investigações específicas para esclarecimento de motivações subjacentes às variações nos indicadores acompanhados.

Gráfico 1: Ilustração do relatório de avaliação de cursos: situação dos discentes do curso de Gestão Pública, por ano de ingresso



Fonte: Prograd/UFMG. Relatório Avaliação de desempenho acadêmico dos estudantes de graduação: Gestão Pública, p. 40, maio de 2017.

¹ NOGUEIRA, Cláudio M. M. *et al.* (2017), "Promessas e Limites: O SiSU e sua implementação na Universidade Federal de Minas Gerais". *Educação em Revista*, nº. 33, e161036.

12.3 Avaliação interna e regular

Decorridos três anos da grande avaliação do projeto do curso, foi proposta pelo NDE a realização de avaliações sistemáticas, que englobam as seguintes estratégias e periodicidades:

- Discussão estruturada dos relatórios anuais da Prograd, logo após sua divulgação, nas reuniões do Colegiado de Coordenação Didática e pelo NDE;
- Construção de indicadores complementares, de interesse especial do curso de Gestão Pública, que permitam uma melhor avaliação do curso e análise por coorte de entrada, baseados nesses relatórios;
- Realização bianual de pesquisa de egressos por meio de coleta de dados primários, com vistas a um entendimento das ocupações dos graduados no mercado de trabalho e a uma reflexão sobre como os conteúdos ministrados são avaliados na ótica dos próprios discentes, após a graduação. Esse esforço compreende a aplicação de questionário aos graduados, abordando os seguintes temas: *background* socioeconômico, trajetória acadêmica (prévia, durante o curso e posterior a ele), trajetória profissional (prévia, durante o curso e posterior a ele), e satisfação com o curso e com a trajetória profissional;
- Rodas de conversa com discentes da disciplina de imersão, ao final do semestre letivo, para identificar eventuais ajustes necessários, além de propiciar considerações mais gerais sobre sua experiência no curso de Gestão Pública e perspectivas futuras;
- Análise dos resultados e do questionário do estudante do Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (Enade), quando for realizado na área do curso.

Projeto da pesquisa de egressos já foi elaborado por um membro do corpo docente, professora Ana Paula Karruz, especialista em avaliação, segundo o qual se propõe inicialmente distribuir os questionários como formulários *online*.

Uma primeira versão de pesquisa de egressos foi realizada em 2016 no âmbito do TCC de uma graduanda. Observando-se a frequência bienal proposta, a primeira pesquisa sistemática a ser realizada no âmbito do curso deve ocorrer ao longo de 2018. Na medida do possível, os resultados de 2018 serão contrastados com os obtidos em 2016.

Além disso, a partir de 2018, conforme determinado pela Resolução CEPE/UFMG nº 10/2018, o NDE elabora anualmente atividade de avaliação do curso com participação da comunidade acadêmica, que resulta em relatório, aprovado pelo Colegiado. Esse relatório é enviado à Comissão Própria de Avaliação da UFMG.

Em conjunto, os esforços avaliativos elencados acima cobrem diversos aspectos programáticos do curso (e.g., estrutura curricular, conteúdos ministrados e bibliografias), bem como de seu impacto na formação acadêmica (e.g., rendimento, conclusão, desempenho em testes padronizados) e profissional dos estudantes (e.g., experiências de estágio, inserção no mercado de trabalho). Acredita-se que tais ações abasteçam o Colegiado de Coordenação Didática e o NDE com as informações necessárias para o monitoramento contínuo e a tomada de decisão.

13 CORPO DOCENTE DO CURSO DE GESTÃO PÚBLICA

Quadro 12: Informações selecionadas sobre o corpo docente

Nome	CPF	Ativo (Sim/ Não)	Regime de Trabalho (DE, 40 horas)	Vínculo empregatício (CLT, estatutário, outro)	Titulação	Departamento da UFMG
Ana Paula Karruz	257.956.298-20	S	DE	Estatutário	Doutorado	DCP
Bruno Pinheiro Wanderley Reis	753.262.486-20	S	DE	Estatutário	Doutorado	DCP
Carlos Ranulfo Félix de Melo	497.935.866-72	S	DE	Estatutário	Doutorado	DCP
Carlos Roberto Horta	110.576.026-04	S	DE	Estatutário	Doutorado	DCP
Cassio Maldonado Turra	937.249.346-53	S	DE	Estatutário	Doutorado	POP
Cláudia Feres Faria	654.133.696-20	S	DE	Estatutário	Doutorado	DCP
Claudio Santiago Dias Junior	938.173.986-20	S	DE	Estatutário	Doutorado	SOA
Cristiano dos Santos Rodrigues	027.868.606-01	S	DE	Estatutário	Doutorado	DCP
Dawisson Elvécio Belém Lopes	044.701.196-01	S	DE	Estatutário	Doutorado	DCP
Eduardo Meira Zauli	568.362.446-00	S	DE	Estatutário	Doutorado	DCP
Eduardo Moreira da Silva	037.962.186-01	S	DE	Estatutário	Doutorado	DCP
Felipe Nunes dos Santos	061.301.076-09	S	40 hs	Estatutário	Doutorado	DCP
Fernando de Barros Filgueiras	029.329.016-48	N	DE	Estatutário	Doutorado	DCP
Frederico Poley Martins Ferreira	820.346.566-87	S	20 hs	Estatutário	Doutorado	DCP
Geralda Luiza de Miranda	379.243.386-91	S	DE	Estatutário	Doutorado	DCP
Helcimara de Souza Telles	473.686.166-53	S	DE	Estatutário	Doutorado	DCP

Continua.

Conclusão.

José Ângelo Machado	806.650.806-97	S	DE	Estatutário	Doutorado	DCP
Juarez da Rocha Guimarães	154.862.066-15	S	DE	Estatutário	Doutorado	DCP
Klaus Guimaraes Dalgaard	726.228.061-91	S	DE	Estatutário	Doutorado	DCP
Leonardo Avritzer	548.750.996-49	S	DE	Estatutário	Doutorado	DCP
Ludmila Mendonca Lopes Ribeiro	038.744.466-11	S	DE	Estatutário	Doutorado	SOA
Magna Maria Ignácio	702.925.666-20	S	DE	Estatutário	Doutorado	DCP
Manoel Leonardo Wanderley Duarte Santos	588.399.924-72	S	DE	Estatutário	Doutorado	DCP
Márcia Miranda Soares	116.438.668-93	S	DE	Estatutário	Doutorado	DCP
Marcus Abílio Gomes Pereira	900.798.256-72	S	DE	Estatutário	Doutorado	DCP
Mário Fuks	510.632.987-68	S	DE	Estatutário	Doutorado	DCP
Mario Marcos Sampaio Rodarte		S	DE	Estatutário	Doutorado	ECN
Marjorie Correa Marona	900.977.850-91	S	DE	Estatutário	Doutorado	DCP
Marlise Miriam de Matos Almeida	807.848.606-53	S	DE	Estatutário	Doutorado	DCP
Natália Guimarães Duarte Sátyro	914.777.786-91	S	DE	Estatutário	Doutorado	DCP
Paula de Campos Oliveira	040.569.706-61	S	40hs	Prof. substituto	Doutorado	EST
Raquel Oliveira Santos Teixeira	013.132.706-28	S	DE	Estatutário	Doutorado	SOA
Ricardo Fabrino Mendonça	040.831.316.16	S	DE	Estatutário	Doutorado	DCP
Sibelle Cornelio Diniz	068.741.026-64	S	DE	Estatutário	Doutorado	ECN
Sueli Moro	209.697.676-68	S	DE	Estatutário	Doutorado	ECN
Telma Maria Gonçalves Menicucci	278.558.136-91	S	DE	Estatutário	Doutorado	DCP

14 INFRAESTRUTURA FÍSICA, EQUIPAMENTOS E RECURSOS DISPONÍVEIS

14.1 Instalações físicas

As instalações físicas disponíveis a docentes, servidores e alunos do curso de Gestão Pública possuem a seguinte configuração:

- *Salas de professores, sala de reuniões e secretarias:* na Fafich há dois (02) ambientes reservados para uso comum dos professores do Departamento de Ciência Política, sendo um para realização de reuniões e outro como espaço de convívio, compartilhado com os servidores técnico-administrativos. O DCP conta com uma sala para secretaria, outra para o Colegiado da Pós-Graduação e outra sala é destinada para a secretaria do Colegiado de Coordenação Didática do Curso de Gestão Pública. O Centro Acadêmico dos alunos do curso (CAGP) conta também com sala própria. Para atender todos os alunos da Fafich, inclusive os do curso de Gestão Pública, em horário ininterrupto de 8:00 às 22 horas, existe uma Central de Atendimentos.
- *Auditórios:* a Fafich conta com três auditórios próprios (Prof. Baesse, com 78 lugares, Prof. Bicalho, com 84 lugares e Profa. Sônia Viegas, com 168 lugares), todos equipados com multimídia e acesso à *internet*. Além disso, é franqueada a utilização de dois (02) auditórios compartilhados entre cursos. Esses dois auditórios são maiores (255 lugares cada) e equipados com tecnologia moderna, estando localizados no Centro de Atividades Didáticas (CAD 2), construído para prover estrutura para suportar o aumento do número de alunos decorrente da implantação do REUNI. O CAD 2 é destinado para uso dos alunos da área de Ciências Sociais e Humanas e permitem uma nova cultura de espaços compartilhados, compostos por salas de aula, auditórios e laboratórios de informática, visando à utilização de recursos e conceitos pedagógicos inovadores.
- *Gabinetes de trabalho para professores:* no DCP há 16 gabinetes de trabalho, ocupados individualmente ou por dois professores. Os referidos gabinetes

estão equipados com mobiliário adequado, telefone e computador com acesso à *internet*, sendo distribuídos da seguinte forma: 11 são de uso individual, cinco de uso compartilhado entre dois professores. O departamento conta ainda com 12 salas reservadas para trabalhos de diferentes grupos de pesquisa, também equipadas com mesas de trabalho, mesa de reuniões, computadores e impressoras, com acesso à *internet*.

- *Salas de aula:* são disponibilizadas dez salas de aula, com capacidade de 50 alunos, para o curso de Gestão Pública, dado que, a partir de 2016 o curso passou a ter dez períodos ocorrendo simultaneamente. Essas salas se localizam no prédio da Fafich e no CAD 2. O curso conta com equipamentos multimídia móveis para serem utilizados nas salas de aula, com acesso à *internet*; nas salas do CAD 2 estão disponíveis equipamentos multimídia fixos. Os professores do curso possuem ainda notebooks disponibilizados para desenvolvimento de suas atividades.

14.2 Acesso dos alunos a equipamentos de informática e laboratórios especializados

Os alunos do Curso de Gestão Pública têm acesso a dois laboratórios de informática organizados na Fafich, a saber, o Laboratório de Informática da FAFICH, criado para atender a demanda de serviços e orientações em atividades de informática a todos os segmentos que constituem a comunidade da FAFICH, e o Laboratório de Metodologia em Ciências Sociais (LMCS), destinado a professores e corpo discente dos cursos de graduação em Ciências Sociais e em Gestão Pública.

O primeiro funciona desde 1998 está equipado com 30 computadores com acesso à *internet* e funciona de segunda a sexta feira durante os três turnos; o segundo contém 60 computadores nos quais estão instalados diferentes programas de análise de dados amplamente utilizados nas Ciências Sociais Aplicadas. O LMCS oferece cursos de treinamento no uso de softwares especializados ao longo do ano e tem um papel fundamental na formação metodológica dos alunos.

O LMCS foi criado em 1995 para experimentar, avaliar e difundir o uso de ferramentas informatizadas aplicadas ao ensino de metodologia e à pesquisa. Ele se localiza na sala 3062 da Fafich. O intuito desse espaço é de proporcionar uma melhor adequação entre teoria e prática nas diversas áreas das Ciências Sociais. O laboratório oferece aos alunos de graduação, pós-graduação, professores e pesquisadores o seguinte: (a) equipamentos de informática para pesquisa; programas computacionais especializados para investigação científica (R, SPSS, ARCGIS, GEODA, STATA, NVIVO, dentre outros); (b) cursos de treinamento para utilização dessas ferramentas úteis no ensino e em pesquisas científicas. Os cursos desenvolvidos no LMCS têm proporcionado o acesso a recursos metodológicos e informatizados ainda pouco difundidos em nosso meio acadêmico e amplamente utilizados nos centros universitários e mercados profissionais no exterior.

O LMCS esteve sob responsabilidade do colegiado do curso de graduação em Ciências Sociais e tem regulamento próprio. Com a criação do curso de graduação em Gestão Pública, esse espaço passou a ser disponibilizado também aos alunos desse novo curso, além de sua coordenação passar a ser dividida, de forma alternada, entre docentes do departamento de Sociologia (que abriga o curso de Ciências Sociais) e o DCP (que abriga o curso de Gestão Pública). O laboratório fica aberto nos períodos matutino, vespertino e noturno, com o objetivo de facilitar o acesso dos alunos do curso de Gestão Pública que estudam no período noturno. Para utilizar o espaço para aulas práticas, os professores de disciplinas dos cursos de graduação em Ciências Sociais e Gestão Pública precisam informar ao coordenador do laboratório os horários que desejam ministrar as aulas durante o semestre. Nos períodos em que não está sendo utilizado para aulas, o laboratório fica disponível para alunos de graduação para que possam realizar seus trabalhos acadêmicos, além de desenvolver pesquisas nas quais estejam envolvidos.

Desde 1999, o LMCS também é disponibilizado ao Programa Intensivo de Metodologia Quantitativa (MQ), organizado pelos programas de pós-graduação em Sociologia e Ciência Política da Fafich. O programa ocorre entre os meses de junho e agosto de todo ano. Esse curso é orientado para professores, pesquisadores e estudantes de pós-graduação em Ciências Sociais, bem como profissionais de outras áreas, mas com formação equivalente. Esse programa é a mais alta referência nos estudos de métodos quantitativos no País, condição outorgada pela Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (Anpocs). O programa possui convênio com a Universidade de Michigan, Universidade de Cape

Town e Universidade de Petrozavodsk, viabilizando o intercâmbio de professores entre essas universidades. Professores de várias universidades brasileiras participam desse programa, pelo qual já passaram cerca de 1.700 alunos de todo o País. Os alunos de graduação em Ciências Sociais e Gestão Pública também se beneficiam desse programa, seja como possíveis alunos, seja como auxiliares dos professores como monitores das disciplinas de metodologia.

Atualmente, o LMCS está sob a responsabilidade do Colegiado de Coordenação Didática do Curso de Gestão Pública. A manutenção dos equipamentos e configuração da rede é responsabilidade do Setor de Informática (www.fafich.ufmg.br/si) da Fafich. Há ainda três estudantes de graduação que prestam apoio aos professores que utilizam o espaço em aulas práticas, além de monitorar o laboratório nos momentos em que este é disponibilizado aos alunos de graduação de Ciências Sociais e Gestão Pública. O laboratório possui ainda a sala da coordenação que abriga o servidor da rede, bem como outros computadores para apoio. Nesse servidor, são realizados os cadastros dos usuários e o controle de uso dos computadores.

14.3 Registros acadêmicos

Os registros acadêmicos estão disponíveis aos discentes, por meio da *intranet* e da *internet*, do sistema acadêmico (portal Minha UFMG), na Secretaria do Curso de Gestão Pública, na Seção de Ensino da Fafich e no DRCA. Cada aluno dispõe de senha própria do portal Minha UFMG e, por meio dela, pode verificar sua frequência e notas divulgadas pelos professores. O sistema é também um instrumento de inter-relação com os professores para envio de material didático, avisos e até mesmo realização de exercícios interativos.

14.4 Acesso a bibliografia

O acesso dos alunos do curso de Gestão Pública às referências que compõem a bibliografia indicada nas disciplinas é bastante variado.

14.4.1 Referências da bibliografia básica

Cada disciplina obrigatória ou optativa do curso de Gestão Pública apresenta um plano de trabalho a ser executado ao longo do semestre letivo que se baseia em ementa constante do Plano Pedagógico do curso. Cada plano de trabalho identifica a bibliografia básica e a complementar. O material recomendado pode ser composto de livros e artigos em periódicos acadêmicos, encontrados na forma impressa ou em meio eletrônico. A bibliografia impressa pode ser encontrada no Sistema de Bibliotecas da UFMG, particularmente na biblioteca da Fafich; a disponível em meio eletrônico pode ser acessada em qualquer lugar, inclusive na universidade utilizando o sistema *wifi*.

Trata-se de acervo que atende perfeitamente o curso de Gestão Pública, no que se refere ao acesso à bibliografia selecionada como obrigatória pelas disciplinas da grade curricular, cuja adequação acervo/número de alunos foi referendada pelo NDE do curso. Além do serviço de consulta e empréstimo, a biblioteca da Fafich participa do serviço de intercâmbio entre bibliotecas da própria UFMG e de outras instituições de ensino de Minas Gerais e de outros estados brasileiros. O acervo sediado na biblioteca da Fafich, que reúne, entre outras, a produção acadêmica nas áreas da Administração, Administração Pública, Gestão Pública, Terceiro Setor, Organizações Não-Governamentais.

14.4.2 Referências da bibliografia complementar

Esse tipo de bibliografia é definido para cada disciplina e o número de referências varia em função da metodologia utilizada pelo docente e do modo de conceber o aprofundamento da temática tratada na disciplina. Observa-se o uso crescente de consulta a material divulgado pelo meio eletrônico e em artigos recentes publicados em periódicos especializados. Sob esse aspecto, como assinalado no item acima, o Sistema de Bibliotecas da UFMG oferece amplas

opções de consulta e acesso a material impresso ou divulgado sob outras formas. Vale destacar aqui o Centro de Atendimento ao Deficiente Visual que funciona na biblioteca da Fafich e utiliza *softwares* específicos de última geração (*Dosvox, Virtual Vision, Jaws*).

14.4.3 A biblioteca da FAFICH

O Sistema de Bibliotecas da UFMG (<http://www.bu.ufmg.br>) é constituído por 25 bibliotecas setoriais nas áreas de Ciências Agrárias, Ciências Biológicas e Fisiológicas, Ciências Exatas e da Terra, Ciências Humanas e Ciências Sociais Aplicadas. Esse sistema conta com cerca de um (1) milhão de itens entre livros, monografias, dissertações, partituras, CDs, DVDs, fitas, VHS, mapas e *slides*. Esse acervo inclui ainda 22.305 periódicos; acesso ao Portal de Periódicos da CAPES; cerca de 100 mil itens de materiais especiais (audiovisuais, *slides*, partituras, fitas de vídeo, documentos de arquivo, fotografias); e coleções especiais, como a Memória Intelectual da UFMG, obras raras, coleções pessoais (Henriqueta Lisboa, Murilo Rubião, Oswaldo França Júnior, Abgar Renault, Curt Lange), Mineiriana, entre outras. O acesso ao catálogo *on-line* (<http://catalogobiblioteca.ufmg.br>) permite a consulta, empréstimo, renovação e reserva do acervo do Sistema de Bibliotecas.

As bibliotecas setoriais estão vinculadas tecnicamente à biblioteca universitária e são responsáveis pelo oferecimento de serviços e produtos de informação necessários ao desenvolvimento das atividades de ensino, pesquisa e extensão da comunidade universitária. Essas bibliotecas possuem ainda acervos específicos em suas áreas de atuação e abrangência.

A biblioteca setorial da Fafich (<http://www.fafich.ufmg.br/bib>) funciona das 8:00 às 22:00 de segunda a sexta-feira. Seu material bibliográfico inclui livros, dissertações, teses, monografias, vídeos, áudios, dicionários, enciclopédias, catálogos, periódicos e obras seriadas, acesso a base de dados. Além disso, há espaço de estudo disponibilizado aos alunos da comunidade acadêmica.

As dissertações, teses e monografias de Especialização estão disponíveis online no Sistema de Bibliotecas da UFMG e no IBICT; Em janeiro de 2018 o acervo total era de 141.547 exemplares; com aproximadamente: 91.250 títulos nas áreas de Antropologia, Ciências Sócio Ambientais, Comunicação Social, Filosofia, Gestão Pública, História, Psicologia, Sociologia, Ciência Política. O Sistema de Classificação utilizado é o CDD (Classificação Decimal Dewey),

com arranjo para cerca de 695 autores em diversas áreas. O acervo de periódicos é de 2.562 títulos nacionais e estrangeiros, correntes e não-correntes e o acesso ao Portal CAPES se dá pelo site e utilizando o Minha UFMG, sendo o acesso possível fora da UFMG, incluindo o acesso a resumos e textos completos em PDF.

Na página da Biblioteca, é possível acesso a alguns periódicos: Revista Cadernos de Psicologia (Revista eletrônica editada pelo Departamento de Psicologia - FAFICH – UFMG), Revista CliniCAPS (Avaliação dos efeitos discursivos da capacitação no Estado de Minas Gerais), Revista Devires (Revista do departamento de Comunicação Social - FAFICH/UFMG), Revista Gerais (Revista Interinstitucional de Psicologia - FAFICH/UFMG), Revista Halac (Revista de História Ambiental Latinoamericana y Caribeña - FAFICH/UFMG), Revista Kriterion (Revista do Departamento de Filosofia - FAFICH/UFMG), Revista Memorandum (Revista do departamento de Psicologia - FAFICH/UFMG), Revista Mosaico (Revista editada pelo Centro Acadêmico de Psicologia - FAFICH/UFMG), Revista Varia História (Revista do Programa de Pós-graduação em História - FAFICH/UFMG), Revista Vestígios (Revista latino-americana de arqueologia histórica - FAFICH/UFMG).

Os serviços, que podem ser solicitados pelo site <<http://www.bu.ufmg.br>> são os seguintes: Consulta, Empréstimos, Devoluções e reservas, COMUT (Comutação bibliográfica – A biblioteca faz pedidos e atende pedidos de todo o país), Coleção Reserva (para os cursos de graduação e pós-graduação - bibliografias básicas e complementares), Empréstimos entre Bibliotecas (fora da Universidade, em nosso Estado e em outros Estados). Outros serviços disponíveis são: a Rede Sem Fio (Wireless UFMG), CD de Psicanálise (Descritores Conceituais em Psicanálise), Base de dados histórica (Arquivo Ultramarino), Base de dados de Ciências Sociais (Proquest), Centro de Documentação do Departamento de Comunicação Social (CEDOC), solicitação de ficha catalográfica e apoio em referências e normalização de trabalhos acadêmicos, indexação de artigos de periódicos de professores e alunos da pós-graduação.

A biblioteca dispõe de atendimento a deficientes visuais por meio dos programas Virtual Vision, Jaws, NVDA, utilizados em máquinas para acesso pelo usuário, e disponibiliza também impressora Braille e Lupa Eletrônica, além de acervo em Braille.

A estrutura da biblioteca inclui escaninhos para guarda de material; três salas para estudo em grupo, uma sala com banco de dados e microfimes e uma sala para vídeo conferência; dez mesas para estudos individuais com divisórias e 25 mesas coletivas com capacidade para até seis pessoas.

A aquisição de material bibliográfico: se dá por meio de Pregão Eletrônico, Projetos de Pesquisa FAPEMIG e pelos Departamentos via FUNDEP. Recebe doações de Usuários, Expositores, Editores (Vozes, Paulinas e Paulus, Editora UFMG, Fino Traço), COPEC, Livraria Quixote e permutas.

15 EMENTÁRIO DO CURSO DE GESTÃO PÚBLICA

São apresentadas, nos Quadro 13, Quadro 14 e Quadro 15, as informações sobre as disciplinas obrigatórias e optativas e as atividades integradoras de crédito (AIC) do curso de Gestão Pública, respectivamente. Os programas das disciplinas obrigatórias compõem o Anexo 2.

Quadro 13: Disciplinas Obrigatórias

Código	Nome	Créditos	Carga Horária	Ementa
DCP 032	FUNDAMENTOS DA ANALISE POLITICA	4	60	Política, Poder, Estado e Mercado Definição procedimental de Democracia: custos internos, riscos externos, contextos decisórios, comitês (Sartori). Democracia, autoridade e propriedade: Estado e mercado mecanismos de alocação de recursos (Przeworski). Representação, Participação Políticas: desenhos institucionais contemporâneos. Executivo, Legislativo e <i>accountability responsive</i> : demandas, políticas e resultados (Arnold).
DCP 033	METODOLOGIA	4	60	Noções gerais de filosofia da ciência. Elementos básicos de metodologias qualitativa e quantitativa. Noções básicas de metodologia científica para a Gestão Pública. Elaboração de trabalhos científicos. Familiarização com indicadores relevantes para a Gestão Pública: propriedades, características e uso em políticas públicas.
DCP 035	INSTITUICOES POLITICAS COMPARADAS	4	60	Análise comparada, desempenho de instituições democráticas em países do centro e da periferia do capitalismo; instituições democráticas e diferentes condições socioeconômicas e culturais. Estudos de formas de organização de democracias liberais, organização Estado: unitarismo X federalismo; processos e poderes (executivo, legislativo); concepções sobre burocracias públicas, políticas públicas, por governos eleitos.

DCP 037	ANÁLISE DE POLITICAS PUBLICAS	4	60	Ciclo formação políticas públicas (agendas, deliberação, formulação, Implementação, avaliação). Ambientes institucionais, processos. <i>Policy community</i> , formação redes implementadores políticas públicas, dinâmica setor público. Integração, intersectorialidade, coordenação horizontal políticas.
DCP 042	POLITICA, ECONOMIA E SOCIEDADE NO BRASIL	4	60	Construção nacional e construção do Estado no Brasil, desde a independência. Dinâmicas interdependentes da política, da economia e da estrutura social brasileira no último século. Etapas históricas do desenvolvimento político, econômico e social no Brasil. Os desafios das questões étnico-racial, socioambiental e de direitos humanos.
DCP 089	PROJETO DO TCC	4	60	Componentes conceituais e metodológicos de uma monografia. Sistematização de etapas a serem seguidas na tradução do plano da monografia em texto escrito. Elaboração do projeto de trabalho de conclusão do curso, seguindo etapas de construção deste trabalho.
DCP 123	ASPECTOS LEGAIS DA GESTÃO PÚBLICA A	4	60	Estado e Sociedade. Estado e Direito. Origem e formação do Estado Moderno. Elementos do Estado: soberania, povo, território. Cidadania Moderna. Direitos e Garantias Fundamentais. Paradigmas Constitucionais. Estado e Democracia: participação direta e representação política, sufrágio, sistema partidário e sistema eleitoral. Organização do Estado: formas e sistemas de governo. Organização dos Poderes: Executivo, Legislativo e Judiciário. Federalismo: repartição de competências.
DCP 124	GESTÃO PÚBLICA A	4	60	Gestão Pública: origens, evolução, formatos organizacionais e patrimonialismo, administração burocrática, Nova Gestão Pública, governança participativa. Gestão privada e gestão pública: distinção. Relação entre gestão pública e política. Noções de controle público e <i>accountability</i> . Histórico da gestão pública no Brasil.

DCP 125	ASPECTOS LEGAIS DA GESTÃO PÚBLICA B	4	60	Estado, Governo e Administração Pública: administração pública direta e indireta, autarquias, fundações, associações e consórcios públicos, empresas estatais. Princípios básicos da Administração Pública. Administração pública e burocracia. Poderes Administrativos. Atos administrativos. Licitação e Contratos Administrativos. Serviços Públicos. Controle da Administração Pública. Improbidade Administrativa.
DCP 126	ESTADO E POLÍTICAS SOCIAIS A	4	60	Teorias explicativas da emergência e evolução dos sistemas de proteção social e ou dos estados de bem-estar social, a partir de análises comparadas, considerando: a relação entre Estado e mercado o conceito de política social, o estado de bem-estar e o de regime de bem-estar a evolução do conceito de cidadania e sua relação com as políticas sociais. Estudo do caso brasileiro desde as primeiras políticas sociais até o fim da ditadura militar.
DCP 127	GESTÃO PÚBLICA B	4	60	Novas tendências e paradigmas da gestão pública contemporânea: características para a provisão de serviços e dilemas quanto à eficácia e eficiência. Temas para pensar o Brasil: ideia de governança eficiência <i>versus</i> equidade tipos e mecanismos de <i>accountability</i> , parcerias e relação público-privado, processos e instrumentos de regulação, contratualização e agencificação, gestão em redes descentralização, relações intergovenamentais, intersetorialidade, integração e transversalidade, flexibilidade <i>versus</i> controle, gestão de pessoas nas organizações públicas. Experiências inovadoras de gestão pública no Brasil. Outras inovações.

DCP 128	ESTADO E POLÍTICAS SOCIAIS B	4	60	Constituição do sistema de proteção social a partir da Constituição de 1988 em perspectiva comparada entre as políticas. Princípios, diretrizes, financiamento, gestão das principais políticas sociais em perspectiva comparada, análise do processo de descentralização com ênfase nas relações governamentais e no papel dos entes federativos. Agenda contemporânea e as transformações em curso, incluindo as relativas às questões étnico-raciais, socioambientais e de direitos humanos. Diferenças entre governos e décadas pós-1988.
DCP 129	FINANÇAS PÚBLICAS	4	60	Introdução às finanças públicas: falhas do mercado, funções do Estado, teoria da tributação. Conceito, evolução e princípios do Orçamento Público. O processo orçamentário brasileiro: elaboração, execução e controle do Plano Plurianual- PPA da Lei de Diretrizes Orçamentárias e LDO e da Lei Orçamentária Anual. Federalismo fiscal no Brasil. A Lei de Responsabilidade Fiscal.
DCP 130	PLANEJAMENTO PÚBLICO	4	60	Conceitos, tipos e metodologias de planejamento governamental. A relação entre planejamento e implementação de políticas e entre planejamento e desenvolvimento. O planejamento público no Brasil: evolução, desafios e vinculação com a gestão pública. Estudos de caso de inovações em planejamento nos diferentes níveis de governo. Prática orientada no planejamento de políticas públicas. Planejamento e PPA.
DCP 131	AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS A	4	60	O papel da avaliação no ciclo de políticas públicas e na gestão contemporânea. Relação entre objetivos políticos e critérios de avaliação. Tipos de avaliação em função do momento de realização, natureza e objetivos. Monitoramento e avaliação, e a relação entre os dois. Estratégias e desenhos de avaliação em função do objetivo da avaliação, do recorte programático e dos critérios para avaliação: pertinência, possibilidades e limites de cada tipo. Métodos e técnicas de avaliação. Elaboração de Indicadores.
DCP 132	DEMOCRACIA DIGITAL E GOVERNO ELETRÔNICO	4	60	Democracia e <i>internet</i> . Governo eletrônico. Participação e representação digital. Governança eletrônica. <i>Accountability</i> e transparência no governo eletrônico. Inclusão e exclusão digital. Avaliação de portais governamentais. Deliberação <i>on line</i> . Gestão estratégica da informação: democratização, participação, controle interno / externo. Lei de Acesso à Informação.

DCP 133	FORMULAÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DE PROGRAMAS E PROJETOS	4	60	Conceituação: políticas, programas e projetos. Conceito, objetivos e tipos de projeto, elementos básicos de um projeto. Ciclo de vida e fases da elaboração de um programa / projeto: diagnóstico, estudo de viabilidade, atores, participação social, elaboração, monitoramento e prestação de contas. Metodologias para concepção, desenho, execução e avaliação de programas e projetos. Cenário da elaboração e implementação de programas e projetos: incertezas tensões, ambiguidades e conflitos. Tipos de programas e projetos e consequências para a gestão. Estratégias de implementação e fatores que afetam a implementação.
DCP 134	AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS B	4	60	Avaliação de políticas públicas: principais conceitos, especificidades da avaliação, tipos de avaliação, metodologia da avaliação. Linguagem dos projetos. Modelos para a avaliação de impactos. Conceitos de indicadores sociais. Aplicação de técnicas econométricas e bancos de dados na avaliação de políticas públicas. Técnicas de regressão: modelo de regressão simples análise de regressão múltipla (estimação e inferência) análise de regressão múltipla com informações qualitativas heteroscedasticidade e problemas adicionais de especificação e de dados.
DCP 135	ESTÁGIO CURRICULAR A	12	180	Experiência de trabalho do discente com a dimensão profissional dos diversos campos da gestão pública sob supervisão de docente e de profissional do campo.
DCP 136	ESTÁGIO CURRICULAR B	8	120	Experiência de trabalho do discente com a dimensão profissional dos diversos campos da gestão pública sob supervisão de docente e de profissional do campo.
DCP 137	TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO	8	120	Trabalho monográfico, relatório de pesquisa ou projeto de intervenção feito pelo discente, a ser registrado como comprovação de sua capacitação teórico-analítica, que o torne habilitado para o exercício de funções diversas referidas à gestão pública.
ECN 044	ECONOMIA DO BEM ESTAR	4	60	Função de Bem Estar. Equidade e Eficiência. Análise Custo-Benefício. O financiamento do Setor Público. Sistemas de Tributação. Políticas Sociais: Sistemas de Seguridade, Sistemas de Saúde e Sistemas de educação.

ECN 140	INTRODUCAO A ECONOMIA	4	60	Noções de microeconomia (oferta, demanda, equilíbrio de mercado teoria do consumidor, estruturas de mercado) noções de macroeconomia (produto, emprego e renda moeda, juros e política monetária setor externo, câmbio e balanço de pagamentos inflação e setor público estabilização e crescimento).
ECN 190	ECONOMETRIA I	4	60	O modelo de regressão linear entre duas variáveis e regressão linear múltipla. Introdução aos modelos de equações simultâneas. Análise de problemas econométricos. Modelos econométricos. Exemplos aplicados a Econometria.
EST 180	ESTATISTICA I	4	60	1) Amostragem; 2) Representação tabular e gráfica; 3) principais medidas estatísticas de tendência central, variabilidade e concentração; 4) regressão e correlação linear simples; 5) Séries Temporais.
SOA 048	FUNDAMENTOS DE ANALISE SOCIOLOGICA	4	60	Introdução às teorias e métodos sociológicos. As concepções fundamentais de Marx, Durkheim e Weber.
SOA 607	SOCIOLOGIA DAS ORGANIZACOES PUBLICAS	4	60	Burocracia, administração pública. Estado, relações sociais. Institucionalismo, utilitarismo. Burocracia, poder político. Cultura organizacional. Mudança, flexibilização organizacional.

Quadro 14: Disciplinas Optativas

Código	Nome	Créditos	Carga Horária	Ementa
DCP 001	TEORIA POLÍTICA CONTEMPORÂNEA	4	60	Teoria normativa e teoria positiva. Teorias contemporâneas da justiça: Rawls, Nozick, marxistas e feministas. Estrutura racional, economia do bem estar e teorias da justiça. Liberalismo, comunitarismo, republicanismo. Teorias sobre a sociedade civil. Escolha pública e social. Modelos de "política analítica".
DCP 025	INSTITUIÇÕES POLITICAS	4	60	Perspectiva Institucional e Análise Política Análise Institucional e o Imperativo da Comparação Instituições Políticas e Análise de Trajetória Análise Comparada de Experiências Contemporâneas: Modelos de Democracia Políticas Sociais e Econômicas Sistemas Partidários e Eleitorais Organização Legislativa e Relações Executivo-Legislativo.
DCP 026	MOVIMENTOS SOCIAIS E SOCIEDADE CIVIL	4	60	Ação coletiva. Identidades coletivas. Conceito de sociedade civil: principais autores, trajetória, redefinições conceituais e debates. Elementos da participação popular e associativismo. Trajetórias dos movimentos sociais no Brasil contemporâneo, com ênfase nos movimentos em defesa dos direitos humanos, de minorias e do meio ambiente. Contribuições teóricas para a análise dos movimentos sociais. Esfera pública e democracia deliberativa: experiências brasileiras. Movimentos sociais e cidadania no contexto da globalização. Terceiro Setor e Organizações Não Governamentais.
DCP 028	POLITICA INTERNACIONAL	4	60	Atores e transações políticas próprios do espaço internacional identificação dos princípios articuladores da política internacional apresentação e crítica das teorias mais difundidas das relações internacionais papel do Direito Internacional na política internacional tendências de mudança na organização da economia e na diminuição de esfera de autonomia dos Estados.
DCP 030	TÓPICOS EM POLITICA	4	60	Conteúdo variável.

DCP 053	GENERO E POLITICAS PUBLICAS	4	60	Estudo do processo de democratização e da luta de movimentos feministas e de movimentos de mulheres, desde os anos 80, no Brasil. Ênfase sobre o processo gradual de incorporação da problemática das desigualdades de gênero pela agenda governamental. Discussão da importância dos governos municipais, a partir da Constituição de 88, na redução das desigualdades de gênero. Agenda Governamental e gênero na perspectiva dos Direitos Humanos.
DCP 055	LEGISLATIVOS SUBNACIONAIS EM PERSPECTIVA COMPARADA	4	60	Análise das diferentes combinações entre instituições e condições (políticas, socioeconômicas e culturais) nas unidades subnacionais e de seus efeitos combinados sobre: os perfis e as trajetórias das elites políticas a distribuição de preferências e recursos entre os atores relevantes as atitudes, o comportamento e os padrões de interação entre os atores relevantes e seus resultados.
DCP 061	DEMOCRACIA, REDISTRIBUIÇÃO, RECONHECIMENTO E REPRESENTACAO	4	60	O Paradigma Redistributivo em contextos democráticos. Teorias do estado de bem-estar. Políticas da Identidade e Políticas da Diferença. Reconhecimento e Pertencimento. Liberalismo. A igualdade liberal. A Democracia Liberal e Poliárquica. O Comunitarismo e as esferas da justiça. As políticas de reconhecimento. Republicanismo e Democracia Deliberativa. A esfera pública, democracia e pluralismo. Teoria Política Feminista: a dicotomia público versus privado. Democracia, gênero e participação. Políticas da diferença, redistribuição e reconhecimento.
DCP 066	GOVERNANÇA, ACCOUNTABILITY E DEMOCRACIA	4	60	Democracia, autoridade e propriedade: Estado e mercado como diferentes mecanismos de alocação de recursos. Executivo, Legislativo, governança e <i>accountability</i> : a distribuição dos poderes de agenda e de veto entre os atores. Representantes, burocratas e cidadãos. <i>Accountability</i> e <i>responsiveness</i> : relações entre demandas, políticas e resultados.

DCP 069	DIREITOS E CIDADANIA	4	60	Análise de processos que conduzem à expansão dos Direitos de Cidadania, com especial ênfase na condição de vida urbana, na experiência da gestão pública em suas interfaces com as lutas sociais e políticas. Direitos humanos e cidadania na construção das lutas sociais e na constituição de novos sujeitos de direito. Discussão sobre as origens e formas de compreensão dos Direitos: direitos políticos e civis, direitos e garantias individuais, direitos sociais e econômicos, direitos difusos. Integralidade e Indivisibilidade dos Direitos. Plataforma Internacional dos Direitos Humanos. Reconstrução histórica no processo de afirmação dos Direitos Humanos na sociedade brasileira.
DCP 071	DEMOCRACIA E PARTICIPAÇÃO	4	60	Centralidade do conceito de participação nos diferentes modelos de democracia. Análise de diferentes padrões de relação entre Estado e Sociedade Civil, identificando atores e padrões de ação diferenciados.
DCP 074	CORRUPÇÃO, DEMOCRACIA E INTERESSE PÚBLICO	4	60	Análise da corrupção e de sua relação com as concepções normativas de política. Temas básicos: (1) os conceitos de corrupção (2) as perspectivas normativas sobre corrupção na política (3) corrupção na política e o problema da legitimidade (4) a presença e as consequências da corrupção na política (4) a relação entre democracia (e suas matrizes teóricas) com o tema da corrupção (5) consequências sociais, econômicas, culturais e políticas da corrupção (6) corrupção e controle.
DCP 079	GESTÃO PÚBLICA COM FOCO EM DIREITOS HUMANOS	4	60	Políticas Públicas e Direitos Humanos. Plataforma Internacional dos Direitos Humanos. Direitos civis e políticos. Direitos Econômicos, sociais e culturais. Questões e elementos de análise de políticas e de gestão pública: violência (urbana e rural), segurança pública, meio ambiente e justiça social, acessibilidade urbana, preconceitos na convivência com deficientes, idosos, afrodescendentes e indígenas, barreiras humanas e de atitude com relação a públicos específicos tais como crianças e adolescentes, mulheres, refugiados, migrantes, populações indígenas, entre outros.
DCP 083	TÓPICOS EM POLÍTICA INTERNACIONAL	4	60	Conteúdo variável.

DCP 088	LABORATÓRIOS DE FORMULAÇÃO, IMPLEMENTAÇÃO E AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS	3	45	Estudo de uma política pública selecionada com a ajuda de docentes encarregados das disciplinas específicas da formação em gestão pública, abordando tópicos do processo de formulação, implementação e avaliação especificados em roteiro, cuja execução é acompanhada por docentes designados para este fim.
DCP 098	TÓPICOS EM METODOLOGIA	4	60	Conteúdo variável.
DCP 138	ANÁLISE DE POLÍTICAS LOCAIS	4	60	Arcabouço geral da política pública: sistema nacional, aspectos legais etc. Desenho e implementação de políticas locais: conexões lógicas, relações e impasses.
DCP 143	BUROCRACIA PÚBLICA	4	60	Aspectos teóricos e empíricos das burocracias públicas. Políticos e burocratas, política e administração: relações. Burocracia: tipos, funções e desafios. Discricionariedade burocrática na formulação e na implementação das políticas.
DCP 144	DEMOCRACIA, CIDADANIA E ESTADO DE BEM ESTAR SOCIAL EM PERSPECTIVA COMPARADA	4	60	Cidadania: conceitos, desenvolvimento e desafios para as democracias contemporâneas em perspectiva comparada. Trajetórias das lutas por direitos humanos, sociais, econômicos, culturais e socioambientais. Trajetórias de implementação de sistemas de proteção social em perspectiva comparada. Estado de Bem Estar social - desenvolvimento e transformações recentes: análise comparativa.
DCP 145	DESENHO DE QUESTIONÁRIOS	4	60	Introdução às técnicas de desenho de questionários em pesquisas quantitativas. Princípios gerais. Questões factuais e comportamentais. Questões atitudinais. Entrevistas, questionários autopreenchidos, <i>websurveys</i> . O questionário como um todo. Aplicação do questionário e construção do banco de dados. Pré-testes: revisão por especialistas, codificação de comportamentos, grupos focais, entrevistas cognitivas. Análise de qualidade de escalas.

DCP 146	ESFERA PÚBLICA, LOBBY E GRUPOS DE INTERESSES	4	60	Esfera pública: conceito, gênese e desenvolvimento. Contribuição do conceito para a teoria democrática contemporânea. Padrão de ação dos atores - associações cívicas e grupos de interesse. Associativismo, esfera pública e estado: relações em contextos determinados e contribuição para a democratização. Influência do <i>lobby</i> e do <i>advocacy</i> no processo de tomada de decisão em políticas públicas.
DCP 147	ESTADO E SOCIEDADE NO BRASIL	4	60	Teses sobre os fundamentos do Estado brasileiro nos períodos imperial e republicano. Evolução das relações entre Estado e sociedade no período republicano. Os desafios do desenvolvimento: a questão étnico-racial, a questão agrária, a questão social, a questão socioambiental.
DCP 148	ÉTICA NA GESTÃO PÚBLICA	4	60	Aspectos teórico-conceituais da vida pública. Fundamentos da ética na função pública. Dimensões cognitivas e atitudinais da ética. Dimensão ética na resolução de problemas no serviço público. Código de ética profissional do servidor público civil do poder executivo.
DCP 149	FEDERALISMO FISCAL NO BRASIL	4	60	Conceitos de federalismo fiscal. Descentralização fiscal: prós e contras. Distribuição federativa de tributos. Transferências intergovernamentais. Distribuição federativa dos gastos públicos. Endividamento e responsabilização fiscal. Gastos governamentais em políticas sociais.
DCP 150	GOVERNANÇA GLOBAL	4	60	Fundamentos conceituais e empíricos das abordagens da governança global no estudo da política internacional contemporânea. Teorias das relações internacionais e a premissa da “anarquia sistêmica”. Regimes internacionais e a difusão de normas e práticas de gestão pública global.
DCP 151	INDICADORES SOCIAIS	4	60	Indicadores sociais: noções conceituais e de construção, propriedades, características e usos. Bases de dados secundárias: indicadores prontos ou estatísticas básicas. Manipulação dos indicadores sociais com base em estatística descritiva básica: tabelas, gráficos e mapas. Construção de diagnósticos de áreas sociais ou de políticas específicas, com base em dados existentes.

DCP 152	LABORATÓRIO DE FORMULAÇÃO E AVALIAÇÃO DE PROJETOS	4	60	Identificação de problemas reais que demandam uma intervenção governamental. Elaboração de projetos de intervenção, diagnósticos, análises de políticas públicas, pesquisas e outros trabalhos demandados por órgãos governamentais e não governamentais parceiros do curso de Gestão Pública, em conformidade com as diretrizes da extensão universitária.
DCP 153	LABORATÓRIO DE GESTÃO PÚBLICA	4	60	Experiências inovadoras e efetivas de gestão pública, em âmbito nacional e ou internacional, nos três níveis de governo: problemas que as justificaram, inovações e práticas introduzidas, resultados e problemas. Elaboração de projetos de intervenção, diagnósticos, análises de políticas públicas, pesquisas e outros trabalhos demandados por órgãos governamentais e não governamentais parceiros do curso de Gestão Pública, em conformidade com as diretrizes da extensão universitária.
DCP 154	LEGISLATIVO E POLÍTICAS PÚBLICAS	4	60	Modelos de Organização Legislativa e seus efeitos sobre o comportamento e a produção legislativos. Legística. Distribuição de atribuições, direitos e recursos legislativos entre legisladores individuais, grupos de legisladores e plenário. Partidos e Comissões. Desenvolvimento institucional. Modelos de organização legislativa e seus efeitos sobre os padrões de interação entre os atores relevantes: cidadãos, grupos de interesses, representantes eleitos e burocracias públicas.
DCP 155	METODOLOGIAS PARTICIPATIVAS DE PLANEJAMENTO PÚBLICO	4	60	Aspectos teóricos e políticos da participação social na formulação e implementação das políticas públicas. Estudo de metodologias que incorporam a participação social no planejamento de políticas, programas e projetos públicos e em decisões orçamentárias nos âmbitos nacional, estadual e local.
DCP 156	MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DE PROJETOS	4	60	Identificação das funções de monitoramento e avaliação no ciclo de políticas públicas. Monitoramento: definição, função, instrumentos e uso de indicadores. Avaliação: definição, funções, metodologias e instrumentos, métodos quantitativos e qualitativos de avaliação, coleta de dados e análise dos resultados.

DCP 158	O ESTUDO DE CASO COMO ESTRATÉGIA METODOLÓGICA PARA ANÁLISE E AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS	4	60	Estudos de caso: status científico validade em análises e avaliações comparativas de políticas públicas vantagens comparativas: predições fortes e compreensão intensiva de mecanismos causais limites e possibilidades de inferência causal: o problema da indeterminação dos desenhos de pesquisa baseados em estudo de caso. Procedimentos de seleção de casos: vies de seleção e casos válidos diferenças entre seleção aleatória (métodos quantitativos) e procedimentos de seleção não aleatória (seleção intencional de casos) tipologia das estratégias de seleção: casos típicos (representativos), diversos (heterogeneidade), extremos, desviantes, exemplares, cruciais, <i>pathway</i> , similares, e diferentes. Heterogeneidade causal como superação do problema da seleção de casos pela variável dependente. Estratégias de superação do problema das variáveis omitidas: variância intracasos, procedimentos de congruência e <i>process tracing</i> .
DCP 159	O EXPERIMENTO COMO ESTRATÉGIA METODOLÓGICA PARA AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS	4	60	Noções básicas do desenho de pesquisa experimental de modo aplicado. Relevância do experimento e do quase-experimento na avaliação de impacto de políticas públicas: conceitos básicos e aplicações práticas. Metodologia de diferença-em-diferenças. Experimento controlado e seus limites éticos, financeiros e de tempo. Quase experimento como alternativa: estimando os efeitos parciais do impacto de programas e políticas públicas sobre diferentes contextos. Noções básicas de aleatorização, seleção de casos e redução de vies de estimativa.
DCP 160	O PROCESSO DECISÓRIO NO SISTEMA POLÍTICO BRASILEIRO	4	60	Processo decisório nos poderes executivo, legislativo e judiciário. Consequências das decisões no plano político e seus impactos sobre aspectos relacionados aos fundamen-tos, aspectos orçamentários e gerencias de políticas públicas em diversas áreas.
DCP 161	OFICINA DE ORÇAMENTO PÚBLICO	4	60	Conceito, princípios e objetivos do Orçamento Público. Processo orçamento brasileiro: regulamentação e implementação. Conceitos e classificações de receitas e despesas. Elaboração do PPA. Elaboração da LDO. Elaboração da LOA. Execução orçamentária. Sistemas de Planejamento e Gestão Orçamentária (SIOP - Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento e SIAFI - Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal)

DCP 165	POLÍTICA BRASILEIRA A	4	60	Autores clássicos da Ciência Política Brasileira e questões próprias ao período da colonização a 1930.
DCP 166	POLÍTICA BRASILEIRA B	4	60	Política brasileira desde 1930 aos dias atuais: a construção da ordem, a constituição e incorporação política dos atores relevantes e a organização de sua ação política. Relações entre política e sociedades. Desafios para a construção de uma institucionalidade democrática no país: corporativismo e populismo representação e participação política autoritarismo e transição, ação coletiva e construção da ordem.
DCP 167	POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA	4	60	Conceitos e modelos de análise de política externa. Formação de um sistema de política exterior no Brasil do século XIX. Princípios e tradições de política externa brasileira no Império e na República. Produção da política externa brasileira sob distintos regimes políticos. Problemas contemporâneos da política externa brasileira. Política externa e inserção do Brasil no mundo.
DCP 168	SISTEMA DE PROTEÇÃO SOCIAL BRASILEIRO EM PERSPECTIVA COMPARADA	4	60	Sistema de proteção social brasileiro (ou de políticas sociais específicas) e sistema (ou políticas) de outros países: comparação dos problemas, possibilidades e desafios para o caso brasileiro.

DCP 169	TEORIA DOS JOGOS	4	60	Efeitos de agregação e consequências não intencionais de ações intencionais. Escolha racional. Ação paramétrica e interação estratégica. Teoria da decisão. Otimização. Teoria dos jogos: representação de jogos em forma estratégica dominância estrita e dominância fraca equilíbrio de Nash estratégias mistas teorema de Nash melhor resposta jogos de n jogadores jogos de soma zero jogos em forma extensiva indução retrospectiva equilíbrio perfeito de subjogos indução prospectiva jogos bayesianos equilíbrio bayesiano equilíbrio bayesiano perfeito e equilíbrio sequencial sinalizações reiteraões. Bens públicos, ação coletiva e soluções descentralizadas. Escolha social. Escolha pública. Dinâmica institucional. Formação e falsificação de preferências. Teoria dos jogos evolucionária. Não-linearidades, retroalimentações, sistemas complexos, simulações.
DCP 170	TÓPICOS EM ANÁLISE POLÍTICA	4	60	Conteúdo variável.
DCP 171	TÓPICOS EM GESTÃO PÚBLICA	4	60	Conteúdo variável.
DCP 172	TÓPICOS EM POLÍTICA CONTEMPORÂNEA	4	60	Conteúdo variável.
DCP 173	TÓPICOS EM POLÍTICAS PÚBLICAS	4	60	Conteúdo variável.
ECN 033	TÓPICOS EM DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E REGIONAL	4	60	Conteúdo variável.
ECN 051	HISTÓRIA ECONÔMICA DO BRASIL	4	60	O Sistema Colonial A Economia Colonial na América Portuguesa A Constituição do Estado e da Economia Brasileira A Economia Brasileira no Século XIX A Industrialização e a Modernização no Brasil A Economia Brasileira: 1930/1960.
ECN 055	ECONOMIA POLÍTICA	4	60	David Ricardo: valor e distribuição. K. Marx: valor e dinheiro, capital e mais valia, reprodução e acumulação, lucro, taxa de lucro e preços de produção.

ECN 083	ECONOMIA BRASILEIRA	4	60	Desenvolvimento econômico brasileiro: plano de metas, Milagre Brasileiro e crise dos anos oitenta.
ECN 085	ECONOMIA POLÍTICA INTERNACIONAL I	4	60	Teoria das Relações Internacionais: Realismo, Liberalismo, Marxismo, Teoria Crítica, Construtivismo. Fundamentos teóricos da Economia Política Internacional. Economia Política e Economics. Relações Internacionais e Economia Internacional. O desenvolvimento da área a partir dos anos 1970 e seus temas centrais.
ECN 086	MÉTODOS QUANTITATIVOS APLICADOS I	4	60	Estatística descritiva. Distribuição de frequências. Introdução à probabilidade. Variáveis aleatórias discretas e contínuas. Distribuições amostrais. Estimação. Testes de hipóteses. Modelos de regressão linear.
ECN 088	ECONOMIA POLÍTICA INTERNACIONAL II	4	60	A IPE e a NEW IPE <i>School</i> : as escolas americana e britânica. Debates sobre a teoria da estabilidade hegemônica. Imperialismo. A escola cepalina. A escola francesa. A reconfiguração da ordem internacional: globalização, integração, fragmentação, geopolítica, potências emergentes.
ECN 089	MÉTODOS QUANTITATIVOS APLICADOS II	4	60	"Modelos econométricos de equações simultâneas. Modelos econométricos com uso de dados de painel. Econometria de séries temporais: análise clássica, co-integração e modelos ARIMA e VAR."
ECN 090	ECONOMIA DA AMÉRICA LATINA	4	60	História comparada: questões de método. As economias coloniais. Os processos de independência. A formação dos Estados Nacionais. A questão étnico-racial na formação social latino-americana. O desenvolvimento latino-americano em perspectiva comparada. Eixos temáticos: processos de industrialização pobreza e desigualdades endividamento inflação e planos de estabilização perspectivas de integração econômica.
ECN 092	ORGANIZAÇÃO ECONÔMICA INTERNACIONAL I	4	60	A formação do BIS e as organizações internacionais antes da Segunda Guerra Mundial. Formação, estrutura e funcionamento das principais organizações internacionais pós Segunda Guerra Mundial. O Fundo Monetário Internacional e o Banco Mundial. O GATT e as suas rodadas de negociação. BIS e os Acordos da Basiléia. Organização Mundial do Comércio. UNCTAD e os países em desenvolvimento.
ECN 093	SISTEMAS ECONÔMICOS COMPARADOS	4	60	O auge do liberalismo (100 anos de paz). As experiências socialistas. O nazi-fascismo. O <i>New Deal</i> e a regulação keynesiana. O desenvolvimentismo e a industrialização do terceiro mundo. Os processos de <i>Catching up</i> . A crise do socialismo real. O Neoliberalismo e globalização.
ECN 181	HISTÓRIA ECONÔMICA GERAL	4	60	Transição do feudalismo ao capitalismo. Sistema mercantilista e formação do Estado moderno. Revolução burguesa. Revolução Industrial. Industrialização retardatária. Imperialismo. Período entre guerras e a crise dos anos 30. Fascismo.
SOA 029	TÓPICOS EM TEORIA SOCIOLÓGICA	4	60	Conteúdo variável.

SOA 071	TOPICOS EM SOCIOLOGIA	4	60	Conteúdo variável.
CIC 032	TÓPICOS EM CONTABILIDADE B	4	60	Conteúdo variável.
POP 004	TÓPICOS EM DEMOGRAFIA	4	60	Conteúdo variável.
LET 223	FUNDAMENTOS DE LIBRAS	4	60	Aspectos históricos e conceituais da cultura surda e filosofia do bilinguismo. Fundamentos linguísticos da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS). Aquisição e desenvolvimento de habilidades básicas expressivas e receptivas em LIBRAS.
UNI 005	O SISTEMA POLITICO BRASILEIRO	4	60	Análise do atual arranjo democrático brasileiro. A análise da democracia brasileira pós-88 abrangerá: a) o sistema eleitoral adotado para a composição dos poderes Legislativo e Executivo; b) a origem, evolução e dinâmica do atual sistema partidário; c) as características do presidencialismo brasileiro; d) as relações entre os poderes Executivo e Legislativo; e) a estrutura e organização interna do poder legislativo federal; f) a organização federativa do Estado; g) a relação entre poder Judiciário e política; h) a reforma do Estado.

Quadro 15: Atividades Integradoras de Crédito

Código	Nome	Créditos	Carga Horária	Creditação/carga horária máximas	Ementa
DCP090	TRABALHO PUBLICADO EM PERIODICO CIENTIFICO	2	30	4	Publicação de artigo ou correlato em revista reconhecida no meio acadêmico.
DCP091	TRABALHO APRESENTADO/ PUBLICADO EM ANAIS	1	15	2	Apresentação de trabalho - escrito, oral, pôster - em evento científico da área de Gestão Pública ou correlata.
DCP092	VIVENCIA PROFISSIONAL COMPLEMENTAR	4	60	4	Participação em atividades de gestão em órgãos públicos ou em organizações não governamentais, que proporcione experiências de treinamento do discente em diferentes processos de trabalho relacionados à gestão pública e contribuam para seu aprimoramento, em conformidade com as diretrizes da extensão universitária.
DCP107	ATIVIDADE DE PESQUISA E/OU EXTENSÃO II	2	30	6	Participação em projetos de pesquisa e de extensão universitária, estes no formato de programa, projeto, curso ou evento e em conformidade com as diretrizes vigentes.
DCP120	PARTICIPAÇÃO EM EVENTOS II	2	30	4	Participação na organização de eventos de natureza diversa, envolvendo o público externo, em conformidade com as diretrizes da extensão universitária.
DCP121	PARTICIPAÇÃO EM EVENTOS I	1	15		Conteúdo variável.
DCP164	PESQUISA BIBLIOGRÁFICA	2	30	2	Aprofundamento teórico de tema pertinente a disciplina de formação básica e ou profissional, feito sob orientação do docente da disciplina à qual o tema está relacionado.
DCP174	PARTICIPAÇÃO EM GRUPOS DE ESTUDO II	2	30	2	-
DCP175	MONITORIA III	3	45	3	-
DCP176	ATIVIDADES INTERINSTITUCIONAIS DE ENSINO A	4	60	5	Atividades de ensino, (disciplinas, seminários, laboratórios, oficinas, cursos) realizadas em outras instituições, voltadas para a formação em Gestão Pública ou em áreas afins, com validação do Colegiado do Curso.
DCP177	ATIVIDADES INTERINSTITUCIONAIS DE ENSINO B	1	15		Atividades de ensino, (disciplinas, seminários, laboratórios, oficinas, cursos) realizadas em outras instituições, voltadas para a formação em Gestão Pública ou em áreas afins, com validação do Colegiado do Curso.
DCP178	ATIVIDADES INTERINSTITUCIONAIS DE PESQUISA E/OU EXTENSÃO A	4	60	5	Atividades de pesquisa e/ou extensão realizadas em outras instituições voltadas para a formação em Gestão Pública ou em áreas afins, com validação

					do Colegiado do Curso
DCP179	ATIVIDADES INTERINSTITUCIONAIS DE PESQUISA E/OU EXTENSÃO B	1	15		Atividades de pesquisa e/ou extensão realizadas em outras instituições voltadas para a formação em Gestão Pública ou em áreas afins, com validação do Colegiado do Curso.

16 RESOLUÇÕES DO CURSO

Por meio de resoluções, o colegiado de Coordenação Didática do Curso de Gestão Pública normatiza diversas atividades. Após a reforma, ocorrida em 2015, algumas das resoluções foram modificadas para atender à nova versão curricular, ressaltando a observância das anteriores para os alunos que não migraram para a nova versão curricular. No Anexo 1, estão todas as resoluções vigentes da estrutura curricular atual.

ANEXO 1 RESOLUÇÕES DO COLEGIADO DE COORDENAÇÃO DIDÁTICA DO CURSO DE GESTÃO PÚBLICA

COLEGIADO DE COORDENAÇÃO DIDÁTICA DO CURSO DE GESTÃO PÚBLICA

RESOLUÇÃO Nº 01/2016

*Regulamenta a Formação Complementar Aberta no
Curso de Graduação em Gestão Pública da Universidade
Federal de Minas Gerais (UFMG).*

O Colegiado de Coordenação Didática do Curso de Gestão Pública, no uso de suas atribuições regimentais e de acordo com o disposto na Decisão do CEPE/UFMG, de 19.04.2001, que estabelece diretrizes da flexibilização curricular na UFMG,

RESOLVE:

Artigo 1º - O aluno do Curso de Graduação em Gestão Pública da UFMG poderá optar por cursar disciplinas de **Formação Complementar Aberta (FCA)**, caso em que ficará dispensado de cursar algumas das disciplinas optativas integrantes do núcleo de formação específica, de acordo com o percurso de integralização escolhido.

§ 1º - A Formação Complementar Aberta é constituída por atividades acadêmicas curriculares cursadas em outros cursos de graduação da UFMG, não previstas na matriz curricular do Curso de Gestão Pública, que propiciem ao aluno a possibilidade de ampliar a sua formação em qualquer campo do conhecimento, com base no seu interesse individual e em afinidade com o Curso de Gestão Pública.

§ 2º - A Formação Complementar Aberta deve partir de proposição do aluno, sob a orientação de um docente do Curso de Gestão Pública, e ser formalizada num plano de estudos, que deve ser submetido ao respectivo Colegiado, que procederá a análise e a devida autorização. Cabe a este mesmo Colegiado enviar requerimento de matrícula ao(s) Colegiado(s) dos demais Cursos cujas disciplinas poderão compor a formação complementar aprovada.

§ 3º - A alteração do percurso padrão para a modalidade de Formação Complementar Aberta depende de manifestação escrita do aluno, em formulário próprio, a ser protocolizado junto à secretaria do Colegiado, podendo a opção ser realizada a partir do 7º período.

§ 4º - O aluno que optar por Formação Complementar Aberta deverá integralizar 20 (vinte) créditos, com carga horária de 300 horas.

§ 5º - O aluno do Curso de Gestão Pública deverá observar a regulamentação do Colegiado do curso de destino para a matrícula em disciplinas de Formação Complementar Aberta.

Artigo 2º - Os alunos dos demais cursos da UFMG que pretenderem complementar seu conhecimento e integralização no Curso de Gestão Pública deverão observar a regulamentação específica de seu Colegiado de Curso e os seguintes princípios:

- I - A matrícula do aluno nas disciplinas está condicionada ao respeito aos pré-requisitos, quando for o caso.
- II - A matrícula será efetuada mediante a apresentação ao Colegiado do Curso de Gestão Pública do Requerimento de Matrícula em Formação Complementar Aberta.
- III - O Colegiado do Curso de origem do aluno é responsável pelo encaminhamento do(s) Requerimento(s) de Matrícula em Formação Complementar Aberta para o Colegiado do Curso, respeitando o número de vagas disponíveis em cada disciplina a cada semestre.

Artigo 3º - O plano de estudos a que se refere o § 2º do art. 1º deve ser previamente protocolizado junto à secretaria do Colegiado, até a data prevista no Calendário da UFMG para o início das matrículas dos veteranos via *internet*, com a devida anuência do Orientador Acadêmico, podendo a Coordenação do Colegiado solicitar explicações, sugerir alterações ou mesmo indeferir, motivadamente, a execução do referido plano.

§ 1º - A proposta deverá justificar claramente o objetivo da Formação Complementar Aberta, sua conexão conceitual com a área de Gestão Pública e o conjunto de disciplinas que serão cursadas.

§ 2º - As atividades acadêmicas realizadas pelo aluno durante o curso e antes do protocolo do plano de estudos poderão ser aproveitadas para a integralização do curso, mediante anuência do Orientador.

Artigo 4º - Conforme a Resolução nº. 04/2014, do CEPE/UFMG, as atividades acadêmicas de intercâmbio poderão ser utilizadas para integralização da carga horária de Formação Complementar Aberta, mediante a aprovação do Colegiado de Curso, e seguindo as determinações desta Resolução.

Parágrafo único. Compreendem-se como atividades acadêmicas de intercâmbio aquelas realizadas no âmbito da política de intercâmbio, instituída pela UFMG ou por outras instituições de ensino superior, estabelecida mediante integração a programas oficiais de intercâmbio acadêmico ou acordos de cooperação acadêmica.

Artigo 5º - A orientação acadêmica ao aluno do Curso de Gestão Pública ficará sob a responsabilidade do professor designado pelo Departamento de Ciência Política como responsável pelas disciplinas de Estágio Obrigatório, pelo período de 2 (dois) anos, podendo haver prorrogação.

§ 1º - A orientação a que se refere o *caput* deste artigo ficará sob a supervisão da coordenação do Colegiado do Curso de Graduação em Gestão Pública.

Artigo 6º - O registro das disciplinas de formação complementar seguirá a orientação da PROGRAD de lançamento no Sistema Acadêmico sendo acompanhado de comprovação da realização da atividade e da aprovação do professor responsável pela disciplina seguindo as normas acadêmicas da UFMG, considerando a pontuação e frequência mínima exigida.

Artigo 7º – Conforme a Resolução nº. 04/2014, do CEPE/UFMG, o aluno terá direito ao recebimento de certificado de conclusão de sua Formação Complementar Aberta, quando integralizar a carga horária.

Artigo 8º - Caberá ao Colegiado de Coordenação Didática do Curso de Gestão Pública deliberar sobre os casos omissos.

Art. 9º - Esta Resolução entre em vigor na data da sua aprovação pelo Colegiado.

Belo Horizonte, 05 de abril de 2016.

Colegiado de Coordenação Didática do Curso de Gestão Pública.

COLEGIADO DE COORDENAÇÃO DIDÁTICA DO CURSO DE GESTÃO PÚBLICA

RESOLUÇÃO Nº 02/2016

Regulamenta os critérios para a atribuição de créditos relativos a Atividades Integradoras de Créditos (AIC) a serem computados na integralização curricular do aluno do Curso de Gestão Pública da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

O Colegiado de Coordenação Didática do Curso de Gestão Pública, no uso de suas atribuições regimentais e de acordo com a Resolução CEPE 01/98, que define as atividades acadêmicas no âmbito da UFMG,

RESOLVE:

Art. 1º - Atividades Integradoras de Crédito (AIC) são atividades acadêmicas realizadas pelos alunos do curso de graduação em Gestão Pública da UFMG para enriquecimento curricular e integralização do curso, conforme dispõe esta Resolução.

§ 1º. As AIC devem ser realizadas durante o período em que o aluno estiver matriculado no curso.

§ 2º. O reconhecimento das AIC deverá ser solicitado pelo aluno ao Colegiado do Curso em formulário próprio, anexados os documentos exigidos conforme previsto nesta Resolução.

§ 3º. As cópias dos documentos comprobatórios das atividades realizadas pelos alunos deverão ser autenticadas, atividade que poderá ser executada pelo funcionário que receber o requerimento, mediante apresentação dos originais.

§ 4º. Uma atividade submetida para integralização de crédito e indeferida não poderá ser reapresentada na mesma modalidade, cabendo somente recurso.

§ 5º. A atribuição de créditos observará os parâmetros regimentais da UFMG, em que cada 15h de atividade correspondem a 1 (um) crédito, observados os limites desta Resolução para cada tipo atividade.

§ 6º. As Atividades Integradoras de Crédito são consideradas atividades acadêmicas optativas do Curso de Gestão Pública.

Art. 2º - O aluno poderá integralizar até 20 créditos (300 h/a) em AIC, conforme as modalidades previstas na grade curricular do Curso.

§ 1º. Atividades Interinstitucionais de Ensino: atividades de ensino (disciplinas, seminários, laboratórios, oficinas, cursos) promovidas por outras instituições e realizadas presencialmente ou à distância, voltadas para a formação em Gestão Pública ou em áreas afins, com validação

do Colegiado do Curso – máximo de 5 (cinco) créditos. O aluno deverá apresentar ao Colegiado documento que comprove a conclusão da atividade e a respectiva carga horária, preferencialmente constando a nota final obtida.

§ 2º. Atividades Interinstitucionais de Pesquisa e/ou Extensão: atividades de pesquisa e/ou extensão realizadas em outras instituições voltadas para a formação em Gestão Pública ou em áreas afins, com validação do Colegiado do Curso – máximo de 5 (cinco) créditos. O aluno deverá apresentar ao Colegiado o relatório final da atividade, assinado por ele e pelo responsável pela atividade, com a descrição das ações desenvolvidas, carga horária correspondente, avaliação do responsável quanto ao desempenho do aluno.

§ 3º. Monitoria: atividade de monitoria em apoio a professores ou doutorandos em estágio de docência, estes, responsáveis por disciplinas do Curso – máximo de 3 (três) créditos. O aluno deverá apresentar ao Colegiado o relatório final da atividade, assinado por ele e pelo responsável pela atividade, com a descrição das ações desenvolvidas, carga horária correspondente, avaliação do responsável quanto ao desempenho do aluno.

§ 4º. Participação em Eventos: participação em evento relevante na área da gestão pública ou em áreas de conhecimento conexo – máximo de 4 (quatro) créditos. A participação como ouvinte corresponderá a 1 (um) crédito, observada a carga horária do evento; a participação em comissão organizadora, comitê técnico / científico, debatedor ou moderador em evento corresponderá a 2 (dois) créditos. O aluno deverá apresentar ao Colegiado a comprovação de participação, no prazo máximo de 120 dias após a realização do evento.

§ 5º. Participação em grupos de estudo: inserção do aluno em grupos de estudos, orientados / coordenados por professores do Curso, previamente aprovados pelo Colegiado – máximo de 2 (dois) créditos. O aluno deverá apresentar ao Colegiado o relatório final da atividade, assinado por ele e pelo responsável pela atividade, com a descrição das ações desenvolvidas, carga horária correspondente, avaliação do responsável quanto ao desempenho do aluno.

§ 6º. Participação em projetos de pesquisa e/ou extensão: inserção do aluno em projetos de pesquisa e/ou extensão desenvolvidos no âmbito da UFMG – máximo de 6 (seis) créditos. O aluno deverá apresentar ao Colegiado o relatório final da atividade, assinado por ele e pelo responsável pela atividade, com a descrição das ações desenvolvidas, carga horária correspondente, avaliação do responsável quanto ao desempenho do aluno.

§ 7º. Pesquisa Bibliográfica: aprofundamento teórico de tema pertinente à disciplina de formação básica e/ou profissional, feito sob orientação do docente da disciplina à qual o tema está relacionado distinta do trabalho de conclusão de curso (TCC) – máximo de 2 (dois) créditos. O aluno deverá apresentar ao Colegiado texto científico, elaborado a partir da atividade, assinado por ele e pelo responsável pela atividade, acompanhado da avaliação do docente responsável quanto ao desempenho do aluno.

§ 8º. Trabalho apresentado / publicado em anais: apresentação de trabalho - escrito, oral, pôster - em evento científico da área de Gestão Pública ou correlata – máximo de 2 (dois)

créditos. O aluno deverá apresentar ao Colegiado a comprovação de participação, no prazo máximo de 120 dias após a realização do evento.

§ 9º. Trabalho publicado em periódico científico: publicação de artigo em revista classificada no Qualis Capes como A ou B em áreas afins à Gestão Pública – máximo de 4 (quatro) créditos. O aluno deverá apresentar ao Colegiado uma cópia da publicação.

§ 10º. Vivência profissional complementar: participação em atividades de gestão em órgãos públicos ou em organizações não governamentais, que proporcione experiências de treinamento do aluno em diferentes processos de trabalho relacionados à gestão pública – máximo de 4 (quatro) créditos. O aluno deverá apresentar ao Colegiado os documentos que autorizaram a realização da atividade pelo Colegiado, bem como o relatório final, assinado por ele e pelo responsável pela atividade, com a descrição das ações desenvolvidas, carga horária correspondente, avaliação do responsável quanto ao desempenho do aluno.

Art. 3º - O Colegiado designará um dos seus membros, docente do Departamento de Ciência Política, como responsável pelo recebimento e processamento dos requerimentos de AIC apresentadas pelos alunos.

§ 1º. A designação terá vigência por dois anos.

§ 2º. Ao professor designado será concedida a prerrogativa de tomar decisões *ad referendum* do Colegiado.

Art. 4º - Caberá ao Colegiado de Coordenação Didática do Curso de Gestão Pública deliberar sobre os casos omissos.

Art. 5º - Esta Resolução entre em vigor na data da sua aprovação pelo Colegiado.

Belo Horizonte, 05 de abril de 2016.

Colegiado de Coordenação Didática do Curso de Gestão Pública.

COLEGIADO DE COORDENAÇÃO DIDÁTICA DO CURSO DE GESTÃO PÚBLICA

RESOLUÇÃO Nº 03/2016

Regulamenta a utilização da modalidade de ensino à distância (EAD) no Curso de Gestão Pública da Universidade Federal de Minas Gerais.

O Colegiado de Coordenação Didática do Curso de Gestão Pública, no uso de suas atribuições regimentais e considerando o disposto na Portaria 4.059, de 10 de dezembro de 2004, do Ministério da Educação,

RESOLVE:

Art. 1º - As atividades didáticas do Curso poderão ser ofertadas na modalidade de EAD por meio de disciplinas obrigatórias e optativas que integram a matriz curricular do Curso ou por meio de Atividades Integradoras de Crédito (AIC), sendo que a oferta deve ocorrer no limite de 20% da carga horária total do Curso.

§ 1º. As disciplinas obrigatórias poderão ter até 30% (trinta por cento) de sua carga horária ofertada em EAD, conforme critério do docente responsável pela disciplina, sendo que as avaliações devem ser presenciais.

§ 2º. As disciplinas optativas poderão ser ofertadas parcialmente ou totalmente à distância, sendo que a oferta parcial segue o mesmo critério estabelecido para as disciplinas obrigatórias.

§ 3º. As Atividades Integradoras de Crédito na modalidade de EAD podem ser integralizadas observando-se a resolução específica do Colegiado que trata das AIC.

Art. 2º - As disciplinas optativas concebidas integralmente em EAD deverão ter sua oferta previamente aprovada pelo Colegiado. O Programa da disciplina deve observar:

I – A distribuição da carga horária da disciplina conforme os objetivos de aprendizagem e as atividades previstas: conteúdo, aprendizado individual, interações professor-aluno, interações aluno-aluno, verificação de frequência e de aprendizagem.

II – A utilização de material didático compatível com a modalidade, resguardando-se a legislação sobre direitos autorais.

III – A previsão de tutoria.

§ 1º. O registro das atividades acadêmicas realizadas na disciplina ofertada integralmente em EAD seguem os mesmos critérios das disciplinas presenciais, devendo ser integralmente realizados no Diário de Classe da disciplina.

§ 2º. Os critérios de verificação de aprendizagem e de aprovação na modalidade EAD são os mesmos previstos para o ensino presencial, quais sejam, frequência mínima de 75% e nota mínima de 60 (conceito D).

§ 3º. As avaliações dos alunos devem ocorrer presencialmente.

Art. 3º – As disciplinas ofertadas parcialmente ou integralmente na modalidade EAD devem utilizar a plataforma eletrônica disponibilizada pela UFMG e seus respectivos recursos tecnológicos.

Art. 4º – Caberá ao Colegiado definir, semestralmente, a oferta das disciplinas optativas integralmente em EAD, não devendo exceder o limite de 08 (oito) créditos por semestre.

Belo Horizonte, 05 de abril de 2016.

Colegiado de Coordenação Didática do Curso de Gestão Pública.

COLEGIADO DE COORDENAÇÃO DIDÁTICA DO CURSO DE GESTÃO PÚBLICA

RESOLUÇÃO Nº 05/2016

Dispõe sobre a mobilidade estudantil em instituições de ensino superior público no Brasil e em instituições de ensino superior no exterior.

O Colegiado de Coordenação Didática do Curso de Gestão Pública, no uso de suas atribuições e considerando a Resolução CG 002/2004 e demais resoluções pertinentes no âmbito da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG),

RESOLVE:

Art. 1º - Receber estudantes de cursos de graduação de outras instituições de ensino superior público do Brasil e instituições de ensino superior do exterior para cursar atividades acadêmicas curriculares dentro de programas de mobilidade estudantil.

Parágrafo Único - Por mobilidade estudantil entende-se a oportunidade de intercâmbio discente entre instituições de ensino superior conveniadas com a UFMG.

Art. 2º - Permitir que estudantes do curso de graduação em Gestão Pública da UFMG realizem atividades acadêmicas em outras instituições de ensino superior público do Brasil e instituições de ensino superior do exterior, dentro de programas de mobilidade estudantil, e possam ter estas atividades registradas como fonte de créditos visando à integralização curricular.

Art. 3º - Serão oferecidas 4 (quatro) vagas por semestre letivo para estudantes externos que queiram realizar mobilidade acadêmica no Curso de Gestão Pública da UFMG.

§ 1º - O Colegiado se reserva o direito de alterar para mais ou para menos o número de vagas ofertadas conforme as necessidades e disponibilidades do curso.

§ 2º - A distribuição das vagas obedecerá aos seguintes critérios:

I - A prioridade será dada a alunos oriundos de cursos afins ao Curso de Gestão Pública da UFMG;

II – A seleção será feita por meio da avaliação do Histórico Escolar dos candidatos.

Art. 4º - O candidato selecionado na mobilidade estudantil deverá cursar a cada semestre o mínimo de 12 e o máximo de 20 créditos no curso de graduação em Gestão Pública da UFMG.

Parágrafo Único - O estudante poderá se beneficiar do convênio por até dois semestres letivos, consecutivos ou não.

Art. 5º - O Curso de Gestão Pública da UFMG, por meio de seu Colegiado de Graduação e com anuência da Pró-Reitoria de Graduação, poderá permitir o afastamento de estudantes de graduação para cursar disciplinas e / ou participar de atividades acadêmicas em outras instituições nacionais ou estrangeiras, desde que observados os seguintes procedimentos e requisitos:

I – O aluno deverá estar regularmente matriculado na UFMG e solicitar ao Colegiado do Curso de Gestão Pública, através de formulário padrão, autorização para a mobilidade estudantil, respeitando os prazos fixados para os procedimentos necessários no âmbito da Pró-Reitoria de Graduação e da Coordenação de Cooperação Internacional;

II – O período de afastamento não poderá ultrapassar dois semestres letivos, consecutivos ou não, e o aluno deve manter-se matriculado na UFMG;

III – A autorização do Colegiado de Gestão Pública para afastamento por mobilidade estudantil levará em consideração as normas vigentes na UFMG, bem como Plano de Atividades elaborado pelo estudante e entregue junto com a solicitação de afastamento, cuja análise deve subsidiar a posterior concessão de reconhecimento dos estudos para fins de integralização curricular.

IV – O estudante deverá ter integralizado os créditos de todas as disciplinas do primeiro e segundo períodos letivos do curso de Gestão Pública da UFMG, ter média de Rendimento Semestral Global igual ou superior a três;

V- O tempo de afastamento do estudante será obrigatoriamente computado no tempo regulamentar previsto para integralização curricular;

VI – Para concessão de créditos para integralização curricular, o estudante deverá apresentar ao Colegiado de Gestão Pública comprovante das atividades exercidas na instituição de destino, com carga-horária e avaliação de desempenho, demonstrando sua aprovação nas referidas atividades.

Art. 6º - O aproveitamento de créditos para alunos do Curso de Gestão Pública da UFMG que participarem de programas de mobilidade estudantil obedecerá as seguintes diretrizes:

I – Não haverá aproveitamento de créditos para disciplinas obrigatórias da matriz curricular do Curso de Gestão Pública;

II – As atividades realizadas durante o programa de mobilidade estudantil serão analisadas pelo Colegiado que, no caso de aproveitamento de créditos, designará a modalidade de concessão compatível com as diretrizes curriculares do Curso de Gestão Pública, podendo ser integralizadas como Atividade Integradora de Crédito, disciplina optativa por equivalência de conteúdo ou formação livre.

Art. 7º - O Colegiado do Curso de Gestão Pública designará comissão para analisar os processos pertinentes a pedidos referentes à mobilidade estudantil.

Art. 8º - Os casos omissos serão resolvidos pelo Colegiado do Curso de Gestão Pública da UFMG.

Belo Horizonte, 05 de abril de 2016.

Colegiado de Coordenação Didática do Curso de Gestão Pública

COLEGIADO DE COORDENAÇÃO DIDÁTICA DO CURSO DE GESTÃO PÚBLICA

RESOLUÇÃO Nº 06/2016

Regulamenta a elaboração e a defesa de Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) no âmbito do Curso de Graduação em Gestão Pública da UFMG.

O Colegiado de Coordenação Didática do Curso de Gestão Pública, considerando o art. 5º da Resolução Complementar 01/98 do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão da UFMG e o art. 6º §1º inciso 11 da Resolução No 01/2014, do Conselho Nacional de Educação, Câmara de Educação Superior.

RESOLVE:

Art. 1º - A elaboração e a defesa de Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) são partes integrantes da estrutura curricular obrigatória do Curso de Graduação em Gestão Pública e serão realizadas nos termos desta Resolução.

Parágrafo único - Serão atribuídos 12 (doze) créditos à elaboração e defesa do TCC, sendo 4 (quatro) relativos ao Projeto do TCC que tem o 9º período como referência e outros 8 (oito) créditos relativos à sua elaboração, que tem o 10º período como referência.

Art. 2º - O TCC deverá ser desenvolvido individualmente pelo aluno na área de Gestão Pública, e poderá ser realizado nas seguintes modalidades:

- I – Monografia;
- II – Projeto ou Programa de Intervenção;
- III – Artigo Científico;
- IV – Projeto de Iniciação Científica.

§1º. Por monografia de graduação entende-se um trabalho individual que evidencie a capacidade por parte do aluno de definir um problema de pesquisa, empírico ou teórico, realizar uma revisão da literatura pertinente, levantar dados, utilizar a informação levantada em função do problema definido e chegar a alguma conclusão, mesmo parcial ou provisória, seguindo padrões requeridos para um trabalho científico;

§ 2º. Por Projeto ou Programa de Intervenção entende-se a proposição de um conjunto de procedimentos e ou ações para solucionar um problema identificado em alguma comunidade, organização ou política pública a partir de diagnóstico e ou avaliação do mesmo, para a qual o aluno deverá aplicar conhecimentos teóricos a questões empíricas advindas da sua experiência de estágio ou outras.

§ 3º. Por Artigo Científico entende-se um trabalho individual que se proponha a responder uma pergunta de pesquisa bem delimitada e apresente os resultados de maneira clara. Para isso é necessária o uso tanto de um arcabouço teórico que dê suporte à(s) hipótese(s) escrutinadas quanto o uso explícito de metodologia(s) adequada(s) ao objeto em questão.

§ 4º. Por Projeto de Iniciação Científica entende-se um projeto de pesquisa que visa a enfrentar, em trabalho futuro, uma questão científica relevante do campo de públicas. Tal documento deve conter necessariamente: uma questão de pesquisa claramente delimitada, um referencial teórico, explicitar os métodos e técnicas de pesquisa a serem empregados na solução do problema e, de modo geral, todas as demais informações relevantes acerca do desenho de pesquisa proposto.

Art. 3º - O problema de pesquisa a ser desenvolvido no TCC deve ser pertinente ao campo de públicas e relacionado ao percurso curricular do Curso, podendo ser definido a partir da experiência do estágio curricular obrigatório. Caberá ao orientador do TCC garantir essa vinculação.

Art.4º - Para o desenvolvimento do TCC o aluno será orientado por um professor do quadro da UFMG, à sua escolha e com anuência do mesmo, preferencialmente do Departamento de Ciência Política.

Parágrafo único. Tendo em vista a demanda por orientações no semestre e visando a promover o equilíbrio e equidade nas designações, recomenda-se a quantidade máxima de 4 (quatro) orientandos por professor.

Art.5º - Para o desenvolvimento do TCC o aluno deverá se matricular nas disciplinas Projeto do TCC e Trabalho de Conclusão de Curso.

Art. 6º - A matrícula em TCC será feita na forma presencial e mediante a apresentação pelo aluno de formulário de Aceite de Orientação devidamente preenchido e assinado pelo professor orientador do TCC.

Art. 7º - O TCC deverá ser avaliado por uma banca composta por pelo menos dois docentes, sendo um deles o professor orientador.

§ 1º. O TCC deverá ser apresentado em sessão pública cuja data e o horário deverão ser indicados pelo professor orientador e protocolados junto à Secretaria do Curso de Gestão Pública.

§ 2º. O aluno poderá apresentar o TCC quando tiver concluído as disciplinas obrigatórias e a partir do 7º período do Curso.

§ 3º. A nota final atribuída ao TCC deverá constar na ata da defesa, sendo considerado aprovado o aluno que alcançar o mínimo de 60 pontos.

§ 4º. A versão final do TCC deverá ser depositada em 1 (uma) cópia eletrônica na Secretaria do Curso de Gestão Pública.

Art. 8º - Conforme Regimento Geral da UFMG, Artigo 45, Inciso III, o aluno poderá requerer um trancamento parcial na disciplina de TCC sem justificativa; ou dois trancamentos parciais, o primeiro com justificativa e o segundo sem justificativa.

Art. 9º - De acordo com o Regimento Geral da UFMG, Artigo 45, Incisos I e II, o aluno poderá requerer um trancamento total do semestre letivo sem justificativa, ou dois trancamentos totais de semestre, o primeiro com justificativa, o segundo sem justificativa.

Parágrafo único. O trancamento total, com ou sem justificativa, pode ser adotado para semestre em que o aluno esteja matriculado em TCC, desde que não tenha feito uso deste expediente anteriormente.

Art. 10 - Os pedidos de trancamento parcial ou total, a que se referem os artigos 7º e 8º da presente Resolução, deverão ser aprovados pelo professor orientador.

Art. 11 - No caso de reprovação, o aluno poderá matricular-se novamente na disciplina Trabalho de Conclusão de Curso no semestre seguinte, devendo cumprir todas as exigências previstas nessa Resolução.

Art. 12 - Os casos omissos serão resolvidos pelo Colegiado de Coordenação Didática do Curso.

Art. 13 - Esta Resolução entrará em vigor na data de aprovação do Colegiado.

Art. 14 - Revogam-se as disposições em contrário.

Belo Horizonte, 05 de Abril de 2016.

Colegiado de Coordenação Didática do Curso de Gestão Pública

COLEGIADO DE COORDENAÇÃO DIDÁTICA DO CURSO DE GESTÃO PÚBLICA

RESOLUÇÃO Nº 07/2016

Estabelece critérios para o planejamento dos horários de aulas do Curso de Graduação em Gestão Pública.

O Colegiado de Coordenação Didática do Curso de Gestão Pública, no uso de suas atribuições regimentais,

RESOLVE:

Art. 1º. – O mapa de oferta de disciplinas, com os horários de aulas do Curso de Graduação, será fixado anualmente, seguindo-se os seguintes critérios de planejamento:

I – Cada disciplina será ofertada, preferencialmente, em dias alternados e no mesmo horário, evitando-se a oferta de uma mesma disciplina em quatro horários seguidos num mesmo dia e em horários alternados na semana;

II – Para a distribuição das disciplinas obrigatórias no quadro de horários respeitar-se-á os acordos estabelecidos com os Departamentos da UFMG que ofertam disciplinas obrigatórias no Curso;

III – Tendo como parâmetro o quadro de horários estabelecido para o primeiro semestre de 2016, em anexo, a cada ano haverá rodízio das disciplinas obrigatórias no quadro de horários, considerando-se o dia da semana e o horário da disciplina, de modo que a cada ano a disciplina seja deslocada para o dia da semana subsequente ao que foi ofertada no ano anterior e em horário alternado.

Art. 2º. – As disciplinas optativas a serem ofertadas anualmente devem estar equitativamente distribuídas entre os três eixos estruturantes do Curso, de modo a assegurar distintas oportunidades de formação dos alunos e a possibilidade deles cursarem os créditos mínimos necessários.

§1º. Caberá ao Colegiado indicar aos Departamentos o conjunto de disciplinas optativas a serem ofertadas anualmente e aprovar previamente o programa dessas disciplinas.

§2º. As disciplinas optativas devem ser ofertadas, preferencialmente, de modo que seus horários não coincidam e que permitam a um mesmo aluno cursar todas elas, se assim o desejar.

§3º. As disciplinas optativas ofertadas integralmente na modalidade de EAD devem obedecer aos mesmos critérios estabelecidos neste artigo, além daqueles estabelecidos na resolução que trata da oferta de disciplinas na modalidade de EAD.

Art. 3º. – Havendo necessidade de alteração nos horários de disciplinas, o Departamento deverá adotar os seguintes procedimentos:

I – Havendo mais de uma disciplina do Departamento oferecida a um dos períodos do Curso, esse deverá buscar a solução do problema pela alteração apenas dos horários das suas disciplinas naquele período, de modo a não afetar as dos demais Departamentos;

II - Não havendo mais de uma disciplina do Departamento oferecida a um dos períodos do Curso, ou não sendo possível o procedimento do inciso I, o Departamento buscará, junto aos demais Departamentos, elaborar proposta harmônica de alteração dos horários;

III - Informar ao Colegiado as alterações em tempo hábil para ele faça as adequações necessárias no quadro de horários.

Parágrafo Único. Em qualquer hipótese, os pedidos de alteração de horários para o ano seguinte deverão ser submetidos ao Colegiado de Graduação até o décimo dia útil dos meses de maio e outubro do ano anterior.

Art. 4º. – Esta Resolução entra em vigor nesta data.

Belo Horizonte, 05 de abril de 2016.

Colegiado de Coordenação Didática do Curso de Gestão Pública.

COLEGIADO DE COORDENAÇÃO DIDÁTICA DO CURSO DE GESTÃO PÚBLICA

RESOLUÇÃO Nº 08/2016

*Dispõe sobre normas para distribuição de vagas remanescentes para as modalidades de **reopção** e **rematrícula** do Curso de Graduação em Gestão Pública.*

O Colegiado de Coordenação Didática do Curso de Gestão Pública, no uso de suas atribuições e considerando o disposto nos itens 70,71 e 72 das Normas Gerais de Ensino de Graduação e a Resolução do CEPE de nº 05/2007, de 24 de maio de 2007,

RESOLVE:

Art. 1º - As vagas existentes no Curso de Gestão Pública computadas pelo DRCA, a cada semestre letivo, serão distribuídas com base nos seguintes percentuais:

I - Reopção: 60%

II - Rematrícula: 40%

§1º - Em caso de número fracionado, o resultado será arredondado para o inteiro subsequente, quando a fração for igual ou maior que cinco.

§2º - Havendo vaga excedente após o arredondamento, será dada à Reopção.

Art. 2º - Para classificação dos candidatos à Reopção será feita análise do Histórico Escolar considerando:

I - A média dos Rendimentos Semestrais Globais;

II - Maior número de créditos já integralizados em atividades acadêmicas aproveitáveis para a integralização do Curso de Gestão Pública.

Art. 3º - Para a classificação dos candidatos à Rematrícula será feita a análise do Histórico Escolar, levando-se em conta:

I - O maior percentual de créditos;

II - Maior número de créditos aproveitáveis no currículo vigente do Curso de Gestão Pública.

Art. 4º - Para os pedidos de Transferência ou Obtenção de Novo Título valerão as diretrizes dadas pela Resolução e pelo Edital lançado oficialmente pela Universidade Federal de Minas Gerais em tempo previsto no calendário oficial a cada ano letivo.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário, em especial a Resolução 001 de 18 de maio de 2011.

Belo Horizonte, 05 de Abril de 2016.

Colegiado de Coordenação Didática do Curso de Gestão Pública.

COLEGIADO DE COORDENAÇÃO DIDÁTICA DO CURSO DE GESTÃO PÚBLICA

RESOLUÇÃO Nº 09/2016

Regulamenta a dispensa de atividades acadêmicas, por aproveitamento de estudos, no Curso de Graduação em Gestão Pública da Universidade Federal de Minas Gerais.

O Colegiado de Coordenação Didática do Curso de Gestão Pública, no uso de suas atribuições e observadas as resoluções pertinentes no âmbito da UFMG, em especial a Resolução CEPE/UFMG Nº 02/2007, de 10 de maio de 2007,

RESOLVE:

Art. 1º - Os alunos do Curso de Graduação em Gestão Pública da UFMG, que ingressem por vestibular ou por transferência, obtenção de novo título e reopção, poderão requerer aproveitamento de estudos, nos termos desta Resolução.

§1º. Aproveitamento de estudos é a dispensa de atividade acadêmica cursada integralmente e concluída com aproveitamento na UFMG ou em outra Instituição de Ensino Superior autorizada, do país ou do exterior.

§2º. O aproveitamento de estudos pode se dar, ainda, pela comprovação de conhecimentos, em exame específico realizado para esse fim.

§3º. O aproveitamento de estudos, seja por disciplina cursada seja por comprovação de conhecimentos mediante prestação de exame, deve ser requerido pelo interessado junto ao Colegiado do Curso.

§4º. É vedado o aproveitamento de estudos quando o requerente já tiver sido reprovado ou infrequente, na UFMG, na atividade para a qual requer a dispensa.

Art. 2º - Para que o aluno obtenha o aproveitamento requerido, é necessário haver equivalência entre os conteúdos e as cargas horárias dos programas da disciplina cursada na instituição em que realizou seus estudos e da disciplina correspondente do currículo do Curso de Graduação em Gestão Pública da UFMG.

§1º. Serão aceitos requerimentos relacionados às disciplinas obrigatórias da matriz curricular do Curso e às disciplinas optativas que já tiverem sido ofertadas pelo Curso.

§2º. Disciplinas de outra natureza poderão ter aproveitamento de estudos contabilizados como formação livre, a critério do Colegiado do Curso, no limite de 8 (oito) créditos.

§3º. Em qualquer hipótese, a dispensa de atividades acadêmicas deverá preservar um mínimo de 45 (quarenta e cinco) créditos a serem cursados pelo estudante em atividades acadêmicas do Curso, como requisito indispensável para a obtenção do título de graduado em Gestão Pública pela UFMG.

Art. 3º - Para que o aluno obtenha o aproveitamento requerido por via do exame de conhecimentos, ele deverá prestar exame aplicado por professor designado pelo Colegiado do curso e obter a nota mínima de 70 (setenta) pontos de um total de 100 (cem) pontos distribuídos.

Art. 4º - O interessado em obter aproveitamento de estudo deverá protocolar o requerimento junto à Secretaria do Curso no prazo estabelecido pelo calendário acadêmico da UFMG.

§1º. Para cada disciplina para a qual solicitar dispensa e respectivo aproveitamento de estudos, o aluno deverá apresentar um requerimento específico.

§2º. A documentação obrigatória para se protocolar o requerimento é:

- I - Formulário próprio para solicitação de aproveitamento de estudos.
- II - Programa da disciplina cursada, contendo a íntegra do conteúdo e carga horária;
- III - Histórico escolar do aluno na instituição em que realizou seus estudos;
- IV - Comprovação de que a instituição em que realizou os seus estudos é autorizada ou reconhecida pelo MEC.

§3º. As cópias dos documentos requisitados nos itens II, III e IV do parágrafo anterior deverão ser autenticadas, atividade que poderá ser executada pelo funcionário que receber o requerimento, mediante apresentação do original.

§4º. Caberá à Secretaria do Curso verificar se a documentação necessária está completa e se as condições para análise do pedido estão atendidas.

Art. 5º - A análise do requerimento será realizada por docente indicado pelo Coordenador do Curso.

Art. 6º - Os créditos, pontos, conceitos e cargas horárias das disciplinas reconhecidas como aproveitamento de estudos deverão ser registrados no verso do histórico escolar do aluno e toda a documentação relativa ao requerimento deverá ser arquivada em sua pasta pessoal, na Seção de Ensino.

Art. 7º - O aproveitamento de outras atividades acadêmicas, realizadas em instituições nacionais ou estrangeiras, obedecerá ao disposto na Resolução N°. 2/2016, de 05 de abril de 2016, do Colegiado de Graduação do Curso de Gestão Pública.

Art. 8º - Os casos omissos serão resolvidos pelo Colegiado de Coordenação Didática do Curso.

Art. 9º - Revoga-se a Resolução 01, de 06 de junho de 2012.

Belo Horizonte, 05 de abril de 2016.

Colegiado de Coordenação Didática do Curso de Gestão Pública

COLEGIADO DE COORDENAÇÃO DIDÁTICA DO CURSO DE GESTÃO PÚBLICA

RESOLUÇÃO Nº 01/2018

Altera o & 3º do artigo 1º da Resolução nº 01/2016 que regulamenta a Formação Complementar Aberta no Curso de Graduação em Gestão Pública da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

O Colegiado de Coordenação Didática do Curso de Gestão Pública, no uso de suas atribuições regimentais e de acordo com o disposto na Decisão do CEPE/UFMG, de 19.04.2001, que estabelece diretrizes da flexibilização curricular na UFMG,

RESOLVE:

Art. 1º – O artigo 1º da Resolução nº 1 de 05 de abril de 2016, passa a vigorar com a seguinte alteração:

Artigo 1º - O aluno do Curso de Graduação em Gestão Pública da UFMG poderá optar por cursar disciplinas de **Formação Complementar Aberta (FCA)**, caso em que ficará dispensado de cursar algumas das disciplinas optativas integrantes do núcleo de formação específica, de acordo com o percurso de integralização escolhido.

§ 1º - A Formação Complementar Aberta é constituída por atividades acadêmicas curriculares cursadas em outros cursos de graduação da UFMG, não previstas na matriz curricular do Curso de Gestão Pública, que propiciem ao aluno a possibilidade de ampliar a sua formação em qualquer campo do conhecimento, com base no seu interesse individual e em afinidade com o Curso de Gestão Pública.

§ 2º - A Formação Complementar Aberta deve partir de proposição do aluno, sob a orientação de um docente do Curso de Gestão Pública, e ser formalizada num plano de estudos, que deve ser submetido ao respectivo Colegiado, que procederá a análise e a devida autorização. Cabe a este mesmo Colegiado enviar requerimento de matrícula ao(s) Colegiado(s) dos demais Cursos cujas disciplinas poderão compor a formação complementar aprovada.

§ 3º - A alteração do percurso padrão para a modalidade de Formação Complementar Aberta depende de manifestação escrita do aluno, em formulário próprio, a ser protocolizado junto à secretaria do Colegiado, podendo a opção ser realizada **a partir do 5º período.**

§ 4º - O aluno que optar por Formação Complementar Aberta deverá integralizar 20 (vinte) créditos, com carga horária de 300 horas.

§ 5º - O aluno do Curso de Gestão Pública deverá observar a regulamentação do Colegiado do curso de destino para a matrícula em disciplinas de Formação Complementar Aberta.

Art. 2º – Essa Resolução entra em vigor imediatamente.

Belo Horizonte, 22 de março de 2018.

Colegiado de Coordenação Didática do Curso de Gestão Pública.

COLEGIADO DE COORDENAÇÃO DIDÁTICA DO CURSO DE GESTÃO PÚBLICA

RESOLUÇÃO Nº 01/2019

Regulamenta o Estágio Curricular no curso de graduação em Gestão Pública da Universidade Federal de Minas Gerais, em conformidade com a Lei 11.788, de 25 de setembro de 2008, e com a resolução CEPE 02/2009, de 10 de março de 2009, e revoga a Resolução 04/2016 e a Resolução 02/2017.

O Colegiado de Coordenação Didática do Curso de Gestão Pública, no uso de suas atribuições regimentais, e considerando o disposto na Lei 11.788, de 25 de setembro de 2008, e a resolução CEPE 02/2009, de 10 de março de 2009,

RESOLVE:

Art. 1º - Estágio é a atividade acadêmica, obrigatória ou não, configurada como vivência profissional complementar desenvolvida em ambiente de trabalho e sob supervisão profissional, destinada a propiciar ao graduando a aprendizagem de aspectos que contribuam para sua formação profissional.

Art. 2º- O currículo do curso de Gestão Pública estabelece duas modalidades de estágio:

I - Estágio como atividade curricular obrigatória;

II - Estágio como atividade de enriquecimento curricular.

Parágrafo Único - O estágio como atividade curricular obrigatória integra o quadro de formação básica do curso, cuja carga horária é requisito para obtenção do diploma. Como atividade de enriquecimento curricular, o estágio não é de caráter obrigatório e pode compor a formação complementar do aluno.

Art. 3º - O estágio como atividade curricular obrigatória e como atividade de enriquecimento curricular poderá ser realizado durante as férias escolares, sempre respeitando os limites estabelecidos pela Lei 11.788, que fixa em 6 (seis) horas diárias e 30 (trinta) horas semanais os tetos máximos de trabalho na modalidade de estágio.

Art. 4º - O estágio de enriquecimento curricular pode gerar créditos a serem computados na integralização curricular, sendo designado Vivência Profissional Complementar, uma Atividade Integralizadora de Crédito (AIC) prevista no Projeto Pedagógico do Curso de Gestão Pública.

§1º - A realização do estágio de enriquecimento curricular como Atividade Integralizadora de Crédito (AIC) requer autorização do Colegiado do curso, nos termos desta Resolução.

§2º - Para gerar crédito, o estágio de enriquecimento curricular deve ser realizado em órgãos públicos (governamentais ou não-governamentais).

§3º - O estágio de enriquecimento curricular poderá valer até 4 (quatro) créditos:

I - Os créditos a serem atribuídos a estágio como atividade de enriquecimento curricular serão distribuídos em função da carga horária cumprida: a) de 50 a 99 horas, 1 (um) crédito; b) de 100 a 149 horas, 2 (dois) créditos; c) de 150 a 199 horas, 3 (três) créditos; acima de 200 horas, 4 (quatro) créditos.

§4º - O estágio de enriquecimento curricular deverá ser realizado por alunos regularmente matriculados no Curso de Gestão Pública e só será computado como Atividade Integralizadora de Crédito (AIC) a partir do quinto período do curso.

§5º - A modalidade de integralização curricular dos créditos de estágio curricular obrigatório, prevista no art. 14, não se aplica ao estágio de enriquecimento curricular.

Art. 5º - O estágio curricular obrigatório corresponde à carga horária mínima de 300 (trezentas) horas presenciais, respeitados os limites estabelecidos pela Lei 11.788, conforme mencionados no art. 3º, desta Resolução.

§1º - O estágio obrigatório será integralizado a partir de sua realização em duas disciplinas da grade curricular do curso de Gestão Pública: Estágio Curricular A, com 12 (doze) créditos e 180 (cento e oitenta) horas, e Estágio Curricular B, com 8 (oito) créditos e 120 (cento e vinte) horas). O Estágio Curricular A deve ser realizado a partir do sétimo período letivo do curso, e o Estágio Curricular B deve ser realizado a partir do oitavo período.

§2º - O estágio curricular obrigatório deve ser realizado em órgãos públicos (governamentais ou não-governamentais).

§3º - Os estágios correspondentes às disciplinas Estágio Curricular A e Estágio Curricular B poderão ser realizados em uma mesma instituição. Neste caso, para efeitos de matrícula na disciplina Estágio Curricular B, os documentos entregues para a formalização do Estágio Curricular A serão considerados suficientes, desde que atestem que o período de realização de estágio seja igual ou superior a um ano. Para além destes documentos, o aluno deverá apresentar um novo formulário de solicitação de estágio.

§4º - A integralização de créditos do estágio obrigatório requer a matrícula do aluno nas disciplinas Estágio Curricular A (sétimo período) e Estágio Curricular B (oitavo período) da grade curricular do Curso de Gestão Pública.

Art. 6º - Para a realização dos estágios deverão ser celebrados Termos de Compromisso entre a UFMG e entidades públicas ou privadas, identificadas como Campo de Estágio, conforme regulamentação já estabelecida pela Pró-Reitoria de Graduação (PROGRAD), para a finalidade específica de regulamentar oportunidades de estágio.

§1º - Assinará o Termo de Compromisso, em nome da UFMG, o Coordenador do Colegiado de Coordenação Didática do Curso de Gestão Pública.

§2º - O estágio poderá ser remunerado, através de bolsa ou contraprestação que venha a ser acordada, ou não remunerado, conforme estabelecer o Termo de Compromisso.

§3º - Outros instrumentos jurídicos específicos, como Convênio ou Protocolo de Estágio, quando se fizerem necessários, deverão ser assinados pelo Diretor da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas (FAFICH) ou por representante da Pró-Reitoria de Graduação (PROGRAD).

Art. 7º - No caso de estágio curricular obrigatório, o discente poderá escolher o local de estágio entre as instituições cadastradas pelo Colegiado para tal fim.

§1º - No caso de instituição não cadastrada, o aluno deverá submeter ao Colegiado a proposta de entidade na qual pretenda realizar o estágio, garantindo-se ao Colegiado o direito de vetar tal iniciativa baseado em justificativa cabível.

§2º - O estágio poderá ser cumprido no próprio local de trabalho do discente, desde que o instrumento jurídico específico seja firmado entre a UFMG e a entidade que acolherá o estágio do discente.

Art. 8º - O estágio curricular deve ser realizado sob orientação de Professor Orientador, designado pelo Colegiado de Coordenação Didática do Curso de Gestão Pública, e sob supervisão de um Supervisor designado pelo Campo de Estágio.

§1º - O Professor Orientador do estágio será formalmente designado pelo Colegiado, devendo este ser do quadro efetivo do Departamento de Ciência Política, com dedicação exclusiva. A designação será informada à Câmara Departamental do Departamento de Ciência Política.

§2º - O Orientador de estágio terá um mandato de 6 (seis) meses, cabendo recondução, conforme indicação do Colegiado do Curso.

§3º - O Supervisor é o responsável pelo acompanhamento das atividades do discente no local do estágio (Campo de Estágio), e será designado pela entidade em que será realizado o estágio.

Art. 9º - Antes do início do estágio, cabe ao discente elaborar um Plano de Atividades para ser executado no Campo de Estágio, que deve ser aprovado, em primeiro lugar, pelo Supervisor de Campo e, em seguida, pelo Professor Orientador de estágio.

Art. 10 - Como pré-requisito da atribuição de créditos, cabe ao discente apresentar um Relatório Final de estágio, que deve ser aprovado pelo Supervisor no Campo de Estágio e avaliado, em seguida, pelo Professor Orientador de estágio.

Parágrafo único - O Relatório Final de estágio curricular obrigatório ou de enriquecimento curricular deve conter as seguintes informações: carga horária cumprida, atividades desenvolvidas e sua adequação ao Plano de Trabalho.

Art. 11 - Cabe ao Colegiado do Curso de Gestão Pública:

I – No caso do estágio obrigatório, designar o Professor Orientador que ficará incumbido das disciplinas Estágio Curricular A e B e comunicar à Câmara Departamental do Departamento de Ciência Política a atribuição desse encargo ao docente, solicitando sua aprovação para o ato;

II - Registrar o estágio curricular obrigatório no Sistema de Registro das Atividades Curriculares da UFMG;

III - Propor e encaminhar os instrumentos jurídicos específicos, adequados a cada situação, junto às instituições públicas e privadas que oferecerão oportunidades de estágio e aos órgãos competentes no âmbito da UFMG;

IV - No caso de estágio como atividade de enriquecimento curricular, homologar a validade dos créditos e da carga horária requerida para obtê-los, amparando-se em relatório previamente feito pelo Professor Orientador de estágio. O parecer admitirá as seguintes opções: a) aceito plenamente; b) aceito com restrições, caso em que deverão ser indicados os novos procedimentos a serem adotados pelo discente; e c) reprovado, caso de não concessão dos créditos requeridos pelo discente.

Art. 12 - Cabe ao Professor Orientador de estágio:

I - Representar o Colegiado do Curso de Graduação em Gestão Pública na Coordenadoria de Estágio da Pró-Reitoria de Graduação da UFMG;

II - Acompanhar e orientar as atividades dos discentes durante a realização do estágio;

III - Avaliar o Plano de Atividades e protocolá-lo junto ao Colegiado do Curso de Gestão Pública;

IV - Avaliar, emitir parecer e encaminhar para o Colegiado do Curso de Gestão Pública, relatórios periódicos das atividades de estágio, em prazo não superior a 6 (seis) meses, e o Relatório Final do Estágio, no prazo de 15 (quinze) dias após o recebimento do relatório do discente, devendo este conter a aprovação prévia do Supervisor do Campo de Estágio;

V - Atribuir nota ao trabalho realizado como estágio curricular obrigatório.

Art. 13 - Cabe ao Supervisor:

I - Ajudar na elaboração do Plano de Trabalho do discente e emitir parecer sobre este Plano;

II - Acompanhar e supervisionar as atividades do discente no Campo de Estágio;

III - Acompanhar sua frequência, através de registro de presença, e encaminhar este documento para o Colegiado de Gestão Pública ao final do período de estágio;

IV - Avaliar as atividades desempenhadas pelo estagiário e enviar relatório de atividades ao Colegiado do Curso de Gestão Pública, por intermédio do discente, com periodicidade mínima de 6 (seis) meses;

V - Emitir parecer sobre o Relatório Final de estágio elaborado pelo discente, pronunciando-se sobre sua aprovação completa, parcial ou reprovação.

Art 14 - O discente que estiver profissionalmente vinculado a cargos públicos (de instituições governamentais ou não-governamentais), independentemente do tipo de vínculo (contratado ou efetivo), poderá requerer integralização curricular com base em experiência profissional nas disciplinas obrigatórias Estágio Curricular A e/ou Estágio Curricular B.

§1º - A integralização deverá ser requerida mediante a realização dos seguintes procedimentos:

I – Matrícula na disciplina Estágio Curricular A e/ou Estágio Curricular B, nos períodos estabelecidos no §1º, do art. 5º;

II - No início do período letivo, apresentação ao Orientador de estágio de Requerimento de Integralização Curricular Baseada em Experiência Profissional, acompanhado de comprovante de vinculação, sob a forma de declaração emitida pelo superior hierárquico do discente no órgão, na qual estejam indicados o tipo de vínculo mantido com a instituição, o período da vinculação e as atividades exercidas pelo discente;

II – No final do período letivo, apresentação ao Orientador de estágio de Relatório de Atividades, elaborado pelo discente e atestado por seu superior hierárquico no órgão a que se vincula, indicando as atividades desenvolvidas no exercício profissional, o período e o número de horas cumpridas, que deve ser igual ou superior ao estabelecido para a(s) disciplina(s) obrigatória(s) de estágio curricular em que se requer integralização curricular, e a compatibilidade dessas atividades com a grade curricular do Curso de Gestão Pública;

§2º – A aprovação ou não da integralização curricular dos créditos e a nota a ser atribuída pelo Orientador de estágio à(s) disciplina(s) obrigatória(s) de estágio curricular obrigatório terão como critérios:

I - A compatibilidade entre as atividades desenvolvidas pelo discente, conforme descritas no Relatório de Atividades, e a grade curricular do Curso de Gestão Pública;

II - A qualidade do Relatório de Atividades apresentado pelo discente.

Art. 15 - Os casos omissos serão resolvidos pelo Colegiado do Curso de Gestão Pública da UFMG.

Art. 16 – Revogadas as disposições em contrário, em especial as Resoluções nº 4/2016 e nº 2/2017, ambas do Colegiado de Coordenação Didática do Curso de Gestão Pública, a presente Resolução entra em vigor imediatamente.

Belo Horizonte, 31 de maio de 2019.

Colegiado de Coordenação Didática do Curso de Gestão Pública.

ANEXO 2. PROGRAMAS DAS DISCIPLINAS

DISCIPLINAS DO 1º PERÍODO

Nome da disciplina (e código): FUNDAMENTOS DE ANÁLISE POLÍTICA – DCP 032

Carga Horária: 60h

Tipo: X Obrigatória ___ Optativa ___ Outro ()

Conteúdo:

Política, estado, democracia, autoridade, legitimidade, público / privado, sociedade civil, justiça, participação, representação. Estado e mercado como diferentes mecanismos de alocação de recursos. Definições de democracia. Divisão dos poderes, “accountability” e responsividade. Estado, racionalidade e burocracia. As transformações do papel do Estado. Inovações institucionais da democracia.

Bibliografia básica:

ARENDT, Hannah. “O que é Política?” In: *O que é Política?* 3ª Edição. São Paulo: Editora Bertrand Brasil, 1998 (p. 21 a 85). Disponível em: <http://cmapspublic.ihmc.us/rid=1PYFMTQP9-22F8RWK-2JWC/ARENDT,%20Hannah.%20O%20que%20%C3%A9%20pol%C3%ADtica.pdf>

MAIA, Antônio C. “Sobre a analítica do poder de Foucault”. *Rev. Tempo Social; Rev. Sociol. USP*, S. Paulo, 7(1-2): 83-103, outubro de 1995. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ts/v7n1-2/0103-2070-ts-07-02-0083.pdf>

BONAVIDES, Paulo. (1993) *Ciência Política*. São Paulo, Malheiros Editores. Disponível em: <http://www.ebah.com.br/content/ABAAAFDA0AK/paulo-bonavides-ciencia-politica?part=11>

BOBBIO, N. (1987) *Estado, Governo, Sociedade - Para uma teoria geral da política*. RJ: Paz e Terra. Cap. III - itens: 2, 3, 4, 5, 6 e 7. Disponível em: http://www.ufjf.br/virgilio_oliveira/files/2014/10/Texto-21-Bobbio-2007.pdf

CARDOSO SILVA, Vera Alice (2012) “A natureza e as formas de manifestação do poder político: debates teóricos”, IN: *O Poder em Perspectiva*, Renarde Freire Nobre et al., PET Ciências Sociais (Org.), Sografe Editora, 2012, p. 89 a 109.

KOHAN, Néstor. “Gramsci e Marx: hegemonia e poder na teoria marxista.” *Tempos Históricos* 10 (2007): 15-70. Disponível em: <http://e-revista.unioeste.br/index.php/tempohistoricos/article/view/1223>

WEBER, Max. *Três Tipos Puros de Poder Legítimo*. Tradução de Artur Morão. O ensaio, encontrado no espólio do autor, foi postumamente publicado por Marianne Weber nos *Preußischen Jahrbücher*, Vol. CLXXXVII, 1922, pp. 1-12, com o subtítulo: Um estudo

sociológico. Disponível em:
http://www.lusosofia.net/textos/weber_3_tipos_poder_morao.pdf

CODATO, Adriano e PERISSINOTTO, Renato M. "MARXISMO E ELITISMO Dois modelos antagônicos de análise social?" IN: *Revista Brasileira de Ciências Sociais* 24.71 (2009): 144. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69092009000300010

PITIKIN, Hanna. 1979. *O conceito de representação*. IN: Cardoso, F. H. e Martins, C. E. (orgs.) *Política e Sociedade*. SP: Cia Editora Nacional.

DUARTE, Clenício. (2009) "A Concepção Moderna de Democracia e o Primado do Direito Administrativo". IN: *Revista do Serviço Público*, Brasília (60) 4: 415-418, Out.Dez. de 2009. Disponível em: <https://revista.enap.gov.br/index.php/RSP/article/download/34/31>

RENNÓ, Lucio (2010). "Responsividade e Qualidade da Democracia: Eleitores e Representantes no Nível Federal". Cap.2. IN: *Estado, Instituições e Democracia: Democracia*.

CARDOSO Jr., José Celso (Coord. Geral). 2010. *Projeto Perspectivas do Desenvolvimento Brasileiro*, Brasília: IPEA, 2010. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/3189?mode=full>

MIGUEL, Luis Felipe. "A democracia domesticada: bases antidemocráticas do pensamento democrático contemporâneo". *Revista Dados*, Rio de Janeiro, v. 45, n. 3, p. 483-511, 2002. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/dados/v45n3/a06v45n3.pdf>>. Acesso em: 11 fev. 2011.

MATOS, Marlise (2015) "*Inclusão Democrática No Brasil Contemporâneo: desafios de uma agenda inconclusa*". Mimeo.

ANDERSON, Perry. "Balanço do Neoliberalismo". Em Emir Sader (org.). *Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado Democrático*. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1996. Disponível em: www.unirio.br/unirio/cchs/.../politica...1-balanco-do-neoliberalismo-anderson/.../file

Bibliografia complementar:

BOBBIO, N., Matteucci, N. & Pasquino, G. (1991) *Dicionário de Política*. Brasília: Ed. UNB. Verbetes: Política (itens: I a V) e Poder (itens: I e VII)

DAHL, Robert. 2001. *Sobre a democracia*. Brasília: UNB.

FINLEY, M. I. *Democracia Antiga e Moderna*. RJ: ED. Graal, 1988.

WEBER, Max. 1982. *Ciência e Política Como Vocação*. RJ: Ed. Guanabara

ALMEIDA, D. C. R. Metamorfose da representação política: lições práticas dos conselhos de saúde no Brasil. In: AVRITZER, L. (Org.). *A dinâmica da participação no Brasil*. São Paulo: Cortez Editora, 2010.

AVRITZER, L.; PEREIRA, M. L. D. Democracia, participação e instituições híbridas. *Teoria & Sociedade*, número especial, 2005.

AVRITZER, L.; SANTOS, B. Introdução: para ampliar o cânone democrático. In: SANTOS, B. (Org.). *Democratizar a democracia: os caminhos da democracia participativa*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006, p. 39-80.

BENEVIDES, M. V. M. *A cidadania ativa: referendo, plebiscito e iniciativa popular*. São Paulo: Ática, 1991.

DAGNINO, E. (org.) (2002) *Sociedade Civil e Espaços Públicos no Brasil*. RJ: Paz e Terra.

DAHL, Robert. *Um Prefácio à Teoria Democrática*. Capítulos 4. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1989.

MANIN, Bernard; PRZEWORSKI, Adam; STOKES, S. 2006. Eleições e Representação. *Lua Nova*, São Paulo, 67: 105-138.

O'DONNELL, G. *Accountability horizontal e novas poliarquias*. *Lua Nova*, 44, p. 27-53, 1998.

PATEMAN, C. *Participação e teoria democrática*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

SARTORI, Giovanni. 1994. *A teoria democrática revisitada*. Vol. I. Ed. Ática. Capítulos: 6 e 8.

URBINATTI, N. 1996. O que torna a representação democrática? In: *O Futuro da Representação*. *Revista Lua Nova*, n. 67.

Nome da disciplina (e código): METODOLOGIA - DCP033

Carga Horária: 60h

Tipo: X Obrigatória ___ Optativa ___ Outro ()

Conteúdo:

Noções gerais de filosofia da ciência. Elementos básicos de metodologias qualitativa e quantitativa. Noções básicas de metodologia científica para a Gestão Pública. Elaboração de trabalhos científicos. Familiarização com indicadores relevantes para a Gestão Pública: propriedades, características e uso em políticas públicas.

Bibliografia básica:

CASTRO, Cláudio de Moura, *A Prática da Pesquisa*, São Paulo, 2ª Ed., 2006.

DEMO, Pedro *Metodologia Científica em Ciências Sociais*, São Paulo, Ed. Atlas, 1992. Caps 3 e 4.

DEMO Video <https://www.youtube.com/watch?v=hqko1p-3aeQ>

ECCO, Humberto *Como se faz uma tese em ciências humanas*, São Paulo, Ed. Perspectiva, 2010.

LAVILLE, C.; DIONNE, J. *A construção do saber: Manual de metodologia da pesquisa em Ciências Humanas*, Ed. UFMG, ARTMED, 2007. Caps. 1, 2, 3, 6, 7, 9 e 10, Anexo teste de hipóteses estatísticas.

KUHN, Thomas S. *A estrutura das revoluções científicas*, São Paulo Editora Perspectiva, 1994. Caps 9

Bibliografia complementar:

ABNT – *Associação Brasileira de Normas Técnicas*.

BABBIE, E. *Métodos de Pesquisa de Survey*, Belo Horizonte, Ed. UFMG, 1999.

RUNI, Adriano L. *Estatística Aplicada à Gestão Empresarial*, São Paulo, Ed. Atlas, 2007.

Nome da disciplina (e código): ASPECTOS LEGAIS DA GESTÃO PÚBLICA A – DCP 123

Carga Horária: 60h

Tipo: X Obrigatória ___ Optativa ___ Outro ()

Conteúdo:

Estado e Sociedade. Estado e Direito. Origem e formação do Estado Moderno. Elementos do Estado: soberania, povo, território. Cidadania Moderna. Direitos e Garantias Fundamentais. Paradigmas Constitucionais. Estado e Democracia: participação direta e representação política, sufrágio, sistema partidário e sistema eleitoral. Organização do Estado: formas e sistemas de governo. Organização dos Poderes: Executivo, Legislativo e Judiciário. Federalismo: repartição de competências.

Bibliografia básica:

BOBBIO, Norberto. Política e Direito. In: *Teoria Geral da Política: a filosofia política e as lições dos clássicos*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2000.

MORAES, Alexandre de. *Direito Constitucional*. São Paulo: Atlas, 2009.

DALLARI, Dalmo de Abreu. *Elementos de teoria geral do Estado*. São Paulo: Saraiva, 2002.

Bibliografia complementar:

ABRUCIO, Luiz Fernando; FRANZESE, Cibele; SANO, Hironobu. Coordenação e cooperação no federalismo brasileiro: avanços e desafios. In: IPEA. *Estado, instituições e democracia: república*. Brasília: Ipea, 2010. (Série Eixos Estratégicos do Desenvolvimento Brasileiro; Fortalecimento do Estado, das Instituições e da Democracia; Livro 9). p. 177-212. Disponível em http://www.ipea.gov.br/sites/000/2/livros/2010/Livro_estadoinstituicoes_vol1.pdf

ARRETHCE, M. Federalismo. In: AVRITZER, Leonardo e ANASTASIA, Fátima (Org.). *Reforma Política no Brasil*. Belo Horizonte: UFMG, 2006. p. 123 a 127. Disponível em http://www.democraciaparticipativa.org/files/livro_reformaPol.pdf

AVRITZER, Leonardo. Reforma Política e Participação no Brasil. In AVRITZER, Leonardo; ANASTASIA, Fátima (Orgs) *Sistema Eleitoral. Reforma Política no Brasil*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006, pp. 35-44.

BOBBIO, Norberto et al. *Dicionário de Política*. Brasília: Ed. UNB, 2000.

CINTRA, Antônio Octávio. In AVRITZER, Leonardo; ANASTASIA, Fátima (Orgs) *Sistema Eleitoral. Reforma Política no Brasil*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006, pp. 128-132.

CINTRA, Antônio Octávio. *Presidencialismo e parlamentarismo: são importantes as instituições?* In AVELAR, Lúcia; CINTRA, Antônio Octávio. *Sistema político brasileiro: uma introdução*. Rio de Janeiro: Konrad-AdenauerStiftung; São Paulo: Ed. UNESP, 2007. pp. 37-60.

COSTA, Valeriano. *Federalismo: relações intergovernamentais*. In AVELAR, Lúcia; CINTRA, Antônio Octávio. *Sistema político brasileiro: uma introdução*. Rio de Janeiro: Konrad-Adenauer-Stiftung; São Paulo: Ed. UNESP, pp. 173-184.

LIMONGI, F. Presidencialismo e Governo de Coalizão. In: AVRITZER, Leonardo e ANASTASIA, Fátima (Org.). *Reforma Política no Brasil*. Belo Horizonte: UFMG, 2006. p. 123 a 127. Disponível em http://www.democraciaparticipativa.org/files/livro_reformaPol.pdf

MARSHALL, T. H. *Cidadania, classe social e status*. São Paulo: Zahar, 1967.

SPECK, Bruno Wilhelm. *Três ideias para oxigenar o debate sobre dinheiro e política no Brasil*. Debate, Belo Horizonte, v. 2, n. 3, p. 6-13, 2010.

SPECK, Bruno. O financiamento de campanhas eleitorais. In AVRITZER, Leonardo; ANASTASIA, Fátima (Orgs) *Sistema Eleitoral. Reforma Política no Brasil*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006, pp. 153-158.

Nome da disciplina (e código): GESTAO PUBLICA A – DCP 124

Carga Horária: 60h

Tipo: X Obrigatória ___ Optativa ___ Outro ()

Conteúdo:

Gestão Pública: origens, evolução, formatos organizacionais – patrimonialismo, administração burocrática, Nova Gestão Pública, governança participativa. Gestão privada e gestão pública: distinção. Relação entre gestão pública e política. Noções de controle público e accountability. Histórico da gestão pública no Brasil.

Bibliografia básica:

BEHN, Robert. O novo paradigma da gestão pública e a busca da accountability democrática. *Revista de Serviço Público*. Brasília, ano 49, n. 4, 1998. Disponível em: <https://search.proquest.com/openview/bab539905d3e32d7605713943a788ab6/1?pq-origsite=gscholar&cbl=2045880>

CAMPELO, Graham Stephan. Administração pública no Brasil: ciclos entre patrimonialismo, burocracia e gerencialismo, uma simbiose de modelos. *Revista Ciência & Trópico*. Recife, v. 34, n. 2, 2010. Disponível em: <https://periodicos.fundaj.gov.br/CIC/article/viewFile/871/592>.

BRASIL, IPEA. *Estado, Instituições e Democracia: república*. Brasília: IPEA, 2010, (Série Eixos Estratégicos do Desenvolvimento Brasileiro: Fortalecimento do Estado, das Instituições e da Democracia). Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=6533

GIOVANNI, Geraldo Di; NOGUEIRA, Marcos Aurélio (orgs.). *Dicionário de Políticas Públicas*. São Paulo: editora UNESP/ Fundap, 2ª ed. 2015.

MOTTA, Paulo Roberto. O estado da arte da gestão pública. *Revista de Administração de Empresas – RAE*, São Paulo, v. 53, n. 1, 2013. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-75902013000100008.

SANTOS, Clezio Saldanha dos. *Introdução à gestão pública*. São Paulo: Saraiva, 2006. Cap. 1.

TEIXEIRA, Marco Antonio Carvalho. Estado, poderes do estado e relações entre o estado e a sociedade. In: _____. *Estado, governo e administração pública*. Rio de Janeiro: FGV, 2012. p. 9-19.

Bibliografia complementar:

COELHO, Fernando; OLENSKI, Antonio; CELSO, Rafael. Da letargia ao realento: notas sobre o ensino de graduação em administração pública no Brasil no entremeio da crise do estado e da redemocratização no país (1983-94). *Revista de Administração Pública*. Rio de Janeiro, v. 45, n. 6, 2011. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0034-76122011000600005&script=sci_abstract&tlng=pt

COSTA, Frederico. Brasil: 200 anos de estado; 200 anos de administração pública; 200 anos de reformas. *Revista de Administração Pública*. Rio de Janeiro, v. 42, n. 5, 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rap/v42n5/a03v42n5.pdf>

CUNHA, Eleonora. Democracia e controle público. In: ALMEIDA, Debora. *Participação e controle social na saúde*. Belo Horizonte: UFMG, 2011. Disponível em:

DE LEON, Linda. Sobre agir de forma responsável em um mundo desordenado: ética individual e responsabilidade administrativa. In: PETERS, Guy e PIERRE, Jon. *Administração Pública: Coletânea*. Brasília: ENAP, 2010. Disponível em: https://gbapufabc2014.files.wordpress.com/2014/07/deleon_2010_sobreagirdeformaresponsc3a1velemummundodesordenado.pdf

DRUMOND, Alexandre Matos; SILVEIRA, Suely de Fátima. Predominância ou coexistência? Modelos de administração brasileira na política nacional de habitação. *Encontro de Administração Pública e Governo*. Salvador, 2012. p. 3-7. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rap/article/view/16042>.

ROCHA, Arlindo Carvalho. Accountability na administração pública: modelos teóricos e abordagens. *Contabilidade, gestão e governança*. Brasília, v. 14, n. 2, 2011. Disponível em: https://cgg-amg.unb.br/index.php/contabil/article/viewFile/314/pdf_162

Nome da disciplina (e código): FUNDAMENTOS DE ANÁLISE SOCIOLÓGICA – SOA 048

Carga Horária: 60h

Tipo: X Obrigatória ___ Optativa ___ Outro ()

Conteúdo:

Introdução às teorias e métodos sociológicos. As concepções fundamentais de Marx, Durkheim e Weber. Conceitos sociológicos fundamentais para a compreensão da modernidade.

Bibliografia básica:

BAUMAN, Zygmunt. *Aprendendo a pensar com a sociologia*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2010.

DIAS, Reinaldo. *Introdução à Sociologia*, 2ª. Edição. Pearson Prentice Hall: São Paulo, 2008 – Capítulo 02 - A questão social e a necessidade de uma ciência social

DURKHEIM, Émile. *As Regras do Método Sociológico*. São Paulo: Martins Fontes, 2007. Introdução (XI – XXXIV) e O que é fato social? (p. 1-13), Conclusão (pp. 145-151).

SCOTT, John. *50 Sociólogos Fundamentais*. São Paulo: Contexto, 2007

QUINTANEIRO, Tania; BARBOSA, Maria Lígia de Oliveira e OLIVEIRA, e Márcia Gardênia Monteiro (Orgs.) *Um toque de clássicos*. Ed, Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.

SZTOMPKA, Piotr. *A sociologia da mudança social*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. Capítulo VI - a globalização da sociedade

Bibliografia complementar:

BOURDIEU, Pierre. “Capítulo III: O capital social – notas provisórias”, In: NOGUEIRA, Maria Alice e CATANI, Afrânio (org), *Escritos de educação*, Petrópolis, RJ: Vozes, 1998, pp. 65-69.

BOURDIEU, Pierre. *Gostos de classe e estilos de vida*. Pierre Bourdieu: sociologia. São Paulo: Ática, p. 82-121, 1983.

DURKHEIM, Émile. *Da Divisão do Trabalho Social*. São Paulo: Martins Fontes, 1999. (Capítulo II: Solidariedade mecânica ou por similitudes; Capítulo III: A solidariedade devido à divisão do trabalho ou orgânica - pp.39 -109).

MARX, K. e ENGELS, F. 1848. *O Manifesto Comunista*. Disponível em: <http://www.ebooksbrasil.org/adobeebook/manifestocomunista.pdf>

WEBER, Max. *A ética protestante e o espírito do capitalismo*. São Paulo: Pioneira, 1987. Capítulo 01.

GIDDENS, Anthony. *Mundo em descontrolado: o que a globalização tem feito de nós*. São Paulo: Nova Fronteira: 2004.

GIDDENS, Anthony. *Sociologia*, 4ª. Edição. Artmed: Porto Alegre, 2005 – Capítulo 02. Pp. 23-36.

BARROS, Betânia Tanure e PRATES, Marco A. *O estilo brasileiro de administrar*. São Paulo: Atlas, 1997.

MASSELA, Alexandre B. et al. *Durkheim: 150 anos*. Belo Horizonte: Argvmentvm, 2009. Capítulos 4, 5, 6, 7, 10 e 11.

MEAD, G. H. A brincadeira, o jogo e o outro generalizado. In: *Pesquisas e Práticas Psicossociais* 5(1), São João del-Rei, janeiro/julho 2010.

SIMMEL, Geog. O dinheiro na cultura moderna. In: BOTELHO, André. *Essencial sociologia*. São Paulo: Penguin Classics, Companhia das Letras, 2013. (Pp. 311-351)

SIMMEL, Georg. As grandes cidades e a vida do espírito. *Mana: Estudos de Antropologia Social*, 577-592.

SIMMEL, Georg; BUENO, Arthur. *O conflito da cultura moderna e outros escritos*. Senac, 2013.

VARGAS, Eduardo. A microssociologia de Gabriel Tarde. *Anais da XIX Reunião da ABA*. Niterói, 1994.

WEBER, Max. Os fundamentos da organização burocrática: uma construção do tipo ideal. In: CAMPOS, Edmundo. *Sociologia da Burocracia*. Rio de Janeiro: Zahar, 1971. (PP. 15-28).

DISCIPLINAS DO 2º PERÍODO

Nome da disciplina (e código): INSTITUIÇÕES POLÍTICAS COMPARADAS – DCP 035

Carga Horária: 60h

Tipo: X Obrigatória ___ Optativa ___ Outro ()

Conteúdo:

Análise comparada, desempenho de instituições democráticas em países do centro e da periferia do capitalismo; instituições democráticas e diferentes condições socioeconômicas e culturais. Estudos de formas de organização de democracias liberais, organização Estado: unitarismo X federalismo; processos e poderes (executivo, legislativo); concepções sobre burocracias públicas, políticas públicas, por governos eleitos.

Bibliografia básica:

ANASTASIA, F. *Teoria Democrática e Novo Institucionalismo*, Belo Horizonte: 2002.

CINTRA, A. O. Sistema Eleitoral. In: AVRITZER, Leonardo; ANASTASIA, Fátima (Orgs.) *Reforma Política no Brasil*. Belo Horizonte: UFMG, 2006

DAHL, R. *Análise Política Moderna*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1981. (Capítulos 4 – Semelhanças dos sistemas políticos e 5 – Diferenças dos sistemas políticos)

DELLA PORTA, D. A ciência política como ciência empírica (capítulo 1 – item 8). In *Introdução à Ciência Política*. Lisboa: Editorial Estampa, 2003. P. 42-48.

LIJPHART, Arend, *Modelos de democracia*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008. (Capítulos 1, 2, 3, 6, 7, 8, 10 e 12).

O'DONNELL, G. *Democracia, agência e Estado: teoria com intenção comparativa*. São Paulo: Paz e Terra, 2011 (Capítulo VIII – Um rápido olhar sobre a América Latina).

SARTORI, G. *A Política* – 36. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1981. (Capítulo 9 – Método Comparativo e Política Comparada)

SOUZA, C. Instituições e Mudanças: reformas da Constituição de 1988, federalismo e políticas públicas In: HOCHMAN, Gilberto; FARIA, Carlos A. P. (Orgs.). *Federalismo e Políticas Públicas no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2013. P. 91-118

TSEBELIS, G. *Atores com Poder de Veto: como funcionam as instituições políticas*. Rio de Janeiro: FGV, 2009 (Introdução, capítulos 1, 3 e 4).

Bibliografia complementar:

ARRETCHE, M. Quando Instituições Federativas Fortalecem o Governo Central? In: HOCHMAN, Gilberto; FARIA, Carlos A. P. (Orgs.). *Federalismo e Políticas Públicas no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2013. P. 65-90.

DELLA PORTA, D. *O sistema político* (capítulo 1 – item 5) in *Introdução à Ciência Política*. Lisboa: Editorial Estampa, 2003. P. 30-35.

TSEBELIS, G. *Atores com Poder de Veto: como funcionam as instituições políticas*. Rio de Janeiro: FGV, 2009 (Capítulo 6 – Federalismo, bicameralismo e maiorias qualificadas).

Nome da disciplina (e código): ASPECTOS LEGAIS DA GESTÃO PÚBLICA B – DCP 125

Carga Horária: 60h

Tipo: X Obrigatória ___ Optativa ___ Outro ()

Conteúdo:

Estado, Governo e Administração Pública: administração pública direta e indireta, autarquias, fundações, associações e consórcios públicos, empresas estatais. Princípios básicos da Administração Pública. Administração pública e burocracia. Poderes Administrativos. Atos administrativos. Licitação e Contratos Administrativos. Serviços Públicos. Controle da Administração Pública. Improbidade Administrativa.

Bibliografia básica:

BANDEIRA DE MELO, Celso Antônio. *Curso de Direito Administrativo*. São Paulo: Malheiros, 2003.

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. *Direito Administrativo*. São Paulo: Atlas, 2006.

MEIRELES, Hely Lopes. *Direito Administrativo Brasileiro*. São Paulo: Malheiros, 2002.

Bibliografia complementar:

ARANTES, Rogério Bastos et. al. Controles democráticos sobre a administração pública no Brasil: Legislativo, tribunais de contas, Judiciário e Ministério Público. In: LOUREIRO, Maria Rita, ABRUCIO, Luiz Fernando & PACHECO, Regina Silva (Org.). *Burocracia e política no Brasil: desafios para o estado democrático no século XXI*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010. p. 109 a 147.

AVRITZER, Leonardo; COSTA, Sérgio. Teoria crítica, democracia e esfera pública: concepções e usos na América Latina. Dados – *Revista de Ciências Sociais*, vol. 47, nº 4, 2004. p. 703-728.

BOBBIO, Norberto. Democracia: os fundamentos. In: *Teoria Geral da Política*. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

CUNHA, Eleonora. “A reinvenção do Estado brasileiro: a criação de instituições que articulam participação e deliberação”. *Efetividade Deliberativa: estudo comparado de Conselhos Municipais de Assistência Social (1997 / 2006)*. Tese de Doutorado em Ciência Política, UFMG, 2009, p. 61-74.

MATIAS-PEREIRA, José. *Curso de Administração Pública*. São Paulo: Atlas, 2009.

PEREIRA, Luiz Carlos Bresser. As duas fases da história e as fases do capitalismo. Escola de Economia de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas FGV-EESP. *Texto para discussão n. 278*, Maio de 2011.

WEBER, Max. A política como vocação. In: C. Wright Mills e H. H. Gerth (Eds.). *Ensaio de Sociologia*. Rio de Janeiro: LTC, 2002.

Disciplina: Introdução à Economia - ECN140

Carga horária: 60 horas

Tipo: X Obrigatória ___ Optativa ___ Outro ()

Conteúdo:

Noções de microeconomia (oferta, demanda, equilíbrio de mercado teoria do consumidor, estruturas de mercado) noções de macroeconomia (produto, emprego e renda moeda, juros e política monetária setor externo, câmbio e balanço de pagamentos inflação e setor público estabilização e crescimento).

Bibliografia básica:

VICECONTI, P. E. V. & NEVES, S. *Introdução à Economia*. São Paulo: Frase Editora, 1996.

MANKIW, N.G. *Introdução à Economia: Princípios de Micro e Macroeconomia*. 1ª Edição. Rio de Janeiro: Campus, 1999.

PINHO, D.B.; VASCONCELOS, M. A. S. (orgs.) *Manual de Economia. Equipe dos Professores da USP*. 3ª Edição. São Paulo: Saraiva, 2001.

ROSSETTI, J. P. *Introdução à Economia*. São Paulo: Atlas, 2002.

TROSTER, M. & MONCHON, F. *Introdução à Economia*. São Paulo: Makron, 1994.

Bibliografia complementar:

VASCONCELLOS, M. A. S. *Economia – Micro e Macro*. São Paulo: Atlas, 2001, 3ª edição.

WONNACOTT, P. & WONNACOTT, R. *Economia*. 2ª Edição. São Paulo: Makron, 1994.

Seções econômicas de jornais, revistas especializadas e internet.

Disciplina: Estatística I - EST180

Carga Horária: 60 hs.

Tipo: X Obrigatória ___ Optativa ___ Outro ()

Conteúdo:

1) Amostragem; 2) Representação tabular e gráfica; 3) principais medidas estatísticas de tendência central, variabilidade e concentração; 4) regressão e correlação linear simples; 5) Séries Temporais.

Bibliografia básica:

LEVINE, David M.; STEPHAN, David F.; KREHBIEL, Timothy C.; BERENSON, Mark L. 5ª edição. *Estatística – Teoria e Aplicações usando o Microsoft Excell em Português*. LTC – Livros Técnicos e Científicos S.A., 2008.

Bibliografia complementar:

MOORE, D. S. *Introdução à prática da estatística*. LTC - Livros Técnicos e Científicos Editora S. A, Rio de Janeiro, 2002

SOARES, J. F. FARIAS, A. A. e CÉSAR, C.C. *Estatística Básica*, 3ª Ed. LTC - Livros Técnicos e científicos Editora S. A, Rio de Janeiro, 2004.

TRIOLA, M. *Introdução à Estatística*. 11ª edição. LTC – Livros Técnicos e científicos Editora S. A, Rio de Janeiro, 2005.

MORETIN, P. A.; BUSSAB, W. *Estatística básica*. 6ª edição. São Paulo, Saraiva, 2010.

Nome da disciplina (e código): SOCIOLOGIA DAS ORGANIZAÇÕES PÚBLICAS – SOA 607

Carga Horária: 60h

Tipo: X Obrigatória ___ Optativa ___ Outro ()

Conteúdo:

Burocracia, administração pública. Estado, relações sociais. Institucionalismo, utilitarismo. Burocracia, poder político. Cultura organizacional. Mudança, flexibilização organizacional.

Bibliografia básica:

BOUDON, R, BOURRICAUD, F, *Dicionário crítico de sociologia*, Ática, SP, 2001, p.253-260

DIAS, R, *Sociologia das organizações*, Atlas, SP, 2008, 69-144

WEBER, M, *Economia y sociedad*, Fondo de cultura econômica, México, 2004, p.5-45, p.170-203, p.1047-1095

MERTON, R, *Burocracia e personalidade*, org, de Campos, E. *Sociologia da Burocracia*, Zahar, RJ, 1978, p.107-124

BEETHAM, D, *A burocracia e a teoria democrática*, Estampa, Lisboa, 1988, p.137-175

SELZNICK, P. *Fundamentos da teoria das organizações*, org. de ETIZIONI. A. *Organizações Complexas*, Atlas, SP, 1967, p.30-42

MARCH, J, SIMON, H, *Teoria das organizações*, FGV, RJ, 1972, p.192-238

PERROW, C. *Análise organizacional*, Atlas, SP. 1972, p.73-119

CHAMPION, D, *A sociologia das organizações*, Saraiva, 1979, SP, 116-132

Bibliografia complementar:

ALVES, D, *O teste sociométrico, sociogramas*, Globo, Porto Alegre, 1972, p.14-18.

FOUCAULT, M, *Vigiar e punir*, Vozes, RJ, 1986, p.125-152.

MELLO E SOUSA, L, *Raymundo Faoro e 'Os donos do poder'* in *Introdução ao Brasil, vol 1*, org. de Mota, L, Senac, SP. 2004, p.335-356.

BASTOS, E.R. "Gilberto Freyre – Casa-grande & senzala" in Mota (org.), op. cit. p.215-234.

SALLUM JR, B. "Sérgio Buarque de Holanda - Raízes do Brasil" in Mota (org.), op. cit. p.235-256.

LAPA, J.R.A.: "Caio Prado Júnior – Formação do Brasil contemporâneo" in Mota (org.), op. cit. p.257-272.

LAMOUNIER, B: "Vítor Nunes Leal – Coronelismo, enxada e voto" in Mota (org.), op. cit. p. 273-292.

ALMEIDA, M.H.T. "Oliveira Viana – Instituições políticas brasileiras" in Mota (org.), op. cit. p. 293-314.

SORJ, B. *A nova sociedade brasileira*, Jorge Zahar Ed. R.J. 2000.

GOFFMAN, E. *Manicômios, prisões e conventos*, Perspectiva, SP, 2007, p.99-108, p.246-260.

MEYER, J, ROWAN, B, *Estrutura como mito e cerimônia*.

PFEFFER, J, *Organizaciones y teoria de las organizaciones*, fondo de cultura econômica, México, 1992, p.276-320.

FREITAS, M, E, *Cultura organizacional*, Makron books, SP. 1991, p.12-37.

MICHELS, R, *A tendência burocrática dos partidos políticos* in Campos, op. cit. p.101-106.

TRAGTEMBERG, M, *Burocracia e ideologia*, Ática, SP, 1977, 58-89

DISCIPLINAS DO 3º PERÍODO**Nome da disciplina (e código):** ANÁLISE DE POLÍTICAS PÚBLICAS - DCP 037**Carga Horária:** 60h**Tipo:** X Obrigatória ___ Optativa ___ Outro ()**Conteúdo:**

O conceito e classificação de políticas públicas e a relação entre ação governamental e processos políticos. Teorias e modelos de análise das políticas públicas, que abordam com distintas ênfases as relações entre instituições, atores, ideias e contexto político. Exemplificação dos modelos na análise de políticas públicas. O ciclo de políticas públicas e teorias da implementação. A avaliação de políticas públicas.

Bibliografia básica:

BACHRACH, Peter. BARATZ, Morton S. Duas faces do poder. *Rev. Sociol. Polít.*, Curitiba, v. 19, n. 40, p. 149-157, out. 2011. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-44782011000300011>

CAPELLA, Ana Cláudia. Perspectivas teóricas sobre o processo de formulação de políticas públicas. *BIB*, São Paulo, nº 61, 1º semestre de 2006. Disponível em: <http://www.anpocs.org.br/portal/images/bib61.pdf>

COELHO, Vera. S. P. Interesses e instituições na política de saúde. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, volume 13, número 37, páginas 115-128. Junho 1998. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-69091998000200007>

FARIA, Carlos Aurélio Pimenta. A política da avaliação de políticas públicas. *RBCS*, V. 20, Nº 59, outubro de 2005. Disponível em: <http://www.ufpa.br/epdir/images/docs/paper44.pdf>

FARIA, Carlos Aurélio Pimenta. Ideias, conhecimento e políticas públicas: um inventário sucinto das principais vertentes analíticas recentes. *RBCS*, V. 18, Nº 51. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-69092003000100004>

FERRAREZI, Elisabete (org.). *Políticas Públicas – Coletânea – Volume 1*. Brasília: ENAP, 2006. Disponível em: http://www.enap.gov.br/documents/586010/601525/160425_coletanea_pp_v1.pdf/ee7a8ffe-d904-441f-a897-c4a2252a2f23

FUKS, Mario. Arenas de ação e debate públicos: conflitos ambientais e a emergência do meio ambiente enquanto problema social no Rio de Janeiro. *Dados*, 41 (1): 230-245, 1998. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0011-52581998000100003>

IMMERGUT, Ellen M. As regras do jogo: a lógica da política de saúde na França, na Suíça e na Suécia. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. N° 30, ano 11, fev. de 1996. Disponível em: <http://www.anpocs.com/index.php/universo/acervo/biblioteca/periodicos/rbcs/207-rbcs-30>

MENICUCCI, Telma M. G. BRASIL, Flávia de P. D. Construção de agendas e inovações institucionais: análise comparativa da reforma sanitária e da reforma urbana. *Estudos de Sociologia*. UNESP – Araraquara, v. 15, N° 29, 2º semestre de 2010. Disponível em: <http://seer.fclar.unesp.br/estudos/article/view/2971>

MIGUEL, Luís Felipe. “Representação Política em 3-D: elementos para uma teoria ampliada da representação política”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol.18, n° 51, p. 123-140, 2003. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-69092003000100009>

SILVA, Pedro Luiz Barros. MELO, Marcus André Barreto. O processo de implementação de políticas públicas no Brasil: características e determinantes da avaliação de programas e projetos. NEPP/UNICAMP, *Caderno de Pesquisa* n° 48, 2000. Disponível em: <http://www.nepp.unicamp.br/images/cadernos-e-livros/cadernos-do-nepp/pdfs/caderno48.pdf>

SOUZA, Celina. Políticas públicas: uma revisão da literatura. *Sociologias – sociedade e políticas públicas*. Ano 8, n° 16, jul/dez 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/soc/n16/a03n16.pdf>

SUBIRATS, Joan. Definición del problema. Relevancia pública y formación de la agenda de actuación de los poderes públicos. SARAIVA, Enrique e FERRAREZI, Elisabete (org.). *Políticas Públicas – Coletânea – Volume 1*. Brasília: ENAP, 2006. Disponível em: http://www.enap.gov.br/documents/586010/601525/160425_coletanea_pp_v1.pdf/ee7a8ffe-d904-441f-a897-c4a2252a2f23

SUBIRATS, Joan. El papel de la burocracia en el proceso de determinación e implementación de las políticas públicas. In: SARAIVA, Enrique e FERRAREZI, Elisabete. *Políticas Públicas – Coletânea – Volume 2*. Brasília: ENAP, 2006. Disponível em: http://www.enap.gov.br/web/pt-br/livros/-/asset_publisher/pUSHqkzYHsx/content/coletanea-de-politicas-publicas-volume-2/586010;jsessionid=E0336280B58077D94EEB8EF34BB9F3B9

Bibliografia complementar:

ARRETCHE, Marta T. S. “Tendências no estudo sobre avaliação”. In: RICO, Elizabeth Melo (org.). *Avaliação de Políticas Sociais: uma questão em debate*. São Paulo: Cortez: Instituto de Estudos Especiais, 1998.

ARRETCHE, Marta Teresa da Silva. *Democracia, federalismo e centralização no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora FGV e Fiocruz, 2012. 232p.

CÔRTEZ, Soraya Vargas. Viabilizando a participação em Conselhos de Política Pública Municipais: arcabouço institucional, organização do movimento popular e policy communities. In: HOCHMAN, Gilberto, ARRETCHE, Marta e MARQUES, Eduardo (org.). *Políticas públicas no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2007.

CUNHA, Eleonora. “A reinvenção do Estado brasileiro: a criação de instituições que articulam participação e deliberação”. *Efetividade Deliberativa: estudo comparado de Conselhos Municipais de Assistência Social (1997 / 2006)*. Tese de Doutorado em Ciência Política, UFMG, 2009, p. 61-74.

DAHL, Robert A. *Sobre a Democracia*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001. Capítulos: 13,14 e 15.

FARIA, Carlos Aurélio Pimenta de. *Implementação de Políticas Públicas: teoria e prática*. Belo Horizonte: Ed. PUC Minas, 2012.

HELD, David. Participação, liberdade e democracia”. *Modelos de Democracia*. Belo Horizonte: Paideia, 1987 (segunda parte do capítulo 7).

HILL, Michael. Implementação: uma visão geral. In: SARAIVA, Enrique e FERRAREZI, Elisabete. *Políticas Públicas*, Coletânea. Vol. 2. Brasília: ENAP, 2006.

KINGDON, John. Como chega a hora de uma ideia? SARAIVA, Enrique e FERRAREZI, Elisabete (org.). *Políticas Públicas*. Brasília: ENAP, 2006.

KINGDON, John. Juntando as coisas. SARAIVA, Enrique e FERRAREZI, Elisabete (org.). *Políticas Públicas*. Brasília: ENAP, 2006.

LEANDRO, J. G. Coordenação, cooperação e políticas públicas: organizando percepções e conceitos sobre um tema caro à implementação. In: FARIA, Carlos Aurélio Pimenta de. *Implementação de Políticas Públicas: teoria e prática*. Belo Horizonte: Ed. PUC Minas, 2012.

LEANDRO, J. G. Relação Executivo-Legislativo e Processo de Retração de Provisões Sociais: as reformas da previdência de 1998 e 2003 no Brasil. *Política Hoje* (UFPE. Impresso), v. 21, p. 113-149, 2012.

LIMA, Luciana Leite. A implementação da regulação dos prestadores privados no sistema municipal de saúde: os casos de Belo Horizonte/MG e Porto Alegre/RS. In: FARIA, Carlos Aurélio Pimenta de. *Implementação de Políticas Públicas: teoria e prática*. Belo Horizonte: Ed. PUC Minas, 2012.

LIPSKY, Michael. Los empleados de base en la elaboración de políticas públicas. In: BRUGÉ, Q. & SUBIRATS, J. *Lecturas de gestión pública*. Madrid: MAP, 1996.

LOTTA, Gabriela Espanghero. Desvendando o papel dos burocratas de nível de rua no processo de implementação: o caso dos agentes comunitários de saúde. In: FARIA, Carlos Aurélio Pimenta de. *Implementação de Políticas Públicas: teoria e prática*. Belo Horizonte: Ed. PUC Minas, 2012.

MEYERS, Márcia K. E VORSANGER, Susan. Burocratas de nível de rua e a implementação de políticas públicas. In: PETERS, Guy e PIERRE, Jon (orgs.). *Administração Pública – Coletânea*. São Paulo: Editora UNESP; Brasília: ENAP, 2010.

OLIVEIRA, Vanessa Elias. Judiciário e privatizações no Brasil: existe uma Judicialização da Política? *Dados – Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, Vol. 48, nº 3, 2005, pp. 559 a 587.

PIERSON, Paul. SKOCPOL, T. El Institucionalismo Histórico en la Ciencia Política Contemporánea. *Revista Uruguaya de Ciencia Política*, vol. 17, diciembre, 2008, pp. 7-38.

PIRES, Roberto Rocha C. Burocracias, gerentes e suas “histórias de implementação”: narrativas do sucesso e fracasso de programas federais. In: FARIA, Carlos Aurélio Pimenta de. *Implementação de Políticas Públicas: teoria e prática*. Belo Horizonte: Ed. PUC Minas, 2012.

PIRES, Roberto Rocha C. Estilos de implementação e resultados de políticas públicas: fiscais do trabalho e o cumprimento da lei trabalhista no Brasil. In: FARIA, Carlos Aurélio Pimenta de. *Implementação de Políticas Públicas: teoria e prática*. Belo Horizonte: Ed. PUC Minas, 2012.

SABATIER, Paul A. e Jenkins-Smith, Hank. The advocacy coalition framework: an assessment. In: Sabatier, P. A (edit.). *Theories of the policy process*. Colorado – Oxford: Westview Press, 1999.

Nome da disciplina (e código): ESTADO E POLÍTICAS SOCIAIS A – DCP 126

Carga Horária: 60H

Tipo: X Obrigatória ___ Optativa ___ Outro ()

Conteúdo:

Teorias explicativas da emergência e evolução dos sistemas de proteção social e ou dos estados de bem-estar social, a partir de análises comparadas, considerando: a relação entre Estado e mercado; o conceito de política social, o estado de bem-estar e o de regime de bem-estar; a evolução do conceito de cidadania e sua relação com as políticas sociais. Estudo do caso brasileiro desde as primeiras políticas sociais até o fim da ditadura militar.

Bibliografia básica:

ABRUCIO, Fernando. Coordenação e cooperação no federalismo brasileiro: avanços e desafios. In: *Estado, Instituições e Democracia: República*. IPEA, Livro 9, vol. 1, 2010, p. 177- 212.

ARRETCHE, Marta T. S. Emergência e Desenvolvimento do Welfare State: teorias explicativas. *BIB Boletim Informativo e Bibliográfico*, n.3 9, 1995.

BOBBIO, Norberto. (1992). *A Era dos Direitos*. Editora Campus. Rio de Janeiro. Primeira parte, p. 35-97.

CARDOSO Jr, José C.; JACCOUD, Luciana. (2005). Políticas Sociais no Brasil: Organização, Abrangência e Tensões da Ação Estatal. In: *Questão Social e Políticas Sociais no Brasil Contemporâneo*.

CARVALHO, José M. *Cidadania no Brasil: O Longo Caminho*. Editora Civilização Brasileira. Rio de Janeiro, 2001.

CASTEL, Robert. *A Metamorfose da Questão Social: Uma Crônica da Questão Social*. Vozes. Petrópolis, 1999. Introdução e cap. 1 e 3.

DRAIBE, Sônia; HENRIQUE, Wilnês. 'Welfare State', Crise e Gestão da Crise: um Balanço da Literatura Internacional". In: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, n.6, v.3, 1988.

ESPING-ANDERSEN, Gösta. As Três Economias Políticas do Welfare State. *Lua Nova*, n. 24, 1991.

ESPING-ANDERSEN, Gosta. O Futuro do *Welfare State* na Nova Ordem Mundial. *Lua Nova*, n. 35, 1995.

MARSHALL, T. H. *Cidadania, Classe Social e Status*. RJ: Zahar Editores, 1967. Cap. 3

POLANYI, Karl. *A Grande Transformação: As origens da nossa época*. Rio de Janeiro: Ed. Campus. 1980. Cap. 1, 2 e 7.

SANTOS, Wanderley G. *Cidadania e Justiça: A Política Social na Ordem Brasileira*. Rio de Janeiro: Campus, 1979. Cap. 4 e 5.

Bibliografia complementar:

ARRETCHE, Marta T. S. Políticas Sociais no Brasil: Descentralização em um Estado Federativo. In: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, n. 40, 1999.

BARROS, Ricardo P. *et al.* A Importância da Queda Recente da Desigualdade na Redução da Pobreza. *IPEA*, TD n. 1256, 2007.

BARROS, Ricardo P. *et al.* A Queda Recente da Desigualdade de Renda no Brasil. *IPEA*, TD n. 1258, 2007.

BARROS, Ricardo P.; HENRIQUES, Ricardo. A Estabilidade Inaceitável: Desigualdade e Pobreza no Brasil. *IPEA, Texto para Discussão nº 800*, 2001.

CASTEL. Robert. A Dinâmica dos Processos de Marginalização: da Vulnerabilidade a "Desfiliação". Salvador: *Caderno CRH*, n. 26/27, 1997.

DRAIBE, Sonia M. O Sistema Brasileiro de Proteção Social: O Legado Desenvolvimentista e a Agenda Recente de Reformas. UNICAMP/NEPP: *Caderno de Pesquisa*, n. 32, 1998.

FILGUEIRAS, Cristina A. C. Exclusão, Risco e Vulnerabilidade: Desafios para a Política Social. In: CARNEIRO, Carla B. L.; COSTA, Bruno L. D. *Gestão Social: O Que há de novo*.

MEDEIROS, Marcelo; SOUZA, Pedro H. G. F. A estabilidade da desigualdade no Brasil entre 2006 e 2012: resultados adicionais. *IPEA, Texto para Discussão nº 2170*, 2016.

SILVA, Maria O. S. Teorias Explicativas sobre a Emergência e o Desenvolvimento do *Welfare State*. *Revista Política e Trabalho*, 1999.

Nome da disciplina (e código): GESTÃO PÚBLICA B – DCP 127

Carga Horária: 60h

Tipo: X Obrigatória ___ Optativa ___ Outro ()

Conteúdo:

Novas tendências e paradigmas da gestão pública contemporânea: características para a provisão de serviços e dilemas quanto à eficácia e eficiência. Temas para pensar o Brasil: ideia de governança; eficiência versus equidade; tipos e mecanismos de *accountability*; parcerias e relação público-privado; processos e instrumentos de regulação, contratualização e agencificação; gestão em redes; descentralização, relações intergovernamentais; intersectorialidade, integração e transversalidade; flexibilidade versus controle; gestão de pessoas nas organizações públicas. Experiências inovadoras de gestão pública no Brasil. Outras inovações.

Bibliografia básica:

CAVALCANTE, Pedro, *Gestão Pública Contemporânea: Do movimento gerencialista ao pós-NPM*, Texto para Discussão 2319, IPEA, Brasília, agosto, 2017.

HEINRICH, Carolyn J. Como avaliar o desempenho e a efetividade do setor público In PETERS, B. Guy; PIERRE, Jon (org.) *Administração Pública Coletânea*, Ed. UNESP/ENAP, Brasília, 2010, Cap. 2, p. 53-75.

LOTTA, Gabriela, PIRES, Roberto R. C. e OLIVEIRA, Vanessa E.. Burocratas de médio escalão: novos olhares sobre velhos atores da produção de políticas públicas. *Revista do Serviço Público*, Brasília, 65 (4), p. 463-492, out/dez 2014.

PACHECO, Regina Silvia, Mensuração do desempenho no setor público: os termos do debate *Cadernos de Gestão Pública e Cidadania*, v. 14, n. 55 –jul/dez, 2009.

PECI, Alketa; SOBRAL, Filipe Parcerias público-privadas: análise comparativa das experiências britânica e brasileira. *Cadernos EBAPE*, Jun, vol.5, no.2, 2007. p.01-14.

SOUZA, Regina Luna Santos Contratos de gestão na administração pública federal: ainda em transição para uma administração pública gerencial, XVII CONGRESSO DEL CLAD, Cartagena, Colombia, 2012.

TONELLI, D. F., MOREIRA, S.T.B., SILVA, S. R. e VASQUES, M.O.S. Uma proposta de modelo analítico para a inovação na gestão pública, *Revista do Serviço Público*, Brasília, 67(especial), 59-84, 2016.

Bibliografia complementar:

ANASTASIA, Fátima, Federação e relações intergovernamentais In AVELAR, L.; CINTRA, A.O. *Sistema político brasileiro: uma introdução*, E. Konrad Adenauer, Ed. UNESP, 2005.

BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO – BID *Modelo aberto de Gestión para Resultados em el Sector Público*. (Disponível no site do Banco)

FLEURY, S. M. T. & OUVERNEY, A. M. *Gestão de redes: a estratégia de regionalização da política de saúde*. Rio de Janeiro, Editora FGV, 2007.

PEREIRA, Flávio Schettini P. (org). *Ações premiadas no 18º Concurso Inovações na Gestão Pública Federal 2013*, Brasília Enap, 2013. (Há outras edições do prêmio que também devem ser consultadas até 2017).

Nome da disciplina (e código): ECONOMIA DO BEM ESTAR - ECN 044

Carga Horária: 60h

Tipo: X Obrigatória ___ Optativa ___ Outro ()

Conteúdo:

Função de Bem Estar. Equidade e Eficiência. Análise Custo-Benefício. O financiamento do Setor Público. Sistemas de Tributação. Políticas Sociais: Sistemas de Seguridade, Sistemas de Saúde e Sistemas de educação.

Bibliografia básica:

BIDERMAN, C.; ARVATE, P. (Orgs.). *Economia do Setor Público no Brasil*. Rio de Janeiro: Campus, 2005.

PIKETTY, T. *O Capital no Século XXI*. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2013

PINDYCK, R. S.; RUBINFELD, D.L. *Microeconomia* (7ª ed.). São Paulo: Pearson, 2010.

SEN, A. *Desenvolvimento como liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SEN, A. *Sobre ética e economia*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

VARIAN, H. *Microeconomia: uma abordagem moderna*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

Bibliografia complementar:

CMESP: Comissão on the Measurement of Economic Performance and Social Progress. *Report of the Commission on the Measurement of Economic Performance and Social Progress*, 2009. Disponível em <http://www.stiglitz-sen-fitoussi.fr/>

HAUGHTON, J.; KHANDKER, S. R. *Handbook on poverty and inequality*. The World Bank. 2009. Disponível em <http://go.worldbank.org/4WJH9JQ350>

IPEA. *Políticas Sociais: acompanhamento e análise - Vinte Anos da Constituição Federal*, nº 17, Volumes 1-3, 2009.

MEDEIROS, M. et al. O Topo da Distribuição de Renda no Brasil: Primeiras Estimativas com Dados Tributários e Comparação com Pesquisas Domiciliares

(2006-2012), *DADOS – Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, vol. 58, n. 1, 2015.

SEN, A. *Desigualdade reexaminada*. São Paulo: Record, 2001.

UNITED NATIONS DEVELOPMENT PROGRAM. *International Human Development Indicators*. Disponível em: <http://hdr.undp.org/en/statistics/>

Disciplina (e código): Econometria I - ECN190

Carga Horária: 60 - Créditos: 04

Tipo: X Obrigatória ___ Optativa ___ Outro ()

Conteúdo:

O modelo de regressão linear; regressão linear entre duas variáveis e regressão linear múltipla; introdução aos modelos de equações simultâneas; análise de problemas econométricos; modelos econométricos; exemplos aplicados à econometria.

Bibliografia básica:

WOOLDRIDGE, J.M. 2005. *Introdução à Econometria: Uma Abordagem Moderna*.

GUJARATI, D. 2006. *Econometria Básica*. São Paulo: Makron. (4ª edição).

Bibliografia complementar:

SARTORIS, A. 2007. *Estatística e Introdução à Econometria*. São Paulo, Ed. Saraiva.

BUSSAB, W. O; MORETTIN, P. A. 2010. *Estatística Básica*. São Paulo: Saraiva (6ª edição)

CAMERON, A. C; TRIVEDI, P. K. 2009. *Microeconometrics using STATA*. Stata Press.

HILL, C., GRIFFITHS, W.E., JUDGE, G.G. 2003. *Econometria*. São Paulo: Saraiva (2ª edição).

PINDICK, R.S., RUBINFELD, D.L. 2004. *Econometria: Modelos e Previsões*. Rio de Janeiro: Elsevier.

STOCK, J.H., WATSON, M.W. 2004. *Econometria*. Addison-Wesley.

DISCIPLINAS DO 4º PERÍODO**Nome da disciplina (e código):** Política, Economia e Sociedade no Brasil - DCP 042**Carga Horária:** 60 horas**Tipo:** X Obrigatória ___ Optativa ___ Outro ()**Conteúdo:**

Construção nacional e construção do Estado no Brasil, desde a independência. Dinâmicas interdependentes da política, da economia e da estrutura social brasileira no último século. Etapas históricas do desenvolvimento político, econômico e social no Brasil.

Bibliografia básica:

CARVALHO, José Murilo de. *Cidadania no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

REIS, José Carlos. *As identidades do Brasil: de Varnhagen a FHC*. FGV Editora, 2007.

SORJ, Bernardo. *A nova sociedade brasileira*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

Bibliografia complementar:

ABRUCIO, Fernando Luiz; FRANZESE, Cibele; SANO, Hironobu. Trajetória recente da cooperação e coordenação no federalismo brasileiro: avanços e desafios. *República, democracia e desenvolvimento*, p. 129, 2013.

AVRITZER, Leonardo. *Impasses da Democracia no Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio, 2015. Introdução e Capítulo 1.

AVRITZER, Leonardo; GOMES, Lilian C. B. Política de reconhecimento, raça e democracia no Brasil. *Dados*, Rio de Janeiro, v. 56, n. 1, p. 39-68, Mar. 2013. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0011-52582013000100003&lng=en&nrm=iso

BIELSCHOWSKY, Ricardo. Formação econômica do Brasil: uma obra-prima do estruturalismo cepalino. In: ARAÚJO, Tarcisio Patricio de, Salvador; VIANNA, Teixeira Werneck e MACAMBIRA, Júnior. *50 anos de Formação Econômica do Brasil: ensaios sobre a obra clássica de Celso Furtado*, organizadores. – Rio de Janeiro: Ipea, 2009.

BRINGEL, Breno. “Sentidos e tendências do levante brasileiro de 2013”. In: BRINGEL, B; DOMINGUES, J.M(orgs). *Dossiê Jornadas de Junho*. Disponível em: <http://netsal.iesp.uerj.br/images/dossie/Dossi%C3%AA%20NETSAL%203%20versao%20final.pdf>

CARDOSO, Fernando Henrique. *Autoritarismo e democratização*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975. pp. 165-186.

CARDOSO, Fernando Henrique. Raymundo Faoro. In: CARDOSO, Fernando Henrique. *Pensadores que inventaram o Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

CARVALHO, Eneuton Dornellas Pessoa de. "O aparelho administrativo brasileiro: sua gestão e seus servidores – Do 1930 aos dias atuais.", in: SANTOS, Alexandre dos, et alli. (orgs.). *Estado, instituições e democracia: república*. Brasília: IPEA, 2010.

DEDECCA, Cláudio. A redução das desigualdade e seus desafios. *Texto para discussão 2031*. Brasília/ Rio de Janeiro: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2015.

GOMES, Ângela de Castro. O populismo e as ciências sociais no Brasil: notas sobre a trajetória de um conceito. *Tempo*, v. 1, nº 2, 1996.

GUIMARÃES, Juarez. A trajetória intelectual de Celso Furtado. In: TAVARES, Maria da Conceição(org.). *Celso Furtado e o Brasil*. São Paulo: Perseu Abramo, 1996.

LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1975. Cap. Primeiro, "Indicações sobre a Estrutura e o Processo do 'Coronelismo'", p. 19-57; e Cap. Sétimo, "Considerações Finais", pp. 251-258.

LICIO, Elaine Cristina; MESQUITA, Camile Sahb; CURRALERO, Claudia Regina Baddini. Desafios para a coordenação intergovernamental do Programa Bolsa Família. *Rev. adm. empres.*, São Paulo , v. 51, n. 5, p. 458-470, Oct. 2011. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-75902011000500004&lng=en&nrm=iso

MEDEIROS, Marcelo, Souza; PEDRO H. G. F.; CASTRO, Fabio Avila. A Estabilidade da Desigualdade de Renda no Brasil, 2006 a 2012: etimativa com dados do Imposto de Renda e Pesquisas Domiciliares. *Cienc Saude Coletiva*, no prelo (2014). Disponível em: http://www.cienciaesaudecoletiva.com.br/artigos/artigo_int.php?id_artigo=15020

MENDONÇA, Ricardo Fabrino. Dimensões democráticas nas Jornadas de Junho: reflexões sobre a compreensão de democracia entre manifestantes de 2013. X ENCONTRO DA ABCP. Belo Horizonte, Ago/set de 2016. Disponível em: http://www.encontroabcp2016.cienciapolitica.org.br/resources/anais/5/1468959773_ARQUIV_O_MendoncaArtigoATABCP.pdf

NICOLAU, Jairo. Partidos na República de 1946: velhas teses, novos problemas. *Dados*, vol. 47, nº 1, 2004.

NUNES, Edson. *A gramática política do Brasil: clientelismo e insulamento burocrático*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997. Cap. 1, 2, 3 e conclusão.

SALLUM JR., Brasílio; GOULART, Jefferson O. O Estado brasileiro contemporâneo: liberalização econômica, política e sociedade nos governos FHC e Lula. *Rev. Sociol. Polit.*, Curitiba , v. 24, n. 60, p. 115-135, Dec. 2016. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/1678-987316246001>.

SANTOS, Wanderley Guilherme dos. *Sessenta e quatro: anatomia da crise*. Rio de Janeiro: Vértice, 1986. Capítulos 1, 2 e 3.

SANTOS, Wanderley Guilherme. *A democracia impedida: o Brasil no século XXI*. Cap. 2.

SKIDMORE, Thomas. *Brasil: de Getúlio a Castelo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982. Capítulo I.

SOARES, Márcia Miranda; CUNHA, Edite. Política de assistência social e coordenação federativa no Brasil. *Revista do Serviço Público*, v. 67, n. 1, p. 86-109, 2016.

SOARES, Sergei; SÁTYRO, Natália. O programa Bolsa Família: desenho institucional, impactos e possibilidades futuras. *Texto para discussão 1424*. Brasília/ Rio de Janeiro: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2009.

ZHOURI, Andréa. Justiça ambiental, diversidade cultural e accountability: desafios para a governança ambiental. *Rev. bras. Ci. Soc.*, São Paulo, v. 23, n. 68, p. 97-107, Oct. 2008. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69092008000300007&lng=en&nrm=iso

Nome da disciplina (e código): ESTADO E POLÍTICAS SOCIAIS B – DCP 128

Carga Horária: 60h

Tipo: X Obrigatória ___ Optativa ___ Outro ()

Conteúdo:

Constituição do sistema de proteção social a partir da Constituição de 1988 em perspectiva comparada entre as políticas. Princípios, diretrizes, financiamento, gestão das principais políticas sociais em perspectiva comparada, análise do processo de descentralização com ênfase nas relações governamentais e no papel dos entes federativos. Agenda contemporânea e as transformações em curso, além de diferenças entre governos e décadas pós-1988.

Bibliografia básica:

ARANHA, Adriana. Fome Zero: a Construção de uma estratégia de combate à fome no Brasil. In: *Fome Zero uma história brasileira*, p. 74-96, 2010. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/Fome%20Zero%20Vol1.pdf>

ARRETCHE, Marta. Federalismo e relações intergovernamentais no Brasil: a reforma de programas sociais. *Dados* [online]. 2002, vol. 45, n.3, p. 431-458. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/dados/v45n3/a04v45n3.pdf>

ARRETCHE, Marta. Federalismo e políticas sociais no Brasil: problemas de coordenação e autonomia. *São Paulo Perspec.* vol. 18, nº 2 São Paulo Apr./ June, 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/spp/v18n2/a03v18n2.pdf>

ARRETCHE, Marta. A Política da Política de Saúde. In: Giovanella L, Escorel S, Lobato LVC, Noronha JC, Carvalho AI, organizadores. *Políticas e sistema de saúde no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2008.

ARRETCHE, Marta. As relações verticais na federação: explorando o problema da descentralização e da autonomia. In: Arretche, Marta. *Democracia, Federalismo e Centralização no Brasil*. Rio de Janeiro Fiocruz, 2012.

BICHIR, Renata. Novas Agendas, Novos Desafios: Reflexões sobre as relações entre transferência de renda e assistência social no Brasil. *Novos estudos CEBRAP*. Edição 104, Vol.35, 2016. Disponível em: <http://novosestudos.uol.com.br/produto/104/>

CASTRO e CARDOSO JUNIOR. Políticas Sociais no Brasil: Organização, Abrangência e Tensões da Ação Estatal. In; Jaccoud (org). *Questão social e políticas sociais no brasil contemporâneo*. Brasília. Ipea. 2005. Disponível em: http://ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/livros/Cap_5-10.pdf

IPEA. *Boletim de políticas sociais* nº 17. Capítulo sobre Seguridade Social. Volume 1. Brasília, 2009. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/politicas_sociais/bps_17_vol01_seguridade_social.pdf

LEONE, Eugência e BALTAR, P. Dossiê Relações de Gênero, Raça e Etnia no Mercado de Trabalho. *Revista da ABET*, v. 15, p.13, 2016. Disponível em: <http://periodicos.ufpb.br/index.php/abet/issue/view/1836/showToc>

LÓPEZ, Laura C. O conceito de racismo institucional: aplicações no campo da saúde. *Interface (Botucatu)*, Mar 2012, vol.16, no. 40, p. 121-134. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/icse/v16n40/aop0412.pdf>

NAKAHODO, Sidney e SAVOIA, José Roberto. A reforma da previdência no Brasil: estudo comparativo dos governos Fernando Henrique Cardoso e Lula. *Rev. bras. Ci. Soc.* [online]. 2008, vol.23, n.66, pp.45-58. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v23n66/03.pdf>

NORONHA JC, Lima LD, MACHADO CV. O Sistema Único de Saúde - SUS. In: GIOVANELLA L., ESCOREL, S., LOBATO L.V.C., NORONHA J.C., CARVALHO A.I. (Org.). *Políticas e sistema de saúde no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz; 2008. p. 435-72. 2008. Disponível em: http://professor-ruas.yolasite.com/resources/12_O_Sistema_unicoi_de_saude_03.pdf

OLIVEIRA. Das Políticas de Governo à Política de Estado: Reflexões sobre a Atual Agenda Educacional Brasileira. *Educação e Sociedade*. Campinas, v.32, n115, p.323-337, 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/es/v32n115/v32n115a05.pdf>

SÁTYRO, Natália e CUNHA, Eleonora. A trajetória da Política de Assistência Social no Brasil pós-88: o papel das leis e o papel do presidente. *Revista Brazilian Political Science Review*. Vol. 8, nº 1. 2014. Disponível em: <http://www.bpsr.org.br/index.php/bpsr/article/view/190/>

SÁTYRO, Natália e Cunha, Eleonora. A capacidade transformativa do governo federal brasileiro na construção de uma burocracia da assistência social nos municípios. *RAP* 2018 no prelo.

Bibliografia complementar:

ABICALIL, Carlos. O federalismo e o Sistema Nacional de Educação - Uma oportunidade fecunda. *Revista Retratos da Escola*, Brasília, v. 6, n. 10, p. 21-37, jan./jun. 2012. Disponível em: <http://www.esforce.org.br>

ARRETCHE, M. e Marques, E. Condicionantes locais da descentralização das políticas de saúde. In: HOCHMAN, Gilberto *et al.* *Políticas Públicas no Brasil*.

BOSCHETTI, Ivanette. *Seguridade social: a armadilha dos conceitos*. Disponível em: <http://vsites.unb.br/ih/dss/gesst/seguridade.pdf>

BRASIL. *Decreto nº 6872*, de 4 de junho de 2009. Aprova o Plano Nacional de Promoção da Igualdade Racial. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Decreto/D6872.htm

COUTO *et al.* (Org.). *O Sistema Único de Assistência Social no Brasil: uma realidade em movimento*. Ed. Cortez, 2011.

FERREIRA, Luciane O. Saúde e relações de gênero: uma reflexão sobre os desafios para a implantação de políticas públicas de atenção à saúde da mulher indígena. *Ciênc. saúde coletiva*, Abr 2013, vol. 18, nº 4, p. 1151-1159. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/csc/v18n4/28.pdf>

IPEA - *Políticas Sociais: acompanhamento e análise* - Vinte Anos da Constituição Federal - Volume 1, nº 17, 2009. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/sites/000/2/publicacoes/bpsociais/bps_17/volume01/bps_completo_1.pdf

IPEA. *Boletim de políticas sociais*. 17. Cap. sobre Assistência Social. Volume 1. Brasília, 2009.

IPEA. *Boletim de políticas sociais*. 17. Capítulo sobre educação. Volume 2. Brasília, 2009.

IPEA. *Boletim de políticas sociais*. 17. Capítulo sobre saúde. Volume 1. Brasília, 2009.

KERSTENETZKY, Célia Lessa. Cap 1 – O estado do bem-estar social: uma demarcação (1870-1975) e Cap 2 – Qual bem-estar social? In: KERSTENETZKY, Célia L. *O Estado do bem-estar social na idade da razão – a reinvenção do estado social no mundo contemporâneo*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

LIMA, Nísia *et al.* (Org.) *Saúde e democracia história e perspectivas do SUS*.

MARQUES, Rosa *et al.* A previdência social: da Constituição à reforma de Lula. *Revista Textos e Contextos*. Porto Alegre vol. 8, nº 2, p.195-218. Disponível em: <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fass/article/view/6340>.

MENICUCCI, Telma. *Público e Privado na Política de Assistência à Saúde no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2007.

MESA-LAGO, Carmelo. *As reformas de previdência na América Latina e seus impactos nos princípios de seguridade social*. Coleção Previdência Social. Série Traduces: vol. 23 tradução da

Secretaria de Políticas de Previdência Social, Brasília, 2006. Disponível em: http://www.previdencia.gov.br/arquivos/office/3_081014-111405-101.pdf

MIRANDA, Geralda. Serviço de Acolhimento Institucional para Crianças e Adolescentes: feedback effects, inflexões e desafios atuais. *Rev. Adm. Pública* [online]. 2017, vol.51, n.2, pp.201-218. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rap/v51n2/0034-7612-rap-51-02-00201.pdf>

SÁTYRO, Natália e CUNHA, Pedro. *Regimes de bem-estar no Brasil*. Mimeo. 2017.

SÁTYRO, Natália. As trajetórias distintas das políticas de seguridade social no Brasil. *AUCIP*, 2014.

SÁTYRO, Natália. Padrões distintos de bem-estar no Brasil: uma análise temporal. *Opinião Pública*, Campinas, vol. 20, nº 2, agosto, 2014, p. 219-251. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/op/v20n2/0104-6276-op-20-02-00219.pdf>

SILVEIRA-RODRIGUEZ. *Gobierno local y Estado de bienestar: Regímenes y resultados de la política social en Brasil*. Tese de doutoramento. Universidad Salamanca. Instituto Iberoamerica, 2010.

TEIXEIRA, Sonia F. Política social e democracia: reflexões sobre o legado da seguridade social. *Caderno de Saúde Pública*. RJ 1 (14): 400-417, out dez, 1985. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/csp/v1n4/v1n4a02.pdf>

Nome da disciplina (e código): FINANÇAS PÚBLICAS – DCP 129

Carga Horária: 60h

Tipo: X Obrigatória ___ Optativa ___ Outro ()

Conteúdo:

Introdução às finanças públicas: falhas do mercado, funções do Estado, teoria da tributação. Conceito, evolução e princípios do Orçamento Público. O processo orçamentário brasileiro: elaboração, execução e controle do Plano Plurianual- PPA; da Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO e da Lei Orçamentária Anual. Federalismo fiscal no Brasil. A Lei de Responsabilidade Fiscal.

Bibliografia básica:

AFONSO, José Roberto R. Federalismo Fiscal Brasileiro: uma visão atualizada. *Instituto Brasiliense de Direito Público – IDP*, Centro de Pesquisas – CEPES, 2016a.

AFONSO, José Roberto R. *A Economia Política da Reforma Tributária: o caso brasileiro*. Wilson Center. Latin American Program. 2013. Disponível em: https://www.wilsoncenter.org/sites/default/files/Tax_Reform_Brazil_0.pdf

BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF: Senado Federal. Título VI (Da Tributação e do Orçamento), Capítulo II (Das Finanças Públicas).

BRASIL. Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000. Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências. Brasília, DF, 5 maio. 2000. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LCP/Lcp101.htm

BRASIL. Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão. Secretaria de Orçamento Federal. *Manual técnico de orçamento- MTO*. Edição 2018 (3ª versão), 2017. Brasília. Disponível em: <http://www.planejamento.gov.br/assuntos/orcamento-1/informacoes-orcamentarias/manual-tecnico-de-orcamento-mto> Capítulos. 4 (Receita) e 5 (Despesa).

DIEESE - Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos. *Cartilha 10 Ideias para uma Tributação mais Justa*. São Paulo, Dieese, 2013. Disponível em: http://www.dieese.org.br/cartilha/2013/10ideias_completo.pdf. Acesso em 16 jan. 2018.

GIACOMONI, James. *Orçamento Público*. 17ª ed. São Paulo: Editora Atlas, 2017.

GIAMBIAGI, Fábio e ALÉM, Ana Cláudia. *Finanças Públicas: teoria e prática no Brasil*. Rio de Janeiro: Campus, 1999. Cap.1.

IPEA. Receita pública: quem paga e como se gasta no Brasil. Comunicado da Presidência, n. 22. Brasília, 20 jun. 2009. Disponível em: http://ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/comunicado/090630_comunicadoipea22.pdf

OCDE. Estatísticas sobre Receita na América Latina (1990 – 2010): Brasil. *Estatísticas sobre Receita na América Latina*. 2012. Disponível em: https://www.oecd.org/ctp/tax-global/BRAZIL_PT_country%20note_final.pdf

SOARES, Márcia M. Orçamento Público, Participação e Controle Social dos Gastos Públicos. *Apostila Prodep*. 2014.

SOARES, Márcia M. Federalismo e Gastos Sociais no Brasil. Apresentação em Power Point. Seminários do Mestrado em Administração Pública da Fundação João Pinheiro, 2017.

Bibliografia complementar:

AFONSO, José Roberto R. Uma História da Lei Brasileira de Responsabilidade Fiscal, *Revista Direito Público*, Porto Alegre, Edição Especial, 2016, 126-154, 2016b. Disponível em: <http://www.portaldeperiodicos.idp.edu.br/direitopublico/article/view/2610>

BRASIL. *Lei Federal Nº 4.320, de 17 de março de 1964*. Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal. Brasília, DF, 1964. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l4320.htm

BRASIL. *Lei Nº 13.249, de 13 de janeiro de 2016 (PPA 2016-2019)*. Institui o Plano Plurianual da União para o período de 2016 a 2019. Disponível em: <http://www.planejamento.gov.br/secretarias/upload/arquivo/spi-1/ppa-2016-2019/lei-no-13.249/view>

BRASIL. *Lei Nº 13.423, de 08 de agosto de 2017 (LDO 2018)*. Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2018 e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planejamento.gov.br/assuntos/orcamento-1/orcamentos-anuais/2018/ldo-2018/lei-no-13602-de-9-de-janeiro-de-2018.pdf/view>

BRASIL. *Lei Nº 13.587, de 02 de janeiro de 2018 (LOA 2018)*. Estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2018. Disponível em: <http://www.planejamento.gov.br/assuntos/orcamento-1/orcamentos-anuais/2018/loa-2018/lei-no-13587-de-2-de-janeiro-de-2018.pdf/view>

BRASIL. *Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993*. Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências. Presidência da República. Brasília, 21 de junho de 1993. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8666cons.htm

PIRES, Roberto R. “Participação Cidadã e Planejamento Governamental: um equilíbrio possível? Reflexões sobre o Orçamento Público de Belo Horizonte”. *Revista Pensar BH*, Belo Horizonte, n. 24, 2009, pp. 10-13. Disponível em: http://portalpbh.pbh.gov.br/pbh/ecp/files.do?evento=download&urlArqPlc=pensar_bh_24.pdf

PIRES, Waldemir. *Orçamento Público: abordagem tecnopolítica*. São Paulo: Cultura Acadêmica/Unesp, 2011. Cap. 1 (Orçamento Público: uma definição complexa) e Cap. 11 (Gestão Orçamentária no Brasil: história recente e perspectivas).

Nome da disciplina (e código): PLANEJAMENTO PÚBLICO – DCP 130

Carga Horária: 60h

Tipo: X Obrigatória ___ Optativa ___ Outro ()

Conteúdo:

Conceitos, tipos e metodologias de planejamento governamental. A relação entre planejamento e implementação de políticas e entre planejamento e desenvolvimento. O planejamento público no Brasil: evolução, desafios e vinculação com a gestão pública. Estudos de caso de inovações em planejamento nos diferentes níveis de governo. Prática orientada no planejamento de políticas públicas. Planejamento e PPA.

Bibliografia básica:

ALMEIDA, P. R. A experiência brasileira em planejamento econômico: uma síntese histórica. In: GIACOMONI, James e PAGNUSSAT, José Luiz (Orgs.). *Planejamento e orçamento governamental*. Coletânea. Brasília: Enap, vol. 2, 2006.

ARTMANN, Elizabeth. O Planejamento estratégico situacional no nível local: um instrumento a favor da visão multisetorial. In: *Oficina Social nº 3: Desenvolvimento Social*. Rio de Janeiro: COPPE/UFRJ, 2000.

CASSIOLATO, Martha; GUERESI, Simoni. Como elaborar modelo lógico: roteiro para formular programas e organizar avaliação. *IPEA, Nota técnica nº 6*, 2010.

GARCIA, Ronaldo C. A reorganização do processo de planejamento do governo federal: O PPA 2000-2003. *IPEA, Texto para Discussão nº 726*, 2000.

GIACOMONI, James e PAGNUSSAT, José Luiz (Orgs.). *Planejamento e orçamento governamental*. Coletânea. Brasília: Enap, vol. 2, 2006.

IPEA. Planejamento governamental e gestão pública no Brasil: elementos para ressignificar o debate e capacitar o Estado. In: *Estado, instituições e democracia: desenvolvimento*. Coletânea. Brasília: IPEA, 2010. Cap. 5, Livro 9, v. 3, p. 203-243.

JANNUZZI, Paulo M. Indicadores para diagnóstico, monitoramento e avaliação de programas sociais no Brasil. Brasília, *Revista do Serviço Público*, nº 56 (2), p. 137-160, abr/jun 2005.

MATIAS-PAREIRA, José. *Curso de Administração Pública: Foco nas instituições e ações governamentais*. São Paulo: Atlas, 2010. 2ª ed.

MATUS, Carlos. *Política, planejamento e governo*. Brasília: IPEA, 1993.

MATUS, Carlos. O plano como aposta. In: GIACOMONI, James; PAGNUSSAT, José Luiz (Orgs.). *Planejamento e orçamento governamental*. Coletânea. Brasília: Enap, vol. nº 2, 2006.

OLIVEIRA, J. A. Desafios do planejamento em políticas públicas: diferentes visões e práticas. *Revista de Administração Pública*, nº 40(2), 2006, p. 273-288.

PFEIFFER, Peter. O quadro lógico: um método para planejar e gerenciar mudanças. In: GIACOMONI, James e PAGNUSSAT, José Luiz (Orgs.), *Planejamento e Orçamento Governamental*. Coletânea. Brasília: Enap, vol. 1, 2006.

REZENDE, Fernando. Planejamento no Brasil: auge, declínio e caminhos para a reconstrução. *Texto para Discussão Cepal Ipea*, nº 4. Brasília: CEPAL. Escritório no Brasil/IPEA, 2009.

RIANI, Flávio. *Economia do setor público: Uma abordagem introdutória*. Rio de Janeiro: LTC, 2009.

Bibliografia complementar:

BUARQUE, Sérgio C. *Metodologia de planejamento do desenvolvimento local e municipal sustentável: material para orientação técnica e treinamento de multiplicadores e técnicos em planejamento local e municipal*. Brasília: Projeto de cooperação técnica INCRA/IICA, 1999. Disponível em: <http://www.iica.org.br/docs/publicacoes/publicacoesiica/sergiobuarque.pdf> Acesso julho 2013.

ENAP. *Ferramentas e métodos de planejamento*. Material do módulo II do curso PPA: Elaboração e Gestão – Ciclo Básico. Brasília, 2007.

SANCHES, Osvaldo M. *Dicionário de orçamento e áreas afins*. Brasília: Editora Prisma, 1997. Verbetes: Planejar; Planejamento; Planejamento de curto prazo; Planejamento de longo prazo; Planejamento econômico; Planejamento estratégico; Planejamento governamental; Planejamento operacional.

SICSÚ, João; PAULA, Luiz F.; MICHEL, Renault. Por que novo-desenvolvimentismo? *Revista de Economia Política*, 27 (4), 2007.

SOUZA, Antônio R. As trajetórias do planejamento governamental no Brasil: meio século de experiências na administração pública. *Revista do Serviço Público*, ano 55 (4), 2004.

Nome da disciplina (e código): Carga Optativa para Gestão Pública - 4º Período

Carga Horária: 60 horas

Tipo: ____ Obrigatória _x_ Optativa ____ Outro ()

Conteúdo: Variável

Bibliografia básica: Variável

Bibliografia complementar: Variável

DISCIPLINAS DO 5º PERÍODO

Nome da disciplina (e código): AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS A – DCP 131

Carga Horária: 60h

Tipo: X Obrigatória ___ Optativa ___ Outro ()

Conteúdo:

O papel da avaliação no ciclo de políticas públicas e na gestão contemporânea. Relação entre objetivos políticos e critérios de avaliação. Tipos de avaliação em função do momento de realização, natureza e objetivos. Monitoramento e avaliação, e a relação entre os dois. Estratégias e desenhos de avaliação em função do objetivo da avaliação, do recorte programático e dos critérios para avaliação: pertinência, possibilidades e limites de cada tipo. Métodos e técnicas de avaliação. Elaboração de Indicadores.

Bibliografia básica:

JANNUZZI, Paulo de Martino. *Monitoramento e avaliação de programas sociais*. Campinas, SP: Editora Alínea, 2016. Capítulos 1 a 4. (J2016)

Bibliografia complementar:

ARRETCHE, Marta. Uma contribuição para fazermos avaliações menos ingênuas. In: Barreira, M. C. et al (org.) *Tendências e perspectivas na avaliação de políticas e programas sociais*. São Paulo: IEE/PUCSP, 2001.

CASSIOLATO, Maria Martha M. C. Modelo lógico e a teoria do programa: uma proposta para organizar avaliação. *Desafios do Desenvolvimento*, ano 7, edição 63, 19/11/2010. Disponível em:

http://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&view=article&id=1117:catid=28&Itemid=23

CENEVIVA, Ricardo; FARAH, Marta Ferreira Santos. Avaliação, informação e responsabilização no setor público. *Revista de Administração Pública*, v. 46, n. 4, jul./ago., 2012, p. 993-1016.

COHEN, Ernesto; FRANCO, Rolando. *Avaliação de projetos sociais*. Petrópolis: Vozes, 2008.

COTTA, T.C. Metodologias de avaliação de programas e projetos sociais: análise de resultados e de impacto. Brasília, *Revista do Serviço Público*, ano 49, n. 2, abr./jun., 1998, p. 103-124.

CRESWELL, John W. *Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto*. 3.ed. Porto Alegre: Artmed: Bookman, 2010, p. 238-265 (Capítulo 10: “Métodos mistos”).

DRAIBE, Sonia. Avaliação de implementação: esboço de uma metodologia de trabalho em políticas públicas. In: Barreira, M. C. et al (org.) *Tendências e perspectivas na avaliação de políticas e programas sociais*. São Paulo: IEE/PUCSP, 2001.

FARIA, Carlos A. P. A política da avaliação de políticas públicas. *RBCS*, vol. 20, n. 59, out./2005, p. 97-169.

FERREIRA, Helder; CASSIOLATO, Martha; GONZALEZ, Roberto. *Uma experiência de desenvolvimento metodológico para avaliação de programas: o modelo lógico do Programa Segundo Tempo*. IPEA: Brasília, 2009 (Texto para Discussão nº 1369). (p.10, 11, 19).

FIGUEIREDO FILHO, Dalson et al. O que fazer e o que não fazer com a regressão: pressupostos e aplicações do modelo linear de Mínimos Quadrados Ordinários (MQO). *Revista Política Hoje*, v. 20, n. 1, 2011, p. 44-99.

JOHNSON, Burke, ONWEGBUZIE, Anthony J. Mixed methods research: a research paradigm whose time has come. *Educational Researcher*, v. 33, n. 7, outubro, 2004, p. 14-26.

PARANHOS, Ranulfo et al. Uma introdução aos métodos mistos. *Sociologias*, ano 18, n. 42, mai/ago, 2016, p. 384-411.

RAMOS, Marília. Aspectos conceituais e metodológicos da avaliação de políticas e programas sociais. *Planejamento e Políticas Públicas*, n. 32, jan.-jun./2009, p. 95-114.

RAMOS, Marília Patta; SCHABBACH, Letícia Maria. O estado da arte da avaliação de políticas públicas: conceituação e exemplos de avaliação no Brasil. *Rev. Adm. Pública*, Rio de Janeiro, v. 46, n. 5, out./2012, p. 1271-1294.

RÊGO, Walquíria Domingues Leão; PINZANI, Alessandro. Liberdade, dinheiro e autonomia: o caso do programa Bolsa Família. In: CAMPELLO, Tereza; Neri, Marcelo Côrtes. (Orgs.) *Programa Bolsa Família: uma década de inclusão e cidadania*. Brasília: IPEA, 2013. p. 359-366 (cap. 23).

SCORZAFAVE, Luiz Guilherme. *Avaliação de Projetos e Políticas Sociais* (Vídeo). 2016. Disponível em: <https://www.redeitausocialdeavaliacao.org.br/blog/transmissao-online-curso-avancado-de-avaliacao-de-politicas-publicas-e-projetos-sociais/>

VIANNA, Iara L.; AMARAL, Ernesto F. L. Utilização de metodologias de avaliação de políticas públicas no Brasil. In: AMARAL, Ernesto F. L.; GONÇALVES, Guilherme Q.; FAUSTINO, Samantha H. R. *Aplicações de técnicas avançadas de avaliação de políticas públicas*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2014. p. 15-38 (cap. 1).

Nome da disciplina (e código): DEMOCRACIA DIGITAL E GOVERNO ELETRÔNICO – DCP 132

Carga Horária: 60h

Tipo: X Obrigatória ____ Optativa ____ Outro ()

Conteúdo:

Democracia e internet. Governo eletrônico. Participação e representação digital. Governança eletrônica. Accountability e transparência no governo eletrônico. Inclusão e exclusão digital.

Avaliação de portais governamentais. Deliberação on line. Gestão estratégica da informação: democratização, participação, controle interno / externo. Lei de Acesso à Informação.

Bibliografia básica:

THOMPSON, John. *A mídia e a modernidade: uma teoria social da mídia*. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 2002

LÉVY, Pierre. *As tecnologias da inteligência: o futuro do pensamento na era da informática*. Rio de Janeiro: Editora 34, 1993.

CASTELLS, Manuel. *A galáxia da internet: reflexões sobre internet, negócios e sociedade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

LEMONS, A. e LÉVY, P. *O futuro da internet - em direção a uma ciberdemocracia planetária*. São Paulo: Ed. Paulus, 2010.

MAIA, R; GOMES, W; MARQUES, F. P. J. *Internet e Participação Política no Brasil*. Porto Alegre: Sulina, 2011.

SILVA, S.P, BRAGATTO, R.C, e SAMPAIO, R.C. *Democracia digital, comunicação política e redes: teoria e prática*. Rio de Janeiro: Folio Digital: Letra e Imagem, 2016. Disponível em: <http://livro.democraciadigital.org.br/files/2017/05/Democracia-Digital.pdf>

Bibliografia complementar:

CARDON, D. *A democracia internet - promessas e limites*. Rio de Janeiro: Editora Forense, 2012.

PARISER, Eli. 2012 – *O que a internet está escondendo de você*. Rio de Janeiro: Zahar.

POSSAMAI, Ana Júlia. *Governo eletrônico: uma análise institucional*. In: PIMENTA, M. S; CANABARRO, D. R. (orgs.) *Governança Digital*. Porto Alegre: UFRGS, 2014. pp. 48-79.

MENDONÇA, Ricardo Fabrino; PEREIRA, Marcus Abílio Gomes; FILGUEIRAS, Fernando de Barros. *Democracia digital: publicidade, instituições e confronto político*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2016. 503 p.

Nome da disciplina (e código): FORMULAÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DE PROGRAMAS E PROJETOS – DCP 133

Carga Horária: 60h

Tipo: X Obrigatória ___ Optativa ___ Outro ()

Conteúdo:

Conceituação: políticas, programas e projetos. Conceito, objetivos e tipos de projeto, elementos básicos de um projeto. Ciclo de vida e fases da elaboração de um programa / projeto: diagnóstico, estudo de viabilidade, atores, participação social, elaboração,

monitoramento e prestação de contas. Metodologias para concepção, desenho, execução e avaliação de programas e projetos. Cenário da elaboração e implementação de programas e projetos: incertezas tensões, ambiguidades e conflitos. Tipos de programas e projetos e consequências para a gestão. Estratégias de implementação e fatores que afetam a implementação.

Bibliografia básica:

ARMANI, Domingos. *Como elaborar projetos?* Guia prático para elaboração e gestão de projetos sociais. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2009.

COHEN, Ernesto; FRANCO, Rolando, *Avaliação de Projetos Sociais*. 10a. ed. Petrópolis: Vozes, 2012.

JANNUZZI, Paulo de Martino. *Monitoramento e Avaliação de Programas Sociais: uma introdução aos conceitos e técnicas*. Campinas: Alinea, 2016.

Bibliografia complementar:

CAMPOS, Arminda E. M.; ABEGÃO, Luís Henrique, DELAMARO, Maurício César. *O planejamento de Projetos Sociais: dicas, técnicas e metodologias*. Rio de Janeiro: Oficina Social, Centro de Tecnologia, Trabalho e Cidadania, 2002.

GTZ. ZOPP - *Planejamento de Projetos Orientado por Objetivos: Um Guia de Orientação para o Planejamento de Projetos Novos e em Andamento*. Frankfurt: Multiprint, 1998.

MACIEL, A. L. S. e BORDIN, E.B *A face privada na gestão das políticas públicas*. Porto Alegre: Fundação Irmão José Otão, 2014.

MATUS, Carlos. *O plano como aposta*. São Paulo em perspectiva, v. 5, n. 4, p. 28-42, 1991.

PINHEIRO, Marcelo Torres; SILVA, Mônica Aparecida da Rocha. Contribuições do escritório de gerenciamento de projetos públicos na gestão para resultados. *Revista do Serviço Público* 63.2 (2012): 199-215.

PMI – Project Management Institute. *Um Guia do conjunto de conhecimentos em gerenciamento de projetos: Guia PMBOK*. Newtown Square: Project Management Institute, 2004.

TENÓRIO, Fernando G., BERTHO, Helena & CARVALHO, Helenice F. *Elaboração de Projetos Comunitários: Abordagem Prática*. Editora Loyola, 2002.

Nome da disciplina (e código): Carga Optativa para Gestão Pública - 5º Período

Carga Horária: 120 horas

Tipo: ____ Obrigatória _x_ Optativa ____ Outro ()

Conteúdo: Variável

Bibliografia básica: Variável

Bibliografia complementar: Variável

DISCIPLINAS DO 6º PERÍODO

Nome da disciplina (e código): AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS B – DCP 134

Carga Horária: 60h

Tipo: X Obrigatória ___ Optativa ___ Outro ()

Conteúdo:

Avaliação de políticas públicas: principais conceitos, especificidades da avaliação, tipos de avaliação, metodologia da avaliação. Linguagem dos projetos. Modelos para a avaliação de impactos. Conceitos de indicadores sociais. Aplicação de técnicas econométricas e bancos de dados na avaliação de políticas públicas. Técnicas de regressão: modelo de regressão simples; análise de regressão múltipla (estimação e inferência); análise de regressão múltipla com informações qualitativas; heteroscedasticidade; e problemas adicionais de especificação e de dados.

Bibliografia básica:

BABBIE, Earl. *Métodos de Pesquisas de Survey*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.

Cohen, Ernesto; Franco, Rolando. *Avaliação de projetos sociais*. Petrópolis: Vozes, 1993.

JANNUZZI, Paulo de Martino. *Indicadores sociais no Brasil: conceitos, fontes de dados e aplicações*. 3ª ed. Campinas: Editora Alínea, 2006.

REZENDE, Flávio da Cunha. Desenhos de pesquisa e qualidade inferencial na Ciência Política: o modelo de engrenagens analíticas. *Conexão Política*, v. 4, n. 2, jul./dez., 2015, p. 47-66.

WOOLDRIDGE, Jeffrey M. *Introdução à econometria: uma abordagem moderna*. São Paulo: Cengage Learning, 2008.

Bibliografia complementar: (opcional)

Será compartilhada ao longo do curso, na forma de materiais para referência e subsídio para o trabalho final e outras atividades. Alguns exemplos:

CORTES, Soraya Vargas. Instituições participativas e acesso a serviços públicos nos municípios brasileiros. In: Pires, Roberto Rocha C. (Org.) *Efetividade das instituições participativas no Brasil: estratégias de avaliação*. Brasília: IPEA, 2011. (Série Diálogos para o Desenvolvimento, vol. 7). p. 77-82 (cap. 5).

NEVES, Alan Vítor Coelho; Amaral, Ernesto Friedrich de Lima; Golgher, André Braz. A política pública do bônus sociorracial na UFMG: avaliação do acesso pelo vestibular, 2008, 2009 e 2010. In: Amaral, Ernesto Friedrich de Lima; Gonçalves, Guilherme Quaresma; Faustino, Samantha Haussmann Rodarte. *Aplicações de técnicas avançadas de avaliação de políticas públicas*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2014. p. 153-195 (cap. 5).

PNUD; IPEA; FJP. *Índice de Desenvolvimento Humano Municipal Brasileiro*. Brasília: PNUD, IPEA, FJP, 2013.

Nome da disciplina (e código): Carga Optativa para Gestão Pública - 6º Período

Carga Horária: 240 horas

Tipo: ☐ Obrigatória ☒ Optativa ☐ Outro ()

Conteúdo: Variável

Bibliografia básica: Variável

Bibliografia complementar: Variável

DISCIPLINAS DO 7º Período

Nome da disciplina (e código): ESTÁGIO CURRICULAR A – DCP 135

Carga Horária: 180h

Tipo: X Obrigatória ___ Optativa ___ Outro ()

Conteúdo:

Experiência de trabalho do discente com a dimensão profissional dos diversos campos da gestão pública sob supervisão de docente e de profissional do campo.

Bibliografia básica: Não se aplica.

Bibliografia complementar: Não se aplica.

Nome da disciplina (e código): Carga Optativa para Gestão Pública - 7º Período

Carga Horária: 120 horas

Tipo: ___ Obrigatória _x_ Optativa ___ Outro ()

Conteúdo: Variável

Bibliografia básica: Variável

Bibliografia complementar: Variável

DISCIPLINAS DO 8º PERÍODO

Nome da disciplina (e código): ESTÁGIO CURRICULAR B – DCP 136

Carga Horária: 120h

Tipo: X Obrigatória ___ Optativa ___ Outro ()

Conteúdo:

Experiência de trabalho do discente com a dimensão profissional dos diversos campos da gestão pública sob supervisão de docente e de profissional do campo.

Bibliografia básica: Não se aplica.

Bibliografia complementar: Não se aplica.

Nome da disciplina (e código): Carga Optativa para Gestão Pública - 8º Período

Carga Horária: 180 horas

Tipo: ___ Obrigatória _x_ Optativa ___ Outro ()

Conteúdo: Variável

Bibliografia básica: Variável

Bibliografia complementar: Variável

DISCIPLINAS DO 9º PERÍODO

Nome da disciplina (e código): PROJETO DO TCC – DCP 089

Carga Horária: 60h

Tipo: X Obrigatória ___ Optativa ___ Outro ()

Conteúdo:

Componentes conceituais e metodológicos de uma monografia. Sistematização de etapas a serem seguidas na tradução do plano da monografia em texto escrito. Elaboração do projeto de trabalho de conclusão do curso, seguindo etapas de construção deste trabalho.

Bibliografia básica:

BASTOS, Dau; SOUZA, Mariana; NASCIMENTO, Solange. *Monografia ao alcance de todos*. Rio de Janeiro: Novas Direções – Marketing Cultural, Ltda.; 2002.

AZEVEDO, Israel Belo de. *O prazer da produção científica*. 12. d., São Paulo: Editora Hagnos, 2001, capítulos 3 e 4.

LAVILLE, Christian; DIONNE, Jean. *A construção do saber – Manual de metodologia em ciências humanas*. Porto Alegre: Artmed; Belo Horizonte; Editora UFMG, 1999, capítulos 4, 5, 6 e 7.

Bibliografia complementar:

ASDI - Agência sueca de cooperação internacional para o desenvolvimento. *Um resumo da teoria por trás do Método do Quadro Lógico (MQL)*. Janeiro de 2003.

CASSIOLATO, Martha e GUERESI, Simone. Como elaborar Modelo Lógico: roteiro para formular programas e organizar avaliação. *Nota técnica* Nº 6. Brasília: IPEA, setembro de 2010.

Nome da disciplina (e código): Carga Optativa para Gestão Pública - 9º Período

Carga Horária: 240 horas

Tipo: ___ Obrigatória _x_ Optativa ___ Outro ()

Conteúdo: Variável

Bibliografia básica: Variável

Bibliografia complementar: Variável

DISCIPLINAS DO 10º período

Nome da disciplina (e código): TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO – DCP137

Carga Horária: 120 h

Tipo: X Obrigatória ___ Optativa ___ Outro ()

Conteúdo:

Trabalho monográfico, relatório de pesquisa ou projeto de intervenção feito pelo discente, a ser registrado como comprovação de sua capacitação teórico-analítica, que o torne habilitado para o exercício de funções diversas referidas à gestão pública.

Bibliografia básica: Variável conforme a temática e objetivos do TCC.

Bibliografia complementar: Variável

Nome da disciplina (e código): Carga Optativa para Gestão Pública - 10º Período

Carga Horária: 180 horas

Tipo: ___ Obrigatória _x_ Optativa ___ Outro ()

Conteúdo: Variável

Bibliografia básica: Variável

Bibliografia complementar: Variável